



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 54, SEXTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 57ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 26 DE ABRIL DE 2018

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	9
1.2.2 – Oradores	
Senador Lasier Martins – Satisfação pela licença para a instalação de projeto gerador de energia eólica no município de São José do Norte-RS.	9
Senadora Regina Sousa – Registro do transcurso dos 45 anos de criação da Embrapa; e outros assuntos.	10
Senador Paulo Paim – Análise sobre o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e o Dia Mundial do Trabalho; e outro assunto.	14
Senadora Gleisi Hoffmann – Críticas à Vara de Execuções Penais de Curitiba por recusar atendimento médico ao ex-presidente Lula; e outros assuntos.	17
Senador Garibaldi Alves Filho – Contentamento com o aumento do volume de água nos reservatórios do estado do Rio Grande do Norte; e outro assunto.	22
Senador Jorge Viana – Críticas ao Governo Federal pelo corte de recursos destinados à recuperação de rodovias no estado do Acre; e outros assuntos.	24
Senador José Medeiros – Preocupação com a suposta greve branca da Receita Federal e o excesso de burocracia para solucionar problemas do País; e outros assuntos.	29
Senador Renan Calheiros – Breve histórico da trajetória de vida do cineasta Nelson Pereira dos Santos, falecido em 21 do corrente; e outro assunto.	35
Senador Hélio José – Defesa dos trabalhadores terceirizados do Senado ante eventual redução salarial em contratações futuras; e outro assunto.	44
Senadora Rose de Freitas – Considerações sobre a importância do desenvolvimento da educação e a questão da evasão escolar no Brasil.	47
Senador Cristovam Buarque – Reflexão sobre o cenário de atraso da educação no Brasil em contraste às necessidades do País.	57



Senador Dário Berger – Defesa da construção de um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.	62
1.3 – ENCERRAMENTO	68

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 57ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 60/2017; 459 e 157/2016, sejam apreciados pelo Plenário. (Ofícios nºs 57 a 59/2018-CCJ). ..	70
---	----

2.1.2 – Comunicação

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga cedida pela Liderança do PMDB e da Maioria. (Ofício nº 36/2018).	75
--	----

2.1.3 – Discurso e documentos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso e documentos encaminhados, nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno.	77
---	----

2.1.4 – Inclusões em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10, 24, 28 e 31/2018.	88
---	----

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 10 e 15/2018.	88
---	----

2.1.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 509/2017, na origem (Mensagem nº 26/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).	90
---	----

Nº 196/2018, na origem (Mensagem nº 27/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).	107
---	-----

2.1.6 – Parecer

Nº 85/2018-CI/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94/2015.	130
--	-----

2.1.7 – Requerimentos

Nº 250/2018, do Senador Ataides Oliveira, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 147/2016; com o Projeto de Lei da Câmara nº 27/2017.	137
---	-----

Nº 251/2018, do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 392/2013; e 377/2017.	139
--	-----



2.1.8 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 33/2018. 142

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 94/2015. 142

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES**

Nº 30/2018-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541/2015 144

Nº 29/2018-CDH, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23/2016 149

Nº 25/2018-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 10/2018 159

Nº 26/2018-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 15/2018 169

Nº 27/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 10/2018 178

Nº 28/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 24/2018 185

Nº 29/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 28/2018 198

Nº 30/2018-CRE, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 31/2018 205

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 222

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 225

6 – LIDERANÇAS 226

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 230

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 243

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 246

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 295



Ata da 57ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 26 de abril de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim, da Srª Regina Sousa e dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Jorge Viana, José Medeiros, Hélio José, Renan Calheiros, Dário Berger e Cristovam Buarque

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 13 minutos e encerra-se às 16 horas e 59 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

57ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas

Presenças no período: 26/04/2018 07:00:00 até 26/04/2018 20:32:00

Votos no período: 26/04/2018 07:00:00 até 26/04/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PMDB	SP	Airton Sandoval	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PMDB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PROS	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PODE	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSD	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PODE	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
DEM	GO	Wilder Morais	X

Emissão 26/04/2018 20:32:05





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

57ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas

Presenças no período: 26/04/2018 07:00:00 até 26/04/2018 20:32:00

Votos no período: 26/04/2018 07:00:00 até 26/04/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
----------------	-----------	---------------------	-----------------

Compareceram 41 senadores.

Emissão 26/04/2018 20:32:06



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Há oradores inscritos: Senadora Regina Sousa e Senador Lasier Martins. Qual dos dois está com mais urgência? (*Pausa.*)

Pode ser o Senador Lasier? (*Pausa.*)

Então, convido...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Eu o cumprimento, Senador. O meu espaço é curto; é de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ok, Senador.

Então, o Senador Lasier é convidado a usar da tribuna. Em seguida, a Senadora Regina Sousa.

Queria só, Senador Lasier, se V. Ex^a me permite, registrar a presença dos estudantes do ensino fundamental do Colégio Maria Imaculada, Brasília.

Sejam todos bem-vindos.

Uma salva de palmas para vocês.

Podem bater palmas aí.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Vocês vão ouvir agora o Senador Lasier Martins, Senador pelo Rio Grande do Sul – como eu –, e a Senadora Regina Sousa, do Piauí.

Ele tem uma importante notícia, que agora mesmo me comunicava, de interesse do Rio Grande e do Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Agradeço a deferência e a gentileza da Senadora Regina.

Saúdo essa plêiade de jovens alegres, bem uniformizados, satisfeitos por estarem aqui ocupando as galerias do Senado Federal.

Sejam muito bem-vindos ao nosso ambiente de trabalho. Obrigado pelos abanos.

Bem, Sr. Senador Presidente dos trabalhos, Senadora, Senadores, telespectadores, ouvintes, eu tenho uma notícia muito auspiciosa para o Rio Grande do Sul em particular e para o Brasil em geral, porque diz respeito, Presidente Paim, a um novo e grandioso projeto de energia, energia eólica, essa energia que se dissemina pelo Brasil inteiro, por ser uma energia limpa e fácil, a energia pelo vento.

Tive uma conversa por telefone ontem à tarde com o Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e ele me comunicou aquilo que ainda praticamente ninguém sabe, qual seja, a notícia da licença para o maior empreendimento eólico do Rio Grande do Sul e talvez o maior do Brasil.



Há dois anos e pouco, eu vinha acompanhando essa discussão, e agora acaba de ser concedida a licença, embora com o título de provisória, mas é uma licença que vai se confirmar agora, com as licitações, para a instalação, no Município de São José do Norte – que o Senador Paulo Paim conhece muito bem, pois tem lá também um grande eleitorado – e no Distrito de Bojuru. Lá está liberada pela entidade que todos os gaúchos conhecem bem, a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), que concedeu essa licença para a instalação, depois de alguns anos de discussão, ao maior empreendimento de energia eólica do Rio Grande do Sul e talvez um dos maiores do Brasil.

Será, então, em um Município do extremo sul do nosso Estado, o Município de São José do Norte, no Distrito de Bojuru, onde o complexo eólico da empresa Ventos do Atlântico vai ocupar uma área de 15,8 hectares, com linha de transmissão de 63km, incluindo trechos aéreos, subterrâneos e subaquáticos. Vai representar energia, vai representar muitos empregos, contratação de estruturas, enfim, algo que vem em muito bom momento para a produção dessa que é uma das grandes carências do Brasil, que é a carência de energia. Tudo para uma produção de 3,0MW de potência por cada um dos 290 aerogeradores, que serão instalados lá, em São José do Norte, distribuídos em 32 centrais geradoras eólicas, conectando a subestação Ventos do Atlântico, de São José do Norte, à subestação de Povo Novo, no vizinho Município lá de Rio Grande, para dali se integrar ao sistema nacional interligado.

É inegavelmente uma excelente notícia para o sul do Rio Grande do Sul, para o Estado em geral, para o Brasil. Nós, no Rio Grande do Sul, já temos vários parques eólicos, sendo o Parque de Osório o maior de todos, e mais inúmeros – uma meia dúzia de pequenos parques. E agora teremos o maior deles, aquele de São José do Norte, que há bastante tempo vinha sendo discutido e acaba de ter esse licenciamento pela nossa entidade de proteção do meio ambiente.

É a notícia que eu queria transmitir. Falei ontem para o Governador: "Olha [disse eu] amanhã vou comunicar ao Brasil inteiro, particularmente aos gaúchos, esse empreendimento de energia eólica, que será contemplado ao Rio Grande do Sul e de benefício para todos os brasileiros."

Era isso que eu queria comunicar, agradecendo a gentileza da concessão, da prioridade pela Senadora Regina, e à Presidência dos trabalhos, o nosso grande Senador gaúcho Paulo Paim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar V. Ex^a pela notícia que traz ao Plenário. Eu sempre digo que, no que se refere às questões de interesse do Rio Grande, sempre os três Senadores e a Bancada Gaúcha – e, naturalmente, todas as forças vivas do Rio Grande – têm que estar juntos. Como disse muito bem V. Ex^a, mais energia, mais emprego nessa região que está tão carente, depois dos fatos que V. Ex^a acompanhou, em relação ao Polo Naval. Então, é muito importante essa sua notícia.

Parabéns a todos!

De imediato, Senadora Regina Sousa, para o seu pronunciamento, pelo tempo que entender adequado.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, quero parabenizar o Senador Lasier e todos os Senadores gaúchos, o Senador Paim também, pelo empreendimento que vai haver lá. Quero dizer que o meu Piauí já é o terceiro em energia eólica e que também somos o



primeiro em energia solar na América Latina, pois temos o maior parque de energia solar da América Latina no Piauí, já instalado e funcionando. É a hora da energia limpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é uma concorrência positiva.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Positiva.

Mas eu queria primeiro cumprimentar os nossos índios que estão aqui hoje, mais de 3 mil índios. Muita gente diz que não existem mais indígenas, povos indígenas, e eles, todos os anos, vêm aqui para se mostrarem, para dizer que eles existem, reivindicar seus direitos e apresentar sua pauta.

Estivemos agora com o Senador Eunício, com a representação dos indígenas, apresentando a sua pauta contra alguns projetos que tramitam por aqui, de licenciamento ambiental, que passa nas suas terras deles, contra a PEC 215 e contra outros projetos. Eles apresentaram a sua pauta ali, pauta que nós, como Senadores, acompanhamos, principalmente pelos direitos humanos, e vamos ter que encampar essa ideia de tentar resolver esses problemas e impedir a aprovação de alguns projetos que prejudicam os povos indígenas, principalmente no que diz respeito à sua principal reivindicação, que é a demarcação de suas terras. É impossível que nós tenhamos dúvida de que os índios são donos das terras onde habitam. Então, nós precisamos dar passos nesse sentido.

Eu queria também lamentar que uma juíza, lá em Curitiba, tenha negado a visita de um médico, do médico do Presidente Lula, lá na Polícia Federal, onde ele está. Lula é idoso, teve um câncer gravíssimo, toma remédios permanentemente... Ele precisa de acompanhamento. E quem tem que acompanhar é o médico que conhece, que acompanha a doença dele. Não é qualquer médico; é o que o acompanha desde a doença.

Então, é um absurdo o que está acontecendo em Curitiba. Não é à toa que chamam de República de Curitiba. Daqui a pouco ela vai ter as suas próprias leis, o seu próprio Código Penal... Daqui a pouco haverá a Constituição de Curitiba. Porque os juízes de lá mandam tudo, podem tudo. E o Supremo fica quietinho, caladinho, parado, como se não tivesse poder, como se ninguém tivesse poder acima deles. Então, isso é um absurdo. E nós responsabilizaremos os juízes de Curitiba pelo que acontecer ao Presidente Lula naquele lugar.

Então, já basta o isolamento em que ele se encontra... Basta não, que nós não nos conformamos. Estivemos lá e vimos o isolamento em que ele se encontra, que já é uma coisa ruim, já é uma privação de direitos.

Mas eu quero falar também de um outro tema que está afligindo os servidores desta Casa – os servidores terceirizados –, porque roda por aí um documento, de uma consulta da Direção do Senado, sobre a dispensa desses contratados numa nova licitação e a recontratação deles com salário menor. Chamam de piso da categoria, mas a gente sabe que é um salário mínimo. E esse pessoal não ganha altos salários. São R\$1.400, R\$1.500, R\$1.300... Então, eles estão apavorados com o que possa acontecer.

E nós dizíamos aqui, na época da aprovação da reforma trabalhista, que isso iria acontecer, porque, para as empresas, o objetivo único praticamente é o lucro, não pensam nos seus trabalhadores. E está aí, agora, a ameaça da reforma trabalhista aplicada aqui, nos terceirizados do Senado, esse pessoal que serve o nosso café, a água, que limpa isso aqui e que mantém isso aqui tudo maravilhoso. Estão correndo o risco de serem demitidos, porque, se não aceitarem a redução



de salário, tem quem aceite. Então, isso está mais uma vez mostrando que nós estávamos certos de que a reforma trabalhista vinha para prejudicar trabalhador. Mas o que mais me impressiona é Senador que votou a reforma trabalhista vir se solidarizar com os terceirizados do seu gabinete, porque "o fulano e o fulano, em nome do fulano..."

Nós tiramos, na Comissão Direitos Humanos, um documento para encaminhar para a direção do Senado, para a Mesa Diretora e para a Direção. Eu acho que há uma certa falsidade, hipocrisia até, porque... Vamos lá: você votou nisso sabendo o que iria acontecer. Então, não venha dizer agora que é solidário, porque solidariedade não vai fazer essa lei voltar atrás. O que tinha que fazer voltar atrás é uma revogação dela.

E, por último, Senador, quero falar da Embrapa, Presidente. Queria que V. Ex^a me desse mais um tempinho, para eu poder fazer a homenagem à Embrapa. Eu prometi isso aos servidores da Embrapa.

Hoje é aniversário da Embrapa: 45 anos. Não é novidade de que o Brasil está vivendo uma crise grave, um momento grave e os retrocessos – acabei de falar de um aqui, da questão da reforma trabalhista.

Então, as elites atrasadas, que criaram crises artificiais para justificar a tomada do poder por um golpe, que infelizmente foi apoiado pela maioria dos Parlamentares desta Casa, não conseguiram e nem conseguem debelar os problemas, cada vez maiores, que estas crises causam para a economia, com reflexos em todos os setores da vida nacional. E resolvem, de modo cruel, compensar ao menos os próprios prejuízos, jogando a conta de seus erros nas costas dos mais pobres, da classe trabalhadora, e às custas do desmonte dos serviços públicos, cada vez mais precarizados, e das empresas estatais.

Uma destas empresas é a Embrapa, completando 45 anos de fundação, que é um patrimônio do povo brasileiro.

A Embrapa, junto com as empresas estaduais de pesquisa agropecuária e universidades que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, é importantíssima para a população pobre do Brasil, pois suas pesquisas resultam na oferta de alimentos, condição inicial para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Costumamos ver a Embrapa apenas como aliada do agronegócio – o agronegócio é importante para este País –, e este é realmente o lado mais forte dela, pois parte importante da direção da empresa sempre foi, desde sua fundação, aliada às grandes empresas transnacionais, o que canalizou a inteligência de seus pesquisadores para o desenvolvimento majoritário do agronegócio de exportação, que muitas vezes destrói comunidades, paisagens, mananciais, e não combate efetivamente os problemas nutricionais do povo brasileiro, como muito bem foi dito na música do Vandrê : "Pelos campos há fome, em grandes plantações".

Mas, Sr. Presidente, há outro lado da Embrapa que eu, como sertaneja e apoiadora da agricultura familiar, conheço e valorizo. É a Embrapa que pesquisa e repassa conhecimentos e inovações que tornam mais eficiente e menos penoso o trabalho do pequeno agricultor, este sim, responsável pela comida e pelo tempero que chega todos os dias às nossas mesas!

A Embrapa integra o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e alguns pesquisadores heroicos e contra-hegemônicos dentro da empresa também desenvolveram, nesses mais de 40 anos, tecnologias para eficiência e sustentabilidade da agropecuária brasileira. Isso ajudou a retirar o País de uma condição de importador de alimentos básicos, como acontecia até poucas décadas atrás, e a livrar o nosso povo do Mapa da Fome da ONU. Isso é importante dizer,



porque o Brasil está voltando ao Mapa da Fome: 1,5 milhão de brasileiros voltaram à condição de extrema pobreza.

O problema agora é que a Diretoria da Embrapa resolveu radicalizar em sua lógica neoliberal de mercado e está trabalhando na chamada reestruturação da empresa, respaldada, entre outras, pela Emenda Constitucional 95, aquela referente ao teto de gastos, e na reforma trabalhista. Não satisfeita, ainda está tentando criar um braço comercial, a subsidiária EmbrapaTec, conforme o Projeto de Lei 5.243/2016, de autoria do Executivo, que, caso aprovado, será o instrumento para viabilizar a implementação da lógica privatista em relação à geração e a apropriação do conhecimento e das tecnologias desenvolvidas pela empresa, em favor exclusivo do agronegócio e das grandes transnacionais do sistema agroalimentar.

Defensores do serviço público para o público e do direito humano à alimentação, garantido na nossa Constituição por uma emenda de autoria do Senador Valadares, precisam se posicionar contra esta iniciativa. Os trabalhadores que construíram esta empresa, os sindicalistas, os professores das universidades, os agricultores familiares, os movimentos sociais do campo e da cidade e os Parlamentares de bom senso não podem permitir que isso aconteça.

Precisamos defender e reconstruir o projeto de uma Embrapa pública, que contribua para um Brasil justo, igualitário e sem fome. Uma empresa em prol dos setores populares e da sociedade brasileira deve estar em sintonia com o projeto de um País democrático e voltado aos interesses fundamentais dos segmentos historicamente excluídos, do campo e da cidade, nunca de empresas multinacionais que não possuem compromisso com a vida plena, mas com a indústria do veneno, que causa a morte.

As estruturas da Embrapa precisam ser redemocratizadas, para que haja participação de seus empregados nos cargos de gestão em todos os níveis, cessando também as ações arbitrárias, autoritárias e intimidatórias praticadas pela atual diretoria contra trabalhadores que se opõem ao projeto privatista e aos desmandos administrativos, evidenciadas com os vários casos de assédio moral e demissões sumárias, e sem o direito à ampla defesa.

Estas perseguições podem ser simbolizadas na recente demissão do sindicalista Vicente Eduardo Soares Almeida, pesquisador que dedicava seus estudos à agroecologia e aos impactos dos venenos à saúde e à natureza. Vicente Almeida ingressou na Embrapa em 2005, por intermédio de concurso público, e era pesquisador vinculado à Unidade Hortaliças, de Brasília.

Como Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Vicente Almeida denunciou publicamente a Embrapa por praticar trabalho escravo, após tentar resolver os problemas administrativamente. O caso teve certa repercussão, e os diretores passaram a persegui-lo. E, terminado o seu mandato sindical, providenciaram sua demissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, foram os investimentos públicos que fizeram da Embrapa uma referência mundial na pesquisa para a produção de alimentos e uma importante ferramenta de redução da pobreza rural. Não podemos deixar que esse patrimônio seja ameaçado pela privatização e pelo autoritarismo de seus gestores.

"Não" à EmbrapaTec, "não" ao assédio moral dentro da Embrapa, e "sim" a uma Embrapa comprometida com a produção de alimentos saudáveis.

Muito obrigada, Senador.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, convido V. Ex^a, para que eu possa usar a palavra, porque eu vou ter que ir para o aeroporto em seguida.

Depois, na sequência, o Senador Garibaldi e a Senadora Gleisi Hoffmann.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Regina Sousa, na mesma linha que V. Ex^a falou, nós buscamos ontem e conseguimos a assinatura de todos os Senadores da Casa, porque nenhum se negou a assinar. Todos que eu procurei... Já estava em torno de 50 assinaturas. Então, eu diria que, em nome de todos os Senadores da Casa, entregamos o documento à Direção do Senado e também à Diretora, que cuida dessa questão.

Fizemos uma audiência pública no Petrônio Portela, reunindo em torno de 600, mais ou menos, terceirizados aqui da Casa, e, seguindo orientação de V. Ex^a, que me indicou como relator, nós movimentamos aquela moção de total repúdio a essa ideia de redução de salário dos trabalhadores terceirizados.

Fiz o relatório e encaminhei, a pedido de V. Ex^a, também à direção da Casa, e já temos um retorno. Foi assegurado para a comissão que esteve com a Diretoria-Geral da Casa que não vai haver nenhum centavo de redução – podemos aqui, agora, dar essa notícia –, nem demissão – pelo menos por esse motivo, não é? Não vou dizer que agora eles têm toda a estabilidade no emprego, o que seria uma falsa notícia. Mas pelo menos não vai haver redução de salário, nem, por esse motivo, qualquer tipo de redução.

Com isso, nós tranquilizamos os servidores desta Casa, como V. Ex^a destacou muito bem, sejam aqueles que trabalham aqui no cafezinho, sejam aqueles que dão assessoria aqui no plenário, que são terceirizados, sejam aqueles que, no dia a dia, fazem a importante conservação e limpeza, aqui da Casa, sejam aqueles que são terceirizados na TV Senado, na Rádio Senado, onde sabemos que há muitos terceirizados, sejam os terceirizados que também, de uma forma ou de outra, trabalham aqui, nas companhias de segurança.

Enfim, em torno de mil trabalhadores poderiam ter esse prejuízo, mas houve uma mobilização dos terceirizados. Eles foram fundamentais, porque eles se mobilizaram, eles lotaram o Petrônio Portela. Eles procuraram os Senadores. Eu tive a oportunidade de ter aquele documento no dia 17 e fiz a leitura do documento aqui no plenário.

Enfim, eu diria que foi um movimento coletivo da Comissão de Direitos Humanos, todos os Senadores foram solidários, como também o próprio Presidente da Casa, que autorizou, então, que não houvesse nenhuma especulação em nenhum sentido. Eu deixo registrada aqui a decisão final.

Presidente, eu queria fazer dois registros.

Primeiro, eu quero dizer que o dia 28 de abril, próximo sábado, é o dia em que lembramos os 78 trabalhadores vitimados pela explosão de uma mina no Estado de Virgínia, Estados Unidos. A data é lembrada como o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho, representa uma justa homenagem e é uma oportunidade de debater esse tema.



No Brasil, a Assembleia Constituinte de 1988 – de que eu fiz parte – modernizou o ambiente de trabalho, mas não proporcionou uma redução significativa da violência nos acidentes na área laboral. Agora, em meio às celebrações de três décadas da Constituição, é bom apontar para frente, para se buscar mais proteção para evitar acidentes e mortes no trabalho. Infelizmente, a reforma trabalhista de 2017 prejudicou a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Por isso tudo, eu faço essa lembrança neste momento, no sentido de lembrar todos os anos que o Brasil não pode continuar sendo o País que fica entre os cinco maiores do mundo em mortes e acidentes no trabalho... Na verdade, ele estava entre os cinco, mas agora fica entre os três países do mundo que se destacam – infelizmente, um destaque negativo – em relação às mortes e acidentes no trabalho.

Há uma série de projetos na Casa que vão nessa linha. Eu acho que um dos mais importantes, pelo que eu entendo, é o PLS 233, de 2017, que apresentei logo que foi aprovada a reforma da previdência, revogando a Lei 13.467. A partir daí, em acordo com V. Ex^a, criamos uma comissão especial na Comissão de Direitos Humanos e construímos uma proposta que é chamada o novo Estatuto do Trabalho ou a nova CLT e que será apresentada, definitivamente, no dia 10, para que o Brasil todo tenha cópias dessa proposta e apresente, inclusive, alterações, mudanças.

A linha da nova CLT, que vai ser amplamente divulgada a partir do dia 10, foi construída com centrais, federações, confederações, sindicatos – foram 24 audiências públicas –, construída com um leque amplo de partidos políticos, de entidades vinculadas ao serviço público tanto do Judiciário como aqui da Casam e mesmo de concursados, naturalmente, do Executivo, profissionais de carreira das três esferas. Todos nos ajudaram muito na construção dessa CLT, que recupera tudo que foi retirado e amplia na área da modernidade.

Por fim, Sr^a Presidenta, quero fazer outro registro ainda, pois não estaremos aqui na terça-feira da semana que vem, que será 1º de maio, Dia do Trabalho. Chegaremos ao primeiro Dia do Trabalhador após a reforma em vigor desde 13 de julho do ano passado, após uma tramitação acelerada, que só trouxe prejuízo para os trabalhadores. Não é exagero dizer que vivemos uma nova era nas relações do trabalho em nosso País, muito perversa. Direitos e garantias duramente conquistados com muita luta, durante décadas e décadas, foram retirados.

Hoje, saiu na grande imprensa que, devido à reforma trabalhista, a massa salarial diminuiu no País – e muito –, inclusive repercutindo agora na previdência. A terceirização, o contrato exclusivo, o trabalho intermitente, tudo isso vai na linha de fragilizar o salário e a renda do trabalhador. Consequentemente, se ele não tem renda, ele não paga a previdência, como poderia pagar se tivesse um salário decente.

E me perguntaram se eu não tinha me preocupado com isso. É claro que eu me preocupei! Alguém achou que o empresariado nacional, principalmente a cúpula – as médias e as pequenas nem fizeram nada, não atuaram nesse sentido, porque sabiam que seria um tiro no pé –, ia fazer uma reforma que não fosse para eles faturarem mais? Só que é uma fatura que chamamos de vitória de Pirro. Ganhamos aquela reforma, mas e daí? O desemprego aumentou, o PIB tende a diminuir, e, se diminuir a renda do trabalhador, ele não tem com o que comprar, e, consequentemente, quem produz não tem para quem vender.

Enfim, nós estamos aí salvando essa situação – eu diria nós todos, porque essa é uma proposta coletiva da Comissão Especial na CDH. A proposta está pronta, está na impressão e visa a garantir novamente os direitos do povo brasileiro, dos trabalhadores da área pública e da área privada.



Este é o comentário que eu faço sobre esse 1º de maio, dizendo também que, felizmente, a reforma da previdência eles não conseguiram aprovar. Foi um trabalho amplo, de muita resistência de centrais, confederações, federações, associações, clubes de mães e de pais, clubes de terceira idade, aposentados, servidores de todos os três Poderes, enfim. Nós conseguimos resistir. Depois, isso culminou com a CPI da Previdência, em que conseguimos aqui a assinatura de 62 Senadores. Foi um trabalho de seis meses, em que provamos que a previdência não é deficitária, se respeitarem o que manda a Constituição, se pararem de fazer Refis, se pararem de perdoar os grandes devedores – há 1 trilhão prontos para serem executados e não são executados. Se cumprissem tudo o que manda a Constituição em matéria de seguridade, nós não estaríamos com o caos na saúde, na previdência e na própria assistência. Teríamos aí um fundo – gastaríamos mais na saúde, porque tem que se investir na saúde, mas a PEC 95, infelizmente, trabalhou na linha de congelar todos os investimentos – e uma saúde de mais qualidade e, com certeza, um superávit ainda maior.

Termino, Sr^a Presidente, dizendo que é claro que os trabalhadores não têm nada a festejar, mas a democracia está, apesar de abalada, firme. Eu não acredito em retrocesso. Nós apostamos muito que, nas eleições de outubro, possamos eleger um Congresso em que a maioria tenha compromisso com o povo brasileiro e um Presidente da República que tenha também compromisso com toda a nossa gente.

Só para concluir, Sr^a Presidente, atualmente são quase 3 milhões de brasileiros entre autônomos e informais, segundo a PNAD, pesquisa nacional do IBGE. Eu diria para todos que a terceirização, infelizmente, avança, e nós temos que fazer de tudo para aprovar o novo Estatuto do Trabalho e para não permitir a terceirização na atividade fim.

Resumo agora, Sr^a Presidente – a pressa também é minha –, dizendo que haverá grandes atos em 1º de maio neste País. Haverá uma concentração muito grande lá em Curitiba, onde está preso o ex-Presidente Lula, lamentavelmente. O movimento social e sindical vai fazer um grande ato lá, mas haverá também atos em todo o País. Eu participarei dos atos que visam defender a democracia; rejeitar, com muita firmeza, a reforma trabalhista aprovada – eu defenderei muito a aprovação da nova CLT, do novo Estatuto do Trabalho –; rejeitar a reforma da previdência; e apontar na linha da revogação, inclusive, da PEC 95, que prevê o congelamento de gastos.

Sr^a Presidente, com isso, eu termino, porque tenho que me deslocar agora para o aeroporto. Peço que considere na íntegra os meus três pronunciamentos.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide Item 2.1.3 do Sumário)

Matéria referida:

- Encaminhamento nº 4, de 2018;
- Anexo: Redução de salário dos servidores terceirizados - 24/04/2018.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide Item 2.1.3 do Sumário)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Será considerado, Senador, na íntegra, o seu discurso.



Eu passo a Presidência ao Senador Garibaldi. O senhor vai fazer o pronunciamento da mesa...?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. *Fora do microfone.*)

– Eu faço depois.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, a Senadora Gleisi pode falar. O senhor preside para ela e depois... Eu também tenho um voo.

Ele preside para a senhora, Senadora.

Obrigada, Senador.

(A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Assumo a Presidência dos trabalhos e tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, negar assistência médica a Lula é crime contra a humanidade.

A petição para que os médicos Rui de Oliveira e Darley Rugeri Wollmann Jr visitem o ex-presidente Lula foi protocolada na sexta-feira, 20, diretamente para a juíza Carolina Moura Lebbos, da 12^a Vara Federal de Curitiba [Vara de Execuções Penais]. Diante da falta de resposta da juíza, a petição foi renovada ontem (25) e negada sob o absurdo pretexto de que não houve “alegação de urgência”.

Lula tem 72 anos de idade; tratou-se de câncer na garganta detectado em 2011, vinha praticando exercícios físicos diariamente, sob supervisão do médico Rui de Oliveira, em São Bernardo do Campo (SP), e fazia avaliações cardiológicas (exames de pressão, por exemplo) periodicamente, exames para os quais se voluntariou o cardiologista Darley Wollmann, de Curitiba.

Lula, que está preso em regime de isolamento na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, por decreto ilegal e injusto de Sergio Moro, tem direito à assistência médica como qualquer cidadão, onde quer que se encontre.

A decisão da juíza é mais uma arbitrariedade da Lava Jato contra o maior líder popular do país. É mais uma injustiça contra Lula. É uma atitude mesquinha e cruel. É um crime contra a humanidade, que terá repercussão internacional.

Essa nota é assinada por mim, pelo Líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta, e pelo Líder do PT no Senado, o Senador Lindbergh Farias. Ela foi distribuída hoje à imprensa. Ela também está sendo distribuída, traduzida para o espanhol e para o inglês.

É lamentável o que nós vemos que está acontecendo com o Presidente Lula. Não há justificativa para ser negada a ele a visita médica. Por que isso está acontecendo? Por que o regime de prisão do Presidente Lula é de isolamento?

Aliás, a Juíza não tem permitido, reiteradamente, visitas ao Presidente Lula. Ela considera demasiados os pedidos. Não pôde visitar o Presidente Lula a ex-Presidenta Dilma. Não pôde visitar o Presidente Lula o ganhador do Prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel. Não pôde



visitar o Presidente Lula o Frei Leonardo Boff. Aliás, a lei permite aos presos, aos que estão detentos assistência religiosa, Senador Garibaldi, mas não permitiram que Leonardo Boff, que é um amigo de longa data do Presidente Lula e seu orientador religioso, pudesse visitá-lo, assim como nove Governadores do Nordeste estiveram na sede da Polícia Federal, tentando visitar o Presidente Lula. Também não conseguiram. Os Deputados Federais também não conseguiram. Vários, vários tentaram visitar o Presidente Lula e não conseguiram.

Por que esse regime de isolamento ao Presidente Lula? Isso não está na sentença que o condenou à prisão, ela não dizia de regime de isolamento. O Presidente Lula, como qualquer um, tem direito a receber amigos, tem direito a receber o seu médico. O Presidente Lula tem problemas de saúde. Uma decisão como essa coloca em risco não só a integridade física e psicológica do Presidente Lula, mas coloca em risco a sua vida. Quem é essa Juíza para determinar o que é urgente e o que é necessário em termos de assistência e acompanhamento médico? Que formação tem ela nessa área? Isso aqui extrapolou todas as questões relacionadas à legalidade do processo para com o Presidente Lula. Nós estamos fazendo uma denúncia internacional sobre isso. Não é possível que Lula seja tratado assim.

Aliás, eu pergunto aqui desta tribuna: qual foi o crime que o Presidente Lula cometeu? Sergio Moro ainda está devendo isso à sociedade. Qual é a prova que tem contra o Presidente Lula? Até agora, ela não foi apresentada.

E pergunto mais, Sr. Presidente. Que criminoso, que bandido teria lá para lhe visitarem nove Governadores de Estados importantes desta Nação? Que criminoso, que bandido teria Adolfo Pérez Esquivel na sua porta para lhe visitar? Que criminoso, que bandido teria um grupo de Parlamentares, de Deputados, de Senadores? Que criminoso, que bandido teria os líderes sindicais que representam as centrais sindicais todas deste País na porta para lhe visitarem?

Que criminoso, que bandido teria uma vigília permanente, em que fazem orações, em que fazem pronunciamentos, discussões políticas e clamam por sua liberdade? Que criminoso, que bandido teria uma população à porta do sindicato onde ele estava impedindo ou querendo impedir que a polícia o levasse?

Eu faço essas perguntas.

Há algo muito errado acontecendo neste País.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A senhora me concede um aparte, Senadora?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Concedo um aparte, Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Gleisi, Presidente do PT, colega aqui do Senado, eu não posso deixar de fazer este aparte no sentido de concordar com V. Ex^a, com você, companheira Gleisi, porque o que está ocorrendo com o Presidente Lula não tem nenhuma justificativa a não ser uma grande injustiça, uma verdadeira caçada, uma ação contra um brasileiro que fez tanto por este País, que faz tanto por este País, que fez tanto pelos brasileiros e pelas brasileiras, que entrou para a história como um dos maiores e melhores Presidentes da República deste País e que sofre agora essa grande injustiça. O que está se escrevendo é uma página triste da história brasileira. Mas V. Ex^a traz algo muito grave. Além do constrangimento, da humilhação que o Presidente Lula tem vivido, coisas que outros ex-Presidentes, que, talvez, aí sim, possam ter dívida com este País, não viveram, o Presidente Lula, que fez tanto, está vivendo. Não bastasse isso, é um processo de humilhação permanente. A



transferência dele, com aqueles diálogos no avião, no monomotor em que levaram o Presidente para Curitiba; depois, a chegada do Presidente. Aí, o juiz diz: "não, como ele é um ex-Presidente, nós vamos dar um tratamento diferenciado". Ninguém pediu esse tratamento diferenciado. Nós sempre falamos que não queremos o Presidente Lula sendo tratado acima da lei, mas também não queremos abaixo da lei.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É isso.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estão o tratando abaixo da lei. E o colocaram numa cela, isolado. Ele está vivendo numa solitária. Como se não bastasse, vem agora membros do Judiciário, uma juíza, dizendo cumprir a lei, cometer mais uma injustiça, não permitindo visita. Isso é algo...

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Do médico.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Olha, do médico, de um Nobel da Paz, cuja visita é permitida por tratados internacionais. Eu fiquei muito triste e comovido de ver um Leonardo Boff, uma figura emblemática do mundo inteiro... Que mal poderia fazer uma visita de um Nobel da Paz acompanhado de Leonardo Boff a uma pessoa, que nós entendemos, e boa parte do País felizmente entende, que sofre hoje uma grande injustiça, como o Presidente Lula sofre? Mas fica caracterizado que isso é uma ação. E, para mim, não é uma ação do Judiciário brasileiro. Mas é de parte do Judiciário. É uma ação que é uma espécie de confirmação dessa marcha da insensatez em que o País está metido. Eu só fico triste porque quem faz as leis somos nós. As leis estão sendo descumpridas. E normalmente se encontra subterfúgio onde a lei não é muito clara. Por mim, nós temos de mudar a Lei de Execução Penal não por causa do Lula, mas por conta de qualquer brasileiro ou brasileira que venha a sofrer esse tipo de privação ou de injustiça. É lamentável. Eu, sinceramente, tenho vergonha em certos momentos de estar vivendo uma situação como esta, porque não é possível. Eu concluo, Sr^a Presidente do PT e companheira Gleisi. Eu, ontem, fiquei chocado. Anteontem, a Segunda Turma do Supremo toma algumas medidas. Quando eram medidas que atendiam a esse ambiente de insensatez, de injustiçamento, de falso moralismo, "foi o Supremo que tomou, todos temos que cumprir". Talvez o único que esteja cumprindo a decisão da Justiça, mesmo nós todos entendendo que é injusta, é o Presidente Lula, que atendeu a uma determinação de primeira instância e segunda instância, e que nós entendemos que é parte de um jogo de cartas marcadas. E a história haverá de registrar isto. Agora, a Segunda Turma, por maioria explícita, toma uma decisão de fazer a correção desses abusos de autoridade, e aí entram os falsos moralistas. Fico triste em ver alguns jornalistas, que eu tinha em boa conta, virando justiceiros, com dois pesos e duas medidas. Fico triste em ver articulistas importantes que não estão vendo que estão ficando do lado errado da história, que vão ser cobrados por filhos e netos por terem apoiado medidas arbitrárias, fora da lei, como essas que levaram o Presidente à prisão. Parece até, Senadora Gleisi, que estamos naquele Coliseu romano, onde a insensatez fazia com que todos os dias tivesse que haver uns matando os outros, uns sendo dizimados, tinha que haver sangue todo dia. Agora, escolheram a pessoa errada, escolheram o Presidente. Vou falar algo aqui que é muito forte: o Presidente Lula é filho de uma lavadeira, mas não é uma lavadeira de roupa, mas, sim, de uma lavadeira de banheiro de bar do interior de São Paulo, emprego que a mãe dele arrumou quando chegou com os filhos, desempregada, sem marido. Ele sobreviveu a isso, sobreviveu à miséria do Nordeste, conquistou o Brasil e o mundo e, quando



chegou ao poder, não sofreu uma única denúncia nos seus oito anos. Como eu queria que aqueles que foram Ministros do Presidente Lula viessem aqui, já que ele está preso, para dizer uma medida do Presidente Lula ilegal, um pedido do Presidente Lula fora da lei. Não, não tem nada disso. O que existe é que aqueles que deram o golpe, fizeram um falso *impeachment*, se apropriaram do poder sem legitimidade, e agora, somados com setores da imprensa, somados com setores do Judiciário, estão fazendo uma ação odiosa e perversa contra o maior líder do País nas últimas décadas, como dizia o Presidente Barack Obama. Alguém que fez tanto pelo País sofre hoje a maior injustiça. Mas, se Deus quiser, a justiça será feita. Não é possível que não tenha sensatez no Judiciário brasileiro para fazer com que o Presidente Lula saia lá, aonde ele não deveria ter ido nunca. Mas o essencial é o seu discurso: nem médico pode visitar o Presidente Lula. Isso é um absurdo. É um crime que está sendo cometido em nome da lei e contra o Presidente Lula. Parabenizo V. Ex^a, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada pelo aparte, Senador Jorge. Vou incorporá-lo ao meu pronunciamento.

O Presidente Lula agora tem causado um grande incômodo em Curitiba. Queriam muito levá-lo para lá. A Lava Jato queria muito. Agora não sabem o que fazer com ele, tal é a grandeza desse homem. Já tiveram três pedidos de remoção. Agora o Ministério Público diz que não pode remover. A reclamação vai desde os custos que têm com o Presidente Lula – dizem que já gastaram mais de R\$150 mil – até os incômodos da vigília permanente em frente à Polícia Federal e também o incômodo dos inúmeros, das centenas de pedidos de visita ao Presidente Lula.

Nós avisamos que o Presidente Lula não era uma pessoa normal, comum – é o maior líder popular da história deste País – e que isso iria acontecer. Não tem cadeia ou prisão em que caiba o Presidente Lula. A questão não é transferir o Presidente Lula de lugar, a questão é soltá-lo. O lugar de Lula é nas ruas deste País, conversando com o seu povo, até porque a sentença em segunda decisão, em segunda instância pode se dar no cumprimento da pena e tem que ser fundamentada. Não é uma determinação de que, se foi condenado em segunda instância, tem que ser preso. Pode ser, e tem que fundamentar. E o fundamento tem a ver com a periculosidade de quem está se tratando, com o perigo que ele oferece à sociedade. Que perigo oferece à sociedade o Presidente Lula? Que perigo oferece à sociedade ele solto? Nenhum.

Então, se os senhores querem resolver o problema dos custos que têm com a prisão de Lula e dos incômodos que ele está causando, só há um jeito: libertem o Presidente Lula, liberem-no. Por que é que o mantêm preso? Lula tem que ser liberado.

Eu tenho às vezes recebido algumas perguntas de por que é que eu tenho defendido tanto o Presidente Lula e tenho colocado o meu mandato como Senadora e também como Presidente do PT a favor dessa causa. Pedir a liberdade de Lula e lutar por Lula é lutar pelo povo pobre deste País. É lutar para que este País tenha emprego. Na época do Lula, nós tivemos 20 milhões de empregos formais gerados, com a lei trabalhista em vigor naquela época, que dava direito e que dava decência aos trabalhadores, não com essa lei trabalhista de quinta categoria que foi aprovada, inclusive por muitos colegas desta Casa, e que ontem estava quase causando a retirada de direitos dos terceirizados do Senado. Aí eu vi Senador assinando aqui um abaixo-assinado para não retirar direito. Os mesmos que votaram a favor da reforma trabalhista. É uma ironia isso, uma ironia. Porque eles no atacado ajudam os grandes, ajudam os ricos, ajudam o sistema financeiro. E aí querem fazer a política aqui quando chega para eles a pressão dos mais pobres.



Isso, a pressão daqueles que trabalham aqui, que conseguem ter um pouquinho de acesso – um pouquinho, porque a maioria do povo não tem.

É contra essa reforma trabalhista que eu luto quando eu quero a libertação de Lula; é contra a falta de distribuição de renda neste País que eu luto quando eu quero a liberdade de Lula; é contra a deriva em que se encontra este País que eu luto quando eu peço a liberdade de Lula. Lula significa dignidade para o povo brasileiro; Lula significa direito à educação; Lula significa direito à saúde; Lula significa direito ao crédito; Lula significa direito aos programas sociais; Lula significa direito a um salário digno, ao emprego. É isso que significa o Presidente Lula. Ele é uma bandeira de todos os direitos reivindicados pelos trabalhadores, porque no governo dele, o povo mais pobre deste País teve direito, o povo mais pobre deste País foi bem tratado.

V. Ex^a, Senador Garibaldi, é do Nordeste brasileiro. Quando se faz pesquisa no Nordeste brasileiro, o Presidente Lula tem quase 70% de intenção de votos. E por quê? Porque Lula foi um dos poucos presidentes, se não foi o único – acho que foi o único da história – que efetivamente olhou pelo Nordeste do Brasil. Olhou no sentido de gerar desenvolvimento, levando à industrialização, à geração de emprego e de renda; olhou no sentido de dar condições ao agricultor e ao pequeno agricultor nordestino, que sempre se debatia com a seca; olhou no sentido de atacar os problemas da seca, de fazer a transposição do São Francisco, mas também o projeto de cisternas; olhou no sentido de combater a fome e a miséria. Esse é Lula – Lula, um homem que tem condições, que tem coragem, que tem sensibilidade de olhar para o seu povo.

Por isso a bandeira mais importante que eu posso defender neste Senado, a luta mais importante que eu posso travar aqui dentro e travar também como Presidente do PT, é a liberdade de Lula. Porque Lula hoje sintetiza a esperança e a confiança do povo brasileiro. Não fosse isso, esse homem perseguido, injustiçado, desconstruído pela mídia, não estaria em primeiro lugar nas pesquisas, mesmo preso. E é importantíssimo, quando a gente olha nas pesquisas, analisar o que as pessoas falam quando essas pesquisas são qualitativas. "Eu voto em Lula mesmo preso." Quem é que tem essas condições hoje no Brasil? Qual é o político que tem essas condições hoje no Brasil? Não há político que chegue aos pés do Presidente Lula, em termos de popularidade e respeitabilidade do povo. Não existe nenhum! Não há nenhum presidenciável que chegue perto! Nenhum outro candidato que chegue perto – e isso, contando o que Lula passou, a desconstrução que teve. Isso se chama confiança popular. Não é mais nem esperança; é confiança. Isso significa que Lula mudou a vida de milhões e milhões de pessoas. Contra isso, não há Lava Jato politizada que dê jeito; não há discurso aqui dentro que dê jeito; não há protesto que dê jeito; não há jornalista de imprensa de mídia grande que dê jeito; não há Rede Globo que dê jeito.

Lula continua sendo o candidato querido do povo brasileiro, porque, efetivamente, ele fez. Por isso, volto a dizer: a minha maior luta aqui, como Senadora da República, como Presidente do Partido dos Trabalhadores, é a liberdade de Lula, porque a liberdade de Lula significa a dignidade – primeiro o direito do povo brasileiro de decidir em quem votar e escolher seu Presidente, e segundo, o resgate da dignidade do povo brasileiro e do desenvolvimento deste País.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Peço ao Vice-Presidente da Casa, o Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ou ex-Vice.



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ou ex-Vice. Estamos tratando aqui de "já era". (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

(*O Sr. Garibaldi Alves Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Na condição de Presidente desta sessão, passo, então, a palavra ao Senador Garibaldi Alves, que já presidiu a Casa e é um Colega que tem uma história já de serviços prestados a esta Casa, que agora, como orador inscrito, faz uso da tribuna.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Jorge Viana, pelas palavras tão generosas, com relação à minha passagem pela Presidência desta Casa, ao mesmo tempo em que ocupei outros cargos dentro do que temos aqui como o arcabouço institucional desta Casa.

Em primeiro lugar, queria lamentar realmente isso que a Senadora Gleisi Hoffmann acaba de abordar, que é a situação em que se encontra o ex-Presidente Lula.

No Rio Grande do Norte, temos enfrentado um golpe muito grande, com relação à política do Estado, e principalmente nós, do PMDB, porque está preso, há praticamente 11 meses, com prisão preventiva decretada, que vem se eternizando, o ex-Deputado Henrique Eduardo Alves, que foi Presidente da Câmara e teve 11 mandatos conferidos pelo povo do Rio Grande do Norte.

Esperamos, Sr. Presidente, que esse momento, que deu margem a essas injustiças, possa passar. E terá que passar logo, para não deixar marcas, com relação ao pleito que se avizinha, para que não tenhamos uma situação de intolerância, como temos hoje no País.

As posições devem ser defendidas, cada um deve ter a sua ideologia, cada um deve ter o seu pensamento, e esse pensamento deve ser respeitado. O que há hoje é uma intolerância muito grande, e eu, que fiz uma carreira política toda baseada no efeito conciliatório que consegui para os meus encaminhamentos, só tenho a lamentar esses últimos fatos políticos ocorridos no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Mas eu não venho só lamentar, Presidente Jorge Viana. Eu venho, graças a Deus, registrar que aquela situação vexatória, aquela situação que eu diria dramática do povo nordestino, ao enfrentar seis anos de seca, começa a tomar outras cores.

O Senador José Medeiros, nosso conterrâneo, teve a oportunidade de visitar comigo a sua cidade, a cidade onde ele nasceu, Caicó, e ele viu, ele esteve presente a uma festa no meio de uma seca de seis anos, e só a fé poderia dar àquele povo a resistência que aquele povo teve de, sofrendo seis anos de seca, ainda ir para as ruas para cultivar a sua fé na Nossa Senhora de Sant'Ana. Hoje, José Medeiros, eu gostaria até de que pudéssemos ser de novo companheiros de uma viagem para você verificar a transformação que ocorreu no Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, nos outros Estados do Nordeste.

Aquela paisagem agressiva, cinzenta, triste, aterradora, aquilo tudo cedeu, Senador Jorge Viana, a uma paisagem verde e que, graças a Deus, não é a seca verde, porque às vezes chovia, e as chuvas só faziam mesmo mudar as cores das plantas. Hoje, não! Hoje nós já temos o inverno. Se ele não afetou a recarga dos açudes ainda de uma maneira significativa, nós temos as grandes barragens, e eu citaria a maior delas, a Armando Ribeiro Gonçalves, uma barragem, Sr.



Presidente Jorge Viana, Sr. Senador José Medeiros, de 2,4 bilhões de metros cúbicos, que é a sua capacidade. Essa barragem chegou ao volume morto e hoje ela já apresenta uma reserva, já tem 27% da sua capacidade recuperada em termos de água. Isso é importante, porque as cidades começam a sair do colapso.

O Rio Grande do Norte, há muito tempo, deixou de ser o paraíso dos carros-pipas, se é que se pode chamar isso de paraíso. Isso porque lá há um sistema hoje de segurança hídrica confiável. Graças a Deus, eu posso dizer que isso ocorreu, o que é de grande significação, no meu governo, no governo de oito anos em que eu estive à frente do Executivo potiguar, quando construímos mais de mil quilômetros de tubulação de água no interior do Rio Grande do Norte.

Pois bem, Sr. Presidente, eu deixo aqui esse registro, ao mesmo tempo que quero dizer que, em termos de segurança hídrica, não há como deixar de falar no papel de um reservatório como o de Umari, que também já supera os 30%. Não se pode deixar de falar de um reservatório como a Barragem de Santa Cruz, que tem uma capacidade de 600 milhões de metros cúbicos de água e que já atinge um patamar também superior a 20%.

Portanto, não é sem alegria, mas sobretudo consciente de que a luta continua, que o Nordeste não pode ficar na dependência de chuvas, porque já se provou que 90% do nosso território está inserido no Semiárido. Por isso nós não podemos, Sr. Presidente, nos deixar enganar, pois temos na verdade um regime de chuvas que nos deixou numa situação, há pouco tempo, de aflição, de total aflição, ou seja, as pessoas sem água para as suas mínimas necessidades.

Mas, graças a Deus, eu tenho aqui uma declaração do novo Ministro da Integração, Pádua Andrade, que confirmou, nessa quarta-feira, a substituição da empresa construtora responsável pelas obras do Eixo Norte do Projeto de Integração das Águas do São Francisco.

(Soa a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – A medida do Governo Federal visa à garantia do prazo de entrega do empreendimento. O Ministro Helder Barbalho foi realmente um Ministro que deu atenção total, prioridade total a essa obra da transposição. Mas diz o atual Ministro: "Estamos fazendo a gestão de problemas pontuais naquele trecho para garantir a segurança hídrica da população do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O cronograma para entrega da água aos Estados [diz o novo Ministro] está mantido. A obra é uma prioridade do Governo Federal e vamos concluí-la neste ano", reforçou o Ministro durante solenidade, audiência que reuniu os Senadores da Região Nordeste.

Portanto, quero me congratular com o Ministro Pádua pelas suas providências com relação à retomada das obras da transposição das águas do Rio São Francisco. Isso não nos leva a esquecer que é preciso, paralelamente, cuidar da conservação do Rio São Francisco, e providências deverão ser tomadas para que esse sistema tenha a sua sustentabilidade.

Sr. Presidente, era esse o registro que eu queria fazer com emoção. No ano passado, eu estive aqui nesta tribuna para registrar o que para mim parecia o início de um inverno no ano passado, e isso não aconteceu. Este ano, nós já temos índices pluviométricos muito mais generosos e nós estamos falando aqui realmente de um inverno que, se Deus quiser, haverá de se confirmar no Rio Grande do Norte e nos Estados nordestinos.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana, pela sua tolerância na qualidade de Presidente dos trabalhos.



(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero pedir ao Ministro Valter Casimiro que não esqueça outra grande obra, que é a 304, ligando o Rio Grande do Norte ao Ceará e ao Norte do País, cujas obras estão paralisadas. Está havendo finalmente um consenso entre o Tribunal de Contas da União e o Ministério dos Transportes para que nós tenhamos a retomada sobretudo do trecho que diz respeito à Reta Tabajara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^{sa}, Senador Garibaldi Alves, pelo pronunciamento.

Eu passo a Presidência ao Senador José Medeiros para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da tribuna.

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador José Medeiros, queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado e o Senador Reguffe, colega que acaba de chegar aqui também.

Eu já havia feito um aparte à Senadora Gleisi, mas não custa trazer de volta: quero lamentar profundamente a situação que o País vive com a prisão absolutamente injusta do Presidente Lula. Eu vou fazer isto toda vez que ocupar a tribuna até que o Brasil se reencontre com a justiça: lamentar, pedir Lula livre, me somar aos artistas, aos movimentos sociais, às pessoas que têm bom senso neste País e que reconhecem esse ato arbitrário feito em nome da lei. Mas está cada dia mais evidente que é uma grande injustiça a prisão do Presidente Lula.

Além disso, ele sofre hoje um confinamento. Estão agindo fora da lei, deturpando a Lei de Execução Penal, nem sequer garantido que o Presidente Lula receba visita médica. Isso é um abuso de autoridade, é uma injustiça, é uma espécie de tortura que fazem contra o Presidente Lula, é uma tortura psicológica. Fica caracterizado que há uma combinação de parte do Judiciário – uma parte pequena, é verdade – que está indevidamente empoderada, vivendo um falso moralismo, vivendo um justicamento que não tem precedente em uma democracia, em um Estado democrático de direito, lamentavelmente numa certa sintonia com segmentos radicalizados da sociedade que querem que o Brasil siga numa espécie de Coliseu romano, onde todo dia alguém tem que ser executado, em vez de pensarmos o que fazer – aí, sim – para nos livrarmos da corrupção, nos livrarmos do mau uso dos recursos públicos, nos livrarmos da má gestão dos recursos públicos. Precisa, sim, haver um grande consenso nacional para que esta Nação continental, com 208 milhões de habitantes, possa superar as suas dificuldades.

Tudo o que foi feito até aqui em nome do combate à corrupção, em nome de buscar outro ambiente para a sociedade brasileira está dando errado. O número de miseráveis, de pobres no Brasil dobrou, o desemprego atinge 13 milhões de pessoas, o patrimônio brasileiro está sendo dilapidado por um Governo que não passou nas urnas. E do povo brasileiro parece que, dia a dia, está caindo a ficha, porque, em toda pesquisa que se faz, o único líder lembrado é o Presidente Lula, com ampla maioria. E aí exatamente ele, que pode pacificar o País, que pode atender ao



clamor da maioria dos brasileiros, é que é escolhido para sofrer essa grande injustiça, essa verdadeira caçada.

E hoje está recolhido no isolamento de uma cela, onde ninguém pode chegar perto, o Nobel da Paz não pode visitar, o Leonardo Boff não pode visitar, autoridades não podem visitar. Ninguém quer o Presidente Lula tendo um tratamento acima da lei ou abaixo da lei, mas foi o próprio juiz que disse que ele estaria nessa cela, nesse isolamento porque é um ex-Presidente. Quem está fazendo o diferencial são aqueles que, se dizendo agir em nome da lei, estão agindo fora da lei.

Eu lamento, porque entendo que se apequenou o Congresso quando aceitou ser motivo de chacota, de todo tipo de depreciação por não atender às suas prerrogativas de fazer as leis adequadas, por ter também – vamos assumir os erros – se desconstruído com o entendimento, com sentimento nacional, com o sentimento da verdadeira opinião pública.

Eu lamento.

E quero dizer que vimos a 2ª Turma do Supremo, que é uma parte importante, fazer um movimento no sentido de trazer o Brasil para a legalidade. E, exatamente por estar fazendo aquilo que a Constituição aponta, ela vem sofrendo críticas de setores da imprensa – e digo setores, porque são apenas setores –, vem sofrendo críticas daqueles que, há pouco tempo, elogiavam qualquer ato de justificação, de falso moralismo que viesse em decorrência dessa verdadeira marcha da insensatez que o País vive.

Ao fazer esse registro, aqui trago a minha absoluta solidariedade a esse grande brasileiro, um dos maiores Presidentes da história do Brasil – que espero possa se encontrar com a Justiça, porque o que o Presidente Lula vive hoje é uma grande injustiça. Sigo acreditando que o Supremo Tribunal já, já possa corrigir esse abuso de autoridades de pessoas que, por interesse político-partidário, por interesse de uma ideologia de ódio, de intolerância, fizeram do Presidente Lula um inimigo de suas canetas, de suas decisões e cometeram uma injustiça que a história haverá de registrar.

E não tenho dúvida: a história será implacável com esses falsos moralistas, justiceiros, que, lamentavelmente, hoje viraram referência no nosso País.

Queria, Sr. Presidente, dizer que dois assuntos me trazem à tribuna, nesta quinta-feira. Hoje, depois de ter trabalhado a manhã inteira, presidindo a Comissão de Relações Exteriores – inclusive, V. Ex^a nos auxiliou nos trabalhos –, queria fazer um registro. No próximo sábado – estarei no Acre, amanhã –, dez Municípios acrianos vão estar em aniversário, comemorando a sua autonomia. Eu me refiro ao dia 28, em que dez Municípios completarão 26 anos de fundação oficial.

Falo no Município de Acrelândia, que traz o nome do Acre, um Município que foi feito planejado, a partir de um projeto executado pelo ex-Governador Joaquim Macedo, Projeto Redenção. Falo do nosso querido Bujari, da nossa Capixaba, de Epitaciolândia, de Jordão, de Thaumaturgo, de Porto Walter, de Porto Acre, de Rodrigues Alves e de Santa Rosa, Municípios que conheço na palma da mão. Visito todos eles pelo menos duas vezes por ano. Vou visitar todos eles ainda, de novo, antes do final do ano, pelo menos duas vezes cada um. Conheço cada rio.

E quero aqui que conste nos *Anais* da Casa o registro do aniversário de 26 anos de fundação oficial de Acrelândia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Acre, Porto Walter, Rodrigues Alves e Santa Rosa.



Quero cumprimentar a população que compõe esses Municípios, que me trata, que me recebe com tanto carinho, com tanta amizade. E é nesse propósito que subo aqui, à tribuna, fazendo esse registro.

Estive recentemente em Acrelândia – e, mais recente, em Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. Mas, outro dia, fiz uma visita, fui recebido e tive a companhia do Lourival, Deputado Lourival. Passamos lá uns dias, com o Prefeito Caetano, sendo recebidos pelas lideranças de Acrelândia. Depois tivemos um extraordinário almoço, uma galinha caipira, um almoço fantástico na casa de um produtor de café, de um produtor de verdade, com seus amigos, sentado no chão. Comemos lá uma boa galinha caipira, que eu faço aqui o registro, na casa do Zinho e da sua esposa Eliane, que me receberam tão bem junto a outras amigas que ajudaram no almoço. Senti-me em casa. Às vezes, até melhor do que em casa, porque a vida é muito corrida.

Mas eu queria aqui fazer esse registro, porque Acrelândia leva o nome do Acre, tem 60% da produção de café, tem um povo trabalhador, extraordinário. Eu, o Lourival, o Caetano e colegas que trabalham comigo, tivemos, assim, um dia muito feliz. Referindo-me a todos os Municípios que fazem aniversário, uso como referência Acrelândia, que leva o nome do Acre, que para mim é muito especial.

Por fim, Sr. Presidente, já concluindo – outros colegas estão inscritos –, eu queria fazer um registro, uma denúncia e um apelo. Saíram ontem – e todos nós estamos reclamando – mais cortes feitos pelo Governo Federal, pelo Governo do Presidente Temer. Eu não sei onde vamos parar. Estão cortando os recursos que nós tínhamos garantido com emendas – emendas impositivas. Eu faço esta fala denunciando e cobrando os que apoiam o Governo Temer no meu Estado. A maioria da Bancada do Acre – inclusive aqui no Senado, dois Senadores – apoia o Temer. Eu quero me somar a eles na cobrança de que não tire o dinheiro da BR-364, da BR-317, que se faça a reconstrução e a manutenção dessas estradas no Acre, que são tão necessárias. Não é possível tanta insensatez. Nós colocamos no orçamento. É legal o que fizemos: emendas impositivas. Não é favor o que nós estamos pedindo ao Governo Temer.

Eu ando naquela estrada. Recentemente, fui dirigindo, como faço. Vou fazer nessa semana agora do feriado, vou subir o Rio Juruá, o Rio Tejo, lá no Alto Juruá, na fronteira com o Peru, junto com Marcus Alexandre. Vamos passar quatro dias no Vale do Juruá. Mas, para chegar lá, tem que ir pela estrada, porque a gente prefere fazer isso.

E deparei-me, ontem, com um corte drástico, que vai inviabilizar o ir e vir no Acre, que vai inviabilizar o programa de recuperação dessas estradas. É um abuso, é um descaso, é um desrespeito do Governo Federal com o povo acreano. Eu estou usando a voz que me é dada pelo povo do Acre, como Senador, para protestar e para dizer, aos apoiadores do Temer, que apoiam este Governo lá na Câmara – meus colegas Parlamentares, e aos dois colegas daqui que, lamentavelmente, não estão aqui, porque, certamente, se estivessem, eles protestariam comigo –, que nós temos que tomar uma atitude como Bancada, 11 Parlamentares, e não aceitar, de maneira nenhuma, que haja esses cortes.

O atual Ministro, Valter Casimiro, que era diretor do DNIT, conhece bem o que eu estou falando. Tem sido até um apoiador – vale aqui o registro –, toda vez nos recebe. Mas de que adianta ele nos receber bem, ele ter boa intenção, se estão tirando dele o orçamento, o recurso necessário para recuperarmos a estrada de Rio Branco a Sena Madureira, que está um caos, seguirmos recuperando a estrada de Sena Madureira até Feijó, fazermos a recuperação e a



manutenção do trecho de Feijó a Tarauacá, e atuarmos fortemente no trecho entre Tarauacá e Cruzeiro do Sul?

Não é possível tanta insensibilidade. O trecho entre Assis Brasil e Brasileia vive um permanente caos por falta de intervenção. Chegamos ao momento do fim do inverno, quando nós pensávamos que o trabalho ia se intensificar - estamos propondo isso a pedido da população -, e vem o Governo Temer e corta os recursos para trabalharmos na BR.

Nós temos que nos unir como Bancada, os 11 Parlamentares, e exigir a permanência dos recursos, que não são recursos do Governo Temer, são recursos oriundos de Bancada – parte deles –, que nós disponibilizamos no orçamento. Fui Relator também no orçamento. Por isso que eu faço a denúncia e a cobrança. Proponho a união dos 11 Parlamentares do Acre na defesa da permanência desses recursos e da intensificação dos trabalhos de recuperação da BR-364 e 317 no meu Estado, Sr. Presidente.

Era esse o pronunciamento que eu tinha a fazer. Agradeço a V. Ex^a pelo tempo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, estava inscrito, mas queria falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero fazer dois registros. Logo em seguida, vai falar a Senadora Ana Amélia.

Eu queria só fazer dois registros. Eu queria registrar a presença de três senadores lá do meu Estado, do Município de Trairão: Frank Sousa, José Luiz e José Odair, que estão no nosso plenário. Eles estão aqui porque fizeram parte de uma audiência pública chamada por nós aqui no Senado para tratar dos impactos e do traçado, enfim, a questão da Ferrogrão, Presidente Medeiros, que sai lá do seu Estado, adentra a Região Amazônica e chega ao Estado do Pará, para escoar os grãos produzidos no Mato Grosso. Por isso que se chama Ferrogrão.

Ontem, fizemos uma audiência pública com as lideranças indígenas, empresariais e a classe política lá da região para discutir a questão do impacto da Ferrogrão na região. Aquela região é cheia de complexidade; há reservas indígenas, reservas florestais, há até uma reserva militar, que é a Serra do Cachimbo. Portanto, essas audiências públicas são fundamentais para discutir e aprofundar um empreendimento dessa monta, que é uma ferrovia que adentra a Floresta Amazônica e traz, naturalmente, grandes consequências positivas, mas também negativas. Por isso, é preciso aprofundar os estudos.

Nesse sentido, acabamos de fazer um acordo com a ANTT, para que a ANTT volte à região e aprofunde mais, através de audiências públicas, ouça os indígenas, os Municípios aqui representados pelos nossos vereadores, etc.

Outro registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, Senador José Medeiros – que também vem de um Estado com essa problemática – é da presença de lideranças indígenas e saudá-las. Todo ano, Senador Medeiros, as nações indígenas de todo o País fazem o que eles chamam de acampamento, o Acampamento Terra Livre. Aliás, eles estão chegando aqui, em caminhada na Esplanada, no Congresso. Eles têm uma pauta de reivindicação tanto para o Governo quanto para nós, do Congresso Nacional, que são pautas históricas das questões indígenas.

Na medida em que avança o desenvolvimento no campo – e o senhor sabe, pois o seu Estado é um exemplo disso –, isso traz mil problemas para essa questão indígena. Medidas



administrativas e jurídicas estão sendo adotadas para restringir direitos, inclusive, das terras indígenas.

Uma preocupação muito grande é que, por exemplo, a estrutura da Funai, que já é uma conquista antiga dentro da estrutura de Governo, de Estado, está sendo também desmantelada e está com graves problemas. Existe uma pauta extensa da liderança indígena.

Hoje mesmo nós provocamos uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Meu nobre...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... em que foram recebidos pelo Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Só um instantinho.

Eu queria saudar as nossas visitas, desejar-lhes uma boa estada em Brasília e mandar um grande abraço. Elas são de várias partes do País.

Muito obrigado pela presença!

Quem está aqui falando com vocês é o Senador Paulo Rocha, do Pará, do Partido dos Trabalhadores, e vai falar, em seguida, o Senador Medeiros, do Mato Grosso.

Sejam muito bem-vindos a Brasília e muito bem-vindos a esta Casa!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Explico que hoje é uma sessão de debates. Não há votação agora. Por isso que vêm aqui ao plenário os Senadores que estão inscritos para falar, pois é uma sessão de debates.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Faço uma pequena correção que os meninos até pediram para fazer. O senhor citou que eles são Senadores, mas eles são vereadores.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vereadores. Mas tem gente que quer ser Senador ali.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Isso aí, Paulo Rocha!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Portanto, é uma pauta extensa das causas indígenas, que envolve desde demarcação a PEC's. São vários projetos que estão tanto na Câmara Federal quanto aqui no Senado.

Nós fizemos um encontro dessas lideranças com o Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, aqui na Presidência, que recebeu essa pauta das causas indígenas. Ao final, também eles vêm com a preocupação da questão do debate sobre a democracia e a crise política que está instalada no nosso País.

Portanto, eles estão muito sintonizados com o momento que vivemos no nosso País e batem às portas aqui da nossa classe política e do nosso Parlamento, para que também os seus interesses sejam atendidos.

Fiquei muito surpreso, Senador Medeiros, pelo grau de consciência deles. Não são mais aquelas lideranças antigas, os caciques antigos. São lideranças jovens, homens e mulheres, inclusive já estudando em universidades, que vêm aqui bater na nossa porta para garantir os direitos dos povos tradicionais, dos povos indígenas.

Portanto, eu queria chamar a atenção desta Casa, porque é uma pauta extensa, com muitas iniciativas de projetos de lei e até de PEC, que ora atendem aos seus interesses, mas ora conflitam também com seus interesses.



Por isso, é fundamental registrar a presença dos nossos indígenas que estão ali. São cerca de 3.875 indígenas, das várias nações. Ali estão representadas 190 nações, povos... Portanto, é uma mobilização muito importante, para chamar a atenção da classe política e do nosso Parlamento.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Rocha, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradeço, nobre Senador Paulo Rocha, e faço coro com suas palavras.

Estive agora na Esplanada dos Ministérios. Realmente está tudo parado. Os índios fizeram um grande e bonito desfile pela Esplanada. Quero cumprimentar a todos os povos indígenas do Brasil.

Passo a palavra ao nosso nobre Senador José Medeiros, do Mato Grosso, e, em seguida, à nossa nobre Senadora Ana Amélia.

Senador Medeiros com a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Eu cumprimento também a todos que estão nos assistindo, o nosso público que sempre acompanha a TV Senado. Quero cumprimentar também o Secretário de Habitação do Estado de Mato Grosso, lá da cidade de Rondonópolis, Dr. Paulo – seja muito bem-vindo ao Senado –, e, é óbvio, também a todos os vereadores que vieram ali do Pará para acompanhar esta sessão, que estão aqui na tribuna de honra.

Sr. Presidente, também quero fazer um registro extremamente importante para todo o Brasil. O Brasil está perdendo, segundo me informaram os empresários, algo na casa de bilhões, todo mês, porque existe uma greve branca, há mais de ano já, dos auditores da Receita.

Em todas as nossas fronteiras, está acontecendo o seguinte caso... Por exemplo: um veículo, para ser liberado, na aduana do Paraguai, demora de duas a três horas. Aqui no Brasil está demorando cerca de 25 a 30 dias. E agora fechou de vez. Isso está acontecendo em Foz do Iguaçu, está acontecendo no País inteiro.

E eu já cansei de ir ao Palácio do Planalto e, a meu ver, o Governo do Presidente Temer está sofrendo de alguma coisa muito grave, porque você combina as coisas com os Ministros e, vez por outra, até com o Presidente, e, quando chegam aos escalões, as coisas simplesmente não funcionam.

Há mais de 20 dias já, tivemos uma comissão de Senadores conversando com o Ministro Marun, levando esse caso – e também ao ex-Ministro Meirelles –, e as coisas não andam. "Ah, chegou lá, à Presidência da República... Em determinado momento, alguém barrou. Está na mesa de fulano e está na gaveta dele." Que absurdo é esse? Se você já tratou com o Ministro, se você já conversou, mostrou a gravidade do problema... Quer dizer... Ali só há uma solução: ou atende ao que os fiscais, os auditores estão pedindo, que é um bônus sobre... Enfim, eles têm a solicitação deles. Ou atende, ou então você faz uma liberação, por decreto, solicitando ao Estado ou ao Município que possa ajudar ali, na liberação daquelas cargas.

Mas o absurdo, Senador Hélio José, é que o Brasil fique amarrado por anos. Isso já vai fazer anos, e nem resolve o problema dos auditores, nem resolve o problema da economia brasileira, porque isso tem muito a ver com a economia brasileira. Imaginem: nós estamos ali com o Paraguai. Eles estão crescendo a índices quase chineses. As nossas empresas estão indo para lá,



mas, dentro do próprio Mercosul, nós não conseguimos fazer com que os nossos produtos girem. Por culpa dos nossos vizinhos? Não. Por culpa nossa. Então, isso é um absurdo.

Eu espero que o Presidente Michel Temer – e aqui já vou acender uma vela para todos eles ali: Padilha, Moreira, todo o núcleo duro – possa bater o martelo, porque dizem que alguém lá falou: "Olha, isso aqui está na mesa do Gustavo." Eu não sei quem é Gustavo, mas eu espero, vou pedir ao Presidente Temer que, se for esse Gustavo, diga ao Gustavo – nós estamos implorando aqui – que o Gustavo saia de cima desse papel. Ou emita um decreto, dizendo que a prefeitura e o Estado vão cuidar disso, enquanto se resolve essa pendenga, ou, então, que libere logo esse bônus.

Aqui no Brasil há uma mania de se aprovar lei, e a regulamentação, depois, perdura no tempo, porque essa lei, dessa gratificação deles – ou bônus, não sei o quê – foi aprovada. Se foi aprovada, por que é que não regulamenta logo? Então, nós vamos ficar com esse abacaxi na mão?

Então, esse tipo de coisa acaba revoltando, porque o que é que acontece? Os Parlamentares vão à Presidência da República, saem de lá com uma resposta, propaga-se a resposta, e depois a coisa não anda. Olha, isso é simplesmente inaceitável.

E parece que é um mal de executivos. Não é só aqui na Presidência da República não: isso se espalha pelo País inteiro. E posso citar o caso do meu Estado. Hoje mesmo recebi a notícia de que o Hospital Regional de Rondonópolis está quase para fechar ou estaria fechando, já suspendendo o serviço, Dr. Paulo, porque, simplesmente, as coisas não estão acontecendo, coisas que a gente já tinha... A Bancada mandou 100 milhões para pagar esses hospitais. Houve a promessa do Governo, e agora isso acontece.

Concedo, com muita honra, um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Olha, Senador Medeiros, a gente tinha uma ideia de que teria facilidades, um ambiente mais favorável não só aos empreendedores, mas aos gestores, que são prefeituras municipais, são Estados, vivendo um drama, vítimas de uma burocracia excessiva. Um empurra para o outro, como no relato de V. Ex^a. Há pouco tempo, o Denatran fez uma resolução em que os motoristas tinham que fazer um curso, submeter-se a testes, uma coisa, assim, absolutamente sem precedentes. Felizmente, o Ministro Alexandre Baldy, do Ministério das Cidades, monocraticamente, fez uma resolução anulando aquilo. Eu fiz o curso, para fazer a renovação da minha habilitação, mas é uma complicação para a vida do cidadão. E o infrator pode ter 30 mil cursos; quando ele não quer obedecer à lei... V. Ex^a sabe da Polícia Rodoviária Federal: a pessoa que não quer obedecer à lei, não adianta fazer pós-graduação na legislação de trânsito, saber de cor e salteado; ele não vai obedecer, porque a natureza dele é essa, a da desobediência e da irresponsabilidade. Grande parte dos acidentes que acontecem são movidos pela irresponsabilidade do motorista: excesso de velocidade ou dirigir embriagado, ou sob o efeito de drogas. Esse é um aspecto. Mas o outro aspecto é que, agora, também por obra do Denatran, exigiram, nas caçambas que as prefeituras comprem para várias finalidades – umas transportam água; outras transportam material para pavimentação ou transportam materiais de aterro para cidades –, um tipo de mecanismo de levantar a caçamba, o que obrigava a prefeitura a gastar, em cada veículo, mais ou menos, R\$2 mil ou mais um pouco por veículo, que já teria que ser adaptado. Então, veja a falta de sensibilidade. São gestores federais que deveriam entender que, hoje, um prefeito, um Município, tem dificuldades financeiras graves. Muitos Municípios estão tendo dificuldades de pagar o salário dos professores, dos servidores, e ainda vêm essas novidades que encarecem. São mais custos para as prefeituras. Também para isso o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, recebeu uma comitiva



de representantes do Rio Grande do Sul, de representantes da Femurn, da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e da Confederação Nacional dos Municípios, pedindo, clamando ao Ministro que, pelo menos, se a lei for irrevogável, o façam para veículos novos, mas não para os veículos que estão comprados há tempo pelas prefeituras municipais. O Ministro entendeu procedente. Também há a questão da pavimentação. As prefeituras que fizerem a pavimentação nas ruas de bairros que não têm pavimentação alguma, não têm esgoto... É muito complicado. Então, não tendo pavimentação, não há meio-fio, e há dificuldade de mobilidade para veículos de qualquer natureza ou para as pessoas... O senhor sabe como que é complicado: ou é barro, ou é chuva, ou é poeira, ou é buraco... Então, a pavimentação é uma civilidade. Mas, aí, é o seguinte: o financiamento para aquilo não vai sair se não houver acessibilidade.

(Soa a campanha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como grande parte dos moradores faz a acessibilidade, então, veja, também é um encargo para as prefeituras. Se elas não tivessem essa obrigatoriedade... É importante, claro; a Senadora aqui não está defendendo a exclusão. É fundamental a acessibilidade. Mas a questão é, com o mesmo dinheiro, fazer mais pavimentação, para mais pessoas, e, aí, cada um morador faça, no ingresso da sua casa – o que já está acontecendo. Eles têm responsabilidade, estão fazendo, e colaboram, individual e coletivamente, para que a acessibilidade de uma cadeira de rodas seja feita na frente do morador. Então, a prefeitura, se tiver que fazer, vai ter que cuidar desse detalhe, quando o morador poderá, com um custo menor, realizar essa acessibilidade aos seus cadeirantes ou às pessoas portadoras de deficiência. Então, apenas para complementar o pronunciamento de V. Ex^a, nos aspectos relacionados à excessiva burocracia e ao empurra-empurra que vemos na área do Governo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

E, sobre esse detalhe da caçamba, essa ideia começou a surgir porque, em alguns lugares do País, a caçamba abriu e bateu no viaduto. Aí, diante disso, eles colocaram esse dispositivo. Acontece que eu estive em Colniza e Alta Floresta agora, e Mato Grosso é um Estado onde há muitas, mas muitas caçambas, inclusive bitrens caçamba.

Eu queria informar para as pessoas que fizeram essa resolução que os viadutos não chegaram lá ainda. Aliás, nós estamos labutando e sofrendo muito para ver se conseguimos colocar asfalto na BR-174. Mas, aí, essa obrigação, Senadora Ana Amélia, encarece. E as pessoas têm que andar, às vezes, 300km de chão, de atoleiro, para poder cumprir essa regra, para que aquela caçamba não bata num viaduto – que não existe! Essa que é a grande questão.

Então, o que ocorre, Senadora Ana Amélia? Nós tivemos também uma reunião com o Ministro Alexandre Baldy... E eu queria aqui fazer um registro da presença de espírito dele de já mandar chamar as câmeras cromáticas, para ver essas coisas. Por quê? Veja bem: é um pequeno aparelhinho. E eles entenderam que, se é um pequeno aparelhinho que se está colocando, está alterando a característica do veículo.

Gente, é muito importante... Qualquer aluno do primeiro ano do curso de Direito sabe que, na interpretação da lei, é muito importante ter o caldo histórico, o momento cultural, as fontes de onde aquilo surgiu... E mais a vontade do legislador. Qual era o bem jurídico que esse legislador pretendia, quando colocou lá no Código de Trânsito que, quando se fizer uma alteração nas características do veículo, teria que ser feita uma vistoria? É justamente, Senadora Ana Amélia, para quê? Bom, se eu vou mudar as características do veículo – balanceamento, essas coisas –, eu



tenho que ter em mente que aquilo lá teve um sentido de ser, que houve uma equipe técnica de engenheiros, que eu não posso ir mudando. E que, se eu mudar as características dos veículos, isso pode acarretar acidentes e tudo mais. Então, eu tenho que passar por uma vistoria.

Mas, Senadora Ana Amélia, vamos lá. Será que o legislador, quando fez essa lei, ele estava falando de um alarmezinho, de um alarme de ré, de um dispositivo eletrônico a respeito das caçambas? Será que ele estava falando disso? Não. Ele estava falando das questões estruturais. Mas, aí, alguém entendeu e falou: "Não; se vai ter que ter o aparelho, então tem que passar lá no Setas, lá no Inmetro, para fazer a vistoria." Mas quanto custa a vistoria? Bom, aí vem: a vistoria custa tanto... Mas o veículo, todos os anos, já passa por uma vistoria no Detran. Bom, por que é que não pode o Detran fazer aquela vistoria? "Ah, não, porque os investigadores do Detran não estão inscritos no Inmetro." Bom, se não estão inscritos no Inmetro, Senador Hélio José, então vamos... Espalham-se empresas no País inteiro e cria-se um nicho de mercado daquilo. E dá-lhe.

Então, se a prefeitura não está dando conta, imagine os pequenos, que só tem uma caçamba, por exemplo!? Ele vai ter que pagar, no frigar dos ovos, R\$3 mil ou R\$4 mil, Senadora Ana Amélia, porque é a distância, aquela dificuldade de entrar com o carro na cidade, e vai para lá, documento para cá, e despachante, e não sei o quê.

Então, isso que a senhora colocou é de extrema gravidade. Esse tipo de coisa precisa ser observado.

Mas, Senadora Ana Amélia...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Já caminho para o final, Senador Hélio José.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir ao Presidente da sessão, Senador Hélio José, se eu posso compartilhar o meu tempo com o Senador José Medeiros, porque estou inscrita logo em seguida. Então, como os temas que eu vou abordar... V. Ex^a tem sido também muito presente em relação a isso. Eu consulto V. Ex^a, se eu poderia mencionar o tema, porque aí eu compartilho o meu tempo de 20 minutos com o Senador Medeiros. Aliás, hoje... Acho que já terminou a sessão deliberativa. Então, eu teria esse tempo. Farei em menos tempo do que isso. Apenas, Senador José Medeiros, tão relevante quanto a burocracia que atrapalha a nossa cidadania, que nós abordamos bem, e V. Ex^a conhece muito mais do que eu, eu queria mencionar uma campanha que a CNBB deflagrou esta semana, em favor da ficha limpa dos candidatos, fazendo uma lembrança de que foi a própria CNBB, em 2010, que liderou uma campanha exitosa. Senador José Medeiros, tão relevante quanto a burocracia que atrapalha a nossa cidadania, que abordamos bem e que V. Ex^a conhece muito mais do que eu, eu queria mencionar uma campanha que a CNBB deflagrou esta semana em favor da ficha limpa dos candidatos, fazendo uma lembrança de que foi a própria CNBB, em 2010, que liderou uma campanha exitosa, talvez a primeira ação popular pós-Constituição de 1988 que teve um sucesso extraordinário, com mais de 1,6 milhão de assinaturas. Nessa campanha, foi firmada a legislação brasileira da Lei da Ficha Limpa. Então, eu queria cumprimentar a CNBB por essa iniciativa em relação ao processo eleitoral em que nós estamos entrando agora, estamos a seis meses praticamente da eleição geral do Brasil, e isso é muito importante. Essa matéria da CNBB tem uma relevância extraordinária, porque ela consolida também não só a Lei da Ficha Limpa, mas uma deliberação do Ministro Luiz Fux de dizer que é "irregistrável" o candidato que não tiver



ficha limpa. Então, esse é um ponto relevante. V. Ex^a está dentro desse processo. E o advogado Rafael Moreira Mota publicou um artigo em *O Globo* a propósito da questão...

(*Soa a campanha.*)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... das *fake news*, de tudo isso que pode atrapalhar também o resultado do pleito, porque vão atacar adversários, e isso vai ser um grande crime que se vai se cometer no âmbito eleitoral. Esse advogado fala muito do perigo das *fake news*. O próprio Ministro Luiz Fux tem lembrado o risco de se comprometer o resultado de uma eleição se as *fake news* prevalecerem, como aconteceu nos Estados Unidos ou em outros lugares, com o uso dessas notícias falsas. Ele termina o artigo "Conto de fadas e voto" dizendo o seguinte:

No Brasil, de mentiras todos estão fartos. O eleitor, ainda que não plenamente informado, desconfia cada vez mais de promessas infundadas. A transparência, a veracidade das propostas, das promessas e das medidas tomadas constituem desafio que precisa ser enfrentado. Como nos contos [de fadas] e fábulas da literatura, as verdades, mesmo que dolorosas e traumáticas, devem ser contadas...

(*Soa a campanha.*)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) –

de forma transparente e pedagógica. A história ou estória pode ser dolorosa, mas a lição engrandece.

E, por fim, Senador, um manifesto que o Juiz Sergio Moro tomou agora é muito importante. Num despacho que fez, ele trata da questão relacionada às provas que a 2^a Turma do Supremo Tribunal Federal enviou para a Justiça Federal de São Paulo, relativamente às delações do Grupo Odebrecht feitas no âmbito da Lava Jato. Então, o Juiz, hoje num despacho, diz o seguinte:

Oportuno lembrar que a presente investigação penal iniciou-se muito antes da disponibilização a este Juízo dos termos de depoimentos dos executivos da Odebrecht em acordos de colaboração, que ela tem por base outras provas além dos referidos depoimentos, apenas posteriormente incorporados, e envolve também outros fatos, como as reformas no mesmo Sítio supostamente custeadas pelo Grupo OAS e por José Carlos Costa Marques Bumlai.

O Juiz Sergio Moro, que coordena a Lava Jato, disse, rebatendo o pedido da defesa do ex-Presidente, que, no seu voto, o Ministro do STF Dias Toffoli, que é da 2^a Turma, não fez nenhuma referência direta nem à ação penal, nem à competência de Moro em julgar a ação. Olhem que detalhe importante que eu acho que passou batido para muita gente: "Aliás, o eminente Ministro foi enfático em seu respeitável voto ao consignar que a decisão tinha caráter provisório e tinha presente apenas os elementos então disponíveis naqueles autos." Então, eu faço essa reprodução do manifesto do Juiz, pois eu tinha muita preocupação – e V. Ex^a também – de eventualmente estar-se fragilizando a atuação do Magistrado Sérgio Moro em relação ao processo e à condução da Lava Jato, com essa transferência determinada pela 2^a Turma, cujo acórdão sequer foi publicado relativamente a essa manifestação dos Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Muito obrigada, Senador. E o meu tempo, agora, é todo seu.



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senadora. Eu é que agradeço, Senadora Ana Amélia.

Não vou usar todo o tempo, não. É só para dizer, a respeito principalmente do discurso da Senadora Gleisi, que eu compreendo totalmente o discurso que a Senadora tem feito e entendo também a postura dela, como Presidente do Partido dos Trabalhadores, que tem como bandeira, agora, a liberdade do ex-Presidente Lula. Isso é legítimo e natural, até porque eu não vejo que outra bandeira eles possam ter. Então, quando eles vêm aqui, eu procuro nem fazer aparte, porque eu acho legítimo, Senador Renan Calheiros, que o façam. Também devido às grandes, vamos dizer, intercorrências que estão enfrentando, só resta a tribuna mesmo, porque processualmente não está fácil.

Eu queria fazer só alguns destaques aqui. É legítima a defesa; é legítimo contrapor-se; é legítimo fazer o que quiser. O que não acho legítimo é o seguinte: é jogar a culpa para este Plenário. Eu vejo que, na luta política, a Presidente tem – eu gostaria que ela estivesse aqui, mas, infelizmente, ela saiu – exagerado. Este Plenário tem sido chamado de fascista, de canalhas, de irresponsáveis. Eu sinceramente gostaria de ponderar sobre isso, Senador Hélio José. Nós não somos fascistas. Aqui, nós votamos ora de um jeito, ora de outro. Em todo voto aqui, você vai desagradar 50%. Não há como um Senador aqui agradar todo mundo, porque, se o sujeito é contra o que você está votando, obviamente ele vai ficar descontente; o outro vai ficar contente. E por aí vai. E nós tivemos um processo doloroso, que não foi construído por este Plenário. Eles erraram em algum ponto da política deles. Eu penso que o ex-Presidente Lula errou, principalmente quando escolheu o seu candidato. A Presidente Dilma tinha dificuldades políticas...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – A Senadora me concedeu o tempo dela, Senador. Então, mais um pouquinho, e já termino.

O que acontece? Na seara política, quando você erra, existem consequências. Infelizmente, a ex-Presidente Dilma afundou política e tecnicamente o governo, que era naturalmente ganho.

Agora, o que eu venho dizer aqui é que não vou aceitar ser chamado nem de fascista, nem de canalha, nem de irresponsável. Eu até vejo que esses termos são feitos, às vezes, nem tanto com o intuito de xingar pessoalmente o Senado, mas para criar um discurso clássico para ficar nos *Anais do Senado Federal*, como se fosse quando Tancredo enfrentou aqui o Moura.

Eu tenho que fazer esse registro, porque, senão, as pessoas que estão em casas falam: "Esses caras são fascistas mesmo!" Que fascista coisa nenhuma! "Irresponsáveis!" Que irresponsáveis? Nós votamos aqui os temas que eles são contra, mas votamos de acordo com o que entendemos, votamos de acordo também com os anseios dos nossos Estados, porque cada Senador aqui representa o seu Estado. Por exemplo, quando eu venho aqui – e hoje fiz essas críticas todas ao Governo –, eu o faço em nome do Estado de Mato Grosso. Eu não vim aqui nem para tentar agradar ninguém nem para ser bonzinho. Eu estou aqui como se fosse um advogado, e o meu cliente é o Estado de Mato Grosso. No interesse dele, eu vou contrapor, sim, e, às vezes, vou desagradar alguns companheiros. Isso não significa que sou nem fascista, nem canalha, nem irresponsável. Então, refuto esses termos, dizendo que cada governo comete seus erros e paga por isso.

Sobre essa prisão do Presidente Lula, lamentável!

(Soa a campainha.)



O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Agora, dizer também que o Presidente é um preso que está em regime de exceção também não é verdade, porque trabalhei 20 anos na polícia e sei como funcionam presídios. Se um presídio liberar, Senador Hélio José, a torto e a direito as visitas, você imagine como é que fica o sistema presidiário. Se toda hora quiser visitar o presidiário um padre ou um médico ou não sei quem... Não! Por isso, é que se faz... Quando é que um médico visita um preso? Aliás, ele nem visita; ele visita se ele estiver já morrendo e não tiver como ser levado ao sistema de saúde. Então, não é toda hora. A Lei de Execução Penal prevê os horários de visita.

E mais: para que as pessoas saibam, o ex-Presidente Lula está quase que hospedado. A cela dele não é fechada. Ele fica ali, transitando como quiser.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Eu já encerro, Senador Hélio José.

É uma cela aberta – uma cela, não, é onde os policiais federais dormiam, é um quarto. Ele fica ali onde é a chamada sala do estado-maior.

Agora, eu estou vendo que, com a discussão que estão fazendo aqui, vão acabar mandando o ex-Presidente Lula para o xilindró normal. É o que vai acontecer, porque isso é muito frágil, isso está pendurado em uma decisão do Juiz que falou: "Por ser ex-Presidente, vai ficar em um lugar especial, sem tranca, sem horário para tomar o chamado banho de sol." Ele fica ali livre, dentro daquele espaço, óbvio, pois está preso, sem poder sair. Eu estou vendo que esse discurso dos seus companheiros aqui serve como bandeira política, mas vai prejudicar muito, porque, daqui a pouco, ele vai ser mandado, sim, para o regime comum aos outros. E aí realmente a coisa pega, porque, em regime de cárcere, quando bate a porta da cela, a coisa é pesada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Agradecido ao nosso nobre Senador José Medeiros.

O próximo a falar seria eu, mas eu vou passar a palavra para o nosso nobre Presidente desta Casa por tantos anos – me honra muito ouvir sua fala. Depois, eu gostaria que V. Ex^a presidisse, para que eu pudesse fazer uma fala também. Nosso nobre Presidente, Senador Renan Calheiros, com a palavra pelo tempo que julgar necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Com muito prazer, meu querido. Muito obrigado e é um prazer muito grande conduzir a sessão para que V. Ex^a possa falar.

Eu cumprimento o Sr. Presidente, as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, os ouvintes da Rádio Senado, os telespectadores da TV Senado e os seguidores das redes sociais.

Com a morte, Senador Hélio José, no sábado, 21 de abril, do diretor Nelson Pereira dos Santos, no Rio de Janeiro, aos 89 anos de idade, o cinema brasileiro se veste de luto pela perda de um dos seus maiores criadores.

O País dá adeus a um cineasta pioneiro, reconhecido e celebrado em todo o mundo. E o Estado de Alagoas perde um grande amigo. Nelson gostava de Alagoas, tinha fortes ligações afetivas com a nossa terra, como se verá ao longo desta breve narrativa. Alagoas esteve presente na sua vida em vários momentos e de diversas formas, até mesmo em curiosas coincidências. Nelson era Cidadão de Maceió e recebeu o título com muito gosto. Visitava a cidade sempre que



podia e desde o início dos anos 1960 se inspirou nas coisas e nos tipos humanos alagoanos para realizar algumas das obras mais importantes de sua filmografia.

Ele era bacharel, formado em 1952 pela Faculdade de Direito da USP, mas, logo cedo, deu-se conta de que o seu destino não era a banca de advocacia. Preferiu enveredar pela senda da arte, atraído pela magia da tela grande e disposto a enfrentar as dificuldades de fazer cinema no Brasil. Atuou também como jornalista, primeiro, em sua terra natal, São Paulo; depois, no Rio de Janeiro.

Nelson tinha uma maneira simples e sábia de definir o tipo de cinema que o atraía. Dizia que o bom filme é uma história bem contada. Sua obra é feita, Senador Hélio José, portanto, de histórias bem contadas, a que o espectador assiste, que o espectador entende e guarda na memória, porque provocam reflexões. Foi um cineasta à frente do seu tempo, mas nunca se aventurou no vanguardismo hermético. O filme *Fome de Amor*, de 1968, foi sua única obra experimental.

Nelson Pereira foi precursor e inspirador do chamado cinema novo brasileiro e estreou como diretor de longa metragens em 1955, aos 27 anos, com um filme que logo se tornou um clássico, *Rio, 40 Graus*, verdadeiro divisor de águas no cinema brasileiro. A obra levou para as telas pela primeira vez as favelas cariocas, seus dramas sociais e figuras humanas e projetou para a música popular o compositor e cantor Zé Ketí, autor do samba *O Morro Não Tem Vez*, regravado em dezenas de discos por cantores e cantoras.

Para se ter uma ideia, Senador Hélio José, do pioneirismo de Nelson Pereira dos Santos, *Rio 40 Graus* foi realizado quatro anos antes de outro filme que se tornaria referenda, *Orfeu Negro*, produção franco-brasileira rodada também nas favelas do Rio de Janeiro, em 1959, falado em português, dirigido pelo francês Marcel Camus e vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1960.

Nelson foi buscar na literatura inspiração para alguns de seus maiores filmes. Rodou duas obras imortais de Jorge Amado, *Jubiabá* e *Tenda dos Milagres*. Adaptou para o cinema o clássico *O Alienista*, de Machado de Assis, no filme *Azylo Muito Louco*, de 1970. Levou para as telas *A Terceira Margem do Rio*, de Guimarães Rosa; e *Boca de Ouro*, de Nelson Rodrigues, além de documentários sobre Gilberto Freyre e Castro Alves, e as cinebiografias de Sérgio Buarque de Holanda e do Maestro Antônio Carlos Jobim.

Mas foi, Sr. Presidente, senhores telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, nas Alagoas que Nelson sentou acampamento, na capital e no sertão, para realizar seus melhores trabalhos, como ele próprio confessava. E na obra do nosso grande Graciliano Ramos ele encontrou o fio de ligação do Nordeste com o mundo. Graciliano retratou a aldeia e se tornou universal. Nelson percebeu que a literatura de Graciliano, seca e rude, podia e devia ser levada as telas. E foi o que fez, há 55 anos.

Vidas Secas, de 1963, é sua obra-prima, um dos maiores filmes produzidos em todos os tempos, filme premiado e consagrado no Brasil e no exterior, que colocou merecidamente Nelson Pereira dos Santos na galeria dos grandes diretores do cinema. Foi rodado com locações nos Municípios de Palmeira dos Índios e Minador do Negrão. Palmeira dos Índios, como todos sabem, é a cidade da qual Graciliano foi prefeito no final dos anos 20 e início dos anos 30 do século passado. *Vidas Secas* é um filme de diálogos curtos e secos, fiel ao estilo de Graciliano; mas cheio de emoção contida, como só os grandes mestres do cinema sabem fazer.



A direção de fotografia, a cargo do então jovem fotógrafo Luiz Carlos Barreto, o nosso querido Barretão, até hoje atuante produtor de filmes, e bom de briga em defesa do cinema nacional, junto com a sua Lucy, colocou nas telas um preto e branco com luz natural despida de artifícios técnicos, o que dá ao filme o tom de realismo pretendido pelo diretor.

Conta a lenda que, para realizar *Vidas Secas*, Nelson nem precisou escrever um roteiro; filmava direto do livro. Ele mesmo recordou, em diversas entrevistas, que ao ler o romance, viu que tinha em mãos um filme já pronto.

A sequência da morte da cadela Baleia, que dura seis minutos, entrou para a história da arte cinematográfica e merece estar em qualquer antologia das grandes cenas do cinema mundial pela sensibilidade com que foi filmada e editada.

Durante os seis minutos praticamente não há diálogo, só assobios de Fabiano para atrair Baleia e matá-la; o choro contido dos dois filhos na penumbra da choupana, com pena da cadela amiga condenada à morte; a mulher, Sinhá Vitória, triste e resignada, tapando os ouvidos das crianças; a cadela desconfiada se esgueirando pela cerca, pressentindo o perigo no olhar do dono e sem entender o porquê; a hesitação de Fabiano perseguindo Baleia passo a passo, apontando a espingarda e desistindo, apontando e desistindo, até dar o tiro final; os ganidos do animal ferido de morte, o olhar da pobre Baleia para os preás, que ela não poderá mais caçar; a agonia final, quieta atrás de um moita de espinhos, até fechar os olhos; e o silêncio pesado que vem depois.

A direção magistral de Nelson em todo o filme, mas sobretudo nesses seis minutos inesquecíveis, tem uma carga dramática tão imensa, Senador Hélio José, que provoca no espectador uma comoção semelhante ao aspecto dolorido e profundo que Steven Spielberg causaria no mundo 30 anos mais tarde, com a sequência de outro clássico em preto e branco, *A Lista de Schindler*. Não há quem não sinta sinceramente o coração apertado ao ver as cenas da menininha do casaco vermelho no filme de Spielberg.

A morte da cadela em *Vidas Secas*, filmada com tanta genialidade e realismo, acabou sendo motivo de um episódio famoso e inédito, Sr. Presidente. O filme de Nelson havia sido selecionado para concorrer no Festival de Cannes em 1964, representando o Brasil. Acontece que uma italiana, presidente da Sociedade de Proteção aos Animais, havia assistido à pré-estreia do filme e ficou indignada com a cena da morte da Baleia. Ela protestou vigorosamente contra a crueldade de sacrificar um cão para fazer o filme brasileiro. E exigia a retirada de *Vidas Secas* da lista de exibição. Ela não acreditava que fosse a cena de ficção apenas bem filmada.

Para encerrar a polêmica, foi preciso que a própria cadela fosse levada a Cannes para convencer a organização do Festival e a protetora dos animais de que Baleia estava viva e saudável. A Air France patrocinou as passagens. A cadela vira-lata alagoana, agora estrela de cinema, desceu do avião em Paris, diante de um batalhão de fotógrafos e cinegrafistas. E, como estava com a bexiga cheia, a primeira coisa que fez, ao pisar no solo francês, foi posar para a posteridade, fazendo o que precisava ser feito.

Outro fato muito marcante sobre a ligação de Nelson com Alagoas é o fato de que, nas filmagens de *Vidas Secas*, ele descobriu, no interior de Alagoas, um ex-marinheiro anônimo, que mais tarde se tornaria um astro do cinema e da televisão brasileira.

Quando chegou a Palmeira dos Índios, em 1963, para os preparativos das filmagens, Nelson procurou, nas comunidades locais, pessoas que poderiam fazer parte do elenco como figurantes. Perguntou daqui, perguntou dali. Informaram que havia um marinheiro aposentado, que gostava na cidade de brincar de artista. Depois de dar baixa da Marinha, com 45 anos de idade, o tal



homem havia retornado à sua terra natal e, para encontrar ocupação, criou, em Palmeira dos Índios, dois grupos de teatro amador, um no Colégio São Luiz, com os padres, e outro com os índios da tribo Xucuru-Cariri.

Nelson procurou o homem, os dois se conheceram, se entenderam. O ex-marinheiro dava sugestões a toda hora, apresentava pessoas e mostrou que podia até atuar, se fosse bem dirigido. O fato é que Nelson criou para ele um personagem que tinha até poucas falas. O homem se chamava Jofre Soares e interpretou, em Vidas Secas, o fazendeiro, seu primeiro papel no cinema nacional.

Foi Jofre Soares que mostrou para Nelson Pereira os dois meninos que fazem o papel dos filhos de Fabiano e de Sinhá Vitória. Os dois ainda estão vivos e continuam morando em Palmeira dos Índios.

Jofre Soares se tornou tão amigo de Nelson, que, quando acabaram as filmagens de Vidas Secas, largou tudo em Palmeira dos Índios, foi para o Rio de Janeiro com a equipe e lá, apresentado e recomendado pelo diretor, por Nelson, iniciou a carreira de ator, consagrado em filmes, novelas de televisão, seriados e muitas peças de teatro.

Quando Jofre Soares morreu em 1996, em São Paulo, onde morava, Nelson Pereira telefonou de lá para os amigos em Maceió, pedindo que alguém fosse representar o Governo do Estado de Alagoas no enterro do grande artista. Não foi possível. O Governo enviou ao diretor uma quantia modesta, para que Nelson encomendasse uma coroa de flores, o que foi feito. Jofre Soares foi velado no teatro que hoje leva seu nome, na Bela Vista, região central de São Paulo, com a coroa de flores que Nelson Pereira dos Santos comprou em nome do Governo de Alagoas. Atualmente, em Maceió, também temos o nosso teatro Jofre Soares, um teatro do Sesc, no centro da cidade.

Depois de Vidas Secas, Nelson Pereira dos Santos seguiu filmando outras obras, entre as quais se destacam Fome de Amor, de 1968, e Como Era Gostoso o meu Francês, de 1970.

Em 1974, Alagoas entra, outra vez, pela porta da frente na vida do cineasta. Nelson dirigia, naquele ano, um filme denso, O Amuleto de Ogum. O personagem principal do filme é um garoto de Palmeiras dos Índios, Gabriel, cujo pai foi assassinado. O menino tem o corpo fechado num ritual de umbanda. Depois adolescente, interpretado pelo ator Ney Santanna, filho de Nelson, o rapaz emigra para a Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e ali se torna pistoleiro de um chefe político também nascido em Palmeira dos Índios, interpretado, magistralmente, por Jofre Soares. O filme, Senador Hélio José, é, claramente, inspirado na turbulenta história do famoso e temido Natalício Tenório Cavalcanti, que, na década de 1920, saiu de Palmeira dos Índios, radicou-se na cidade de Duque de Caxias, elegeu-se Deputado Estadual e Federal sucessivas vezes, e, nos anos 1940, 1950, 1960, tornou-se o maior e mais controverso chefe político da Baixada, na época – como todos sabem – a região mais violenta do Rio.

E aí também a história registra, senhores telespectadores, senhoras telespectadoras, ouvintes da Rádio Senado, no filme, por obra da direção genial de Nelson Pereira dos Santos, os dois atores, Ney Santanna e Jofre Soares – o Ney, filho do Nelson; o Jofre Soares, um ex-marinheiro que o Nelson encontrou em Alagoas, em Palmeira dos Índios – vivendo o papel de um mesmo personagem. Ney interpreta Gabriel, que seria o Tenório Cavalcanti jovem, e Jofre Soares, encarna o Homem da Capa Preta na velhice. E o jovem tem um caso amoroso com a amante do patrão, interpretada por Anecy Rocha, irmã de Glauber Rocha, o cineasta baiano.

Como seria o Tenório Cavalcanti da vida real, que, na época, Hélio José, em que estava sendo feito o filme, ainda era vivo, poderoso e valente? Como ele reagiria ao se ver retratado no



filme daquela forma, como um jovem pistoleiro, sanguinário e como um velho chefe político traído pela mulher? Pois Tenório, para a grande surpresa de todos e do próprio Nelson, ficou, senhores telespectadores, todo feliz de se ver personagem de filme e achou aquilo ali tudo muito divertido. Emprestou sua casa-fortaleza, um verdadeiro *bunker* em pleno centro de Duque de Caxias, para servir de locação nas filmagens urbanas, e o sítio nos arredores da cidade para as cenas em que os pistoleiros treinavam tiro. Emprestou até o seu luxuoso automóvel Galaxie branco, novo, novinho, que aparece em algumas cenas transportando Jofre Soares.

O Amuleto de Ogum foi talvez a mais bela contribuição de Nelson para o cinema brasileiro e popular. De quebra, nesse filme, o diretor levou para a tela grande um cantor, músico e compositor que nunca havia atuado e se revelou excelente ator: Jards Macalé, que interpreta muito bem um mendigo cego, personagem-chave no enredo do filme.

Outra coincidência em que a vida de Nelson Pereira dos Santos, Zé Carlos de Assis, se mistura com Alagoas é o fato de que seu filho Ney Santanna começou a carreira de ator também em Alagoas, sob a direção de um alagoano, um ano antes de atuar em O Amuleto de Ogum com o pai. Foi em 1973, quando Ney Santanna foi um dos atores no grande elenco do filme Joanna Francesa, dirigido pelo alagoano Cacá Diegues e ambientado em fazendas de cana de Alagoas.

Dez anos depois, em 1984, já calejado nas coisas de Alagoas e ainda mais identificado com Graciliano, Nelson Pereira dos Santos se dedica a filmar o período mais duro da vida do escritor alagoano: Memórias do Cárcere. O filme é sobre, como todos sabem, a prisão de Graciliano pela ditadura do Estado Novo, documentada pelo próprio autor no livro, testemunho póstumo, que ficou sem o último capítulo, porque, em 1953, o escritor Graciliano morreu antes de concluí-lo. A saga narra as várias cadeias, inclusive na Ilha Grande, por onde passou o prisioneiro Graciliano Ramos, acusado pela polícia política de Filinto Müller de ser comunista, quando ainda não tinha entrado para o Partido Comunista Brasileiro.

Permita-me um parêntese para lembrar a coincidência do que aconteceu a Graciliano no Estado Novo com o que acontece ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesses tempos de arbítrio, esse consórcio Ministério Público, setor do Judiciário e grande parte da imprensa condena o Lula sem prova e insiste no seu julgamento num típico juizado de exceção. O recurso tramita celeremente, celeremente, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, antecipa-se a pena para torná-lo inelegível numa eleição em que, como as outras, ele aparentemente não tem com quem concorrer, porque conta com a ampla maioria do povo brasileiro.

Eu tenho muita expectativa, Senador Hélio José, continuando com esse parêntese aberto, de que, nos próximos dias, nós vamos ter muitas notícias sobre o que está acontecendo com o Presidente Lula e sobre o que está acontecendo e não pode continuar a acontecer com o nosso País.

A decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal foi muito importante. Mas hoje eu vejo, nos jornais, o Procurador Deltan Dallagnol dizendo que foi uma decisão irresponsável. Irresponsável é prender para delatar; ameaçar o preso a emendar a sua prisão provisória com a condenação definitiva. Irresponsável é antecipar a prisão, quando o próprio entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal diz que pode, mas que não é obrigatório fazê-lo. Torná-la obrigatória é irresponsável! Irresponsável é forjar flagrante; pautar a gravação de pessoas, até de doentes nos hospitais. Irresponsável...

(*Soa a campainha.*)



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... é gravar uma criança com seis anos de idade, reclamando de uma conversa que acontecia num dia de sábado, logo pela manhã. Irresponsável é ser contra a lei; invadir o exercício de um mandato; desqualificar um Poder; fazer busca e apreensão.

Sr. Presidente, ontem fizeram a segunda busca e apreensão na residência e no gabinete do Senador Ciro Nogueira. Todos nós conhecemos o Senador Ciro Nogueira. O Ciro é um conciliador, um homem cordato, para além do que deve ser feito na investigação. Eu sempre defendi investigação e acho – administro desta forma – que a investigação é uma oportunidade que se tem para que possamos demonstrar o contrário.

Todos sabem que, no ano que passou, juízes de primeira instância fizeram um "abraço" no Supremo Tribunal Federal, invadiram as galerias, para que o Supremo Tribunal Federal recebesse uma denúncia contra mim do Ministério Público de 2007. Pois bem, eu disse naquela oportunidade o que eu digo agora: eu vou acelerar os procedimentos e quero, desde logo, pedir ao Ministro Fachin que ponha em julgamento essa denúncia. Se há alguém que quer ver esse fato esclarecido, essa pessoa é o Senador Renan Calheiros.

Mas o que acontece, pela segunda vez, com o Ciro Nogueira e com outros, Sr. Presidente, é inadmissível do ponto de vista da democracia. Se o Senador estivesse se recusando a colaborar com as investigações, com o esclarecimento dos fatos, tudo se justificaria. Mas com o Senador colaborando, colocando-se à disposição, abrindo todas as suas informações, entregando todos os seus sigilos, Sr. Presidente, dessa forma, nós sinceramente não sabemos aonde vamos chegar.

Por isso, a tentativa de desqualificação do Supremo Tribunal Federal, que, na democracia – não há jeito –, é o garantidor da Constituição. A Constituição está viva. A Constituição não morreu, não morreu. É um engano, um equívoco querer demonstrar ao País que a Constituição morreu. Se a Constituição morreu, como consequência morrerá também a democracia. E este País, que já teve tristes experiências no passado, não pode pagar preço nenhum, não pode correr o risco de que isso novamente venha acontecer.

Voltando ao filme, Senador Hélio José, Graciliano é interpretado por Carlos Vereza, e sua esposa, Helena, por Glória Pires. O elenco reunido por Nelson Pereira dos Santos é de primeira qualidade. E há episódios marcantes, presenciados por Graciliano na prisão e retratados com fidelidade no filme, como a entrega de Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, à Gestapo nazista para ser executada na Alemanha.

Nas filmagens de Memórias do Cárcere, em Maceió, repetiu-se o que havia acontecido, Zé Carlos, em Vidas Secas. Nelson incluiu no elenco atores alagoanos, como Chico de Assis, e atrizes, como Anilda Leão. Depois do filme pronto, na volta para o Rio, Nelson levou Chico de Assis, abrindo-lhe oportunidades de trabalho, inclusive em novelas e séries da TV Globo.

A filmografia de Nelson Pereira dos Santos é, como todos veem, extensa e rica, profundamente brasileira, humana e sempre com o olhar e o clamor por justiça para os despossuídos, oprimidos e perseguidos, como Graciliano e como Luiz Inácio da Silva.

Nelson Pereira dos Santos foi o primeiro cineasta a assumir uma cadeira, a de nº 7, na Academia Brasileira de Letras. Foi indicado, em 2006, para a vaga pelo valor e importância de sua filmografia e não por obra literária. Também não precisou fazer campanha. Apenas consultou uns poucos acadêmicos, Hélio, com quem já tinha uma amizade próxima, não para cabalar votos, mas para conferir qual seria a contribuição que poderia dar à Academia se aceitasse ser um de seus



membros. Não precisava nem ambicionava, como sabe quem conheceu Nelson Pereira dos Santos, a honraria. Nelson queria apenas ser útil.

E, de fato, foi útil no Brasil e fora do Brasil. Foi professor e fundador do primeiro curso superior de cinema do Brasil, na Universidade de Brasília, no tempo de Darcy Ribeiro. Também lecionou na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e na Universidade Columbia, em Nova York. Dava palestras em toda parte, quase sempre de graça. Aceitava com prazer os convites para conferências e debates. Gostava de conversar com as pessoas. Era um curioso do mundo e das coisas.

A última vez em que o grande cineasta esteve em Alagoas foi em 2013, para receber a Medalha do Mérito Deodoro da Fonseca, a maior condecoração concedida pelo Governo do Estado.

No ano passado, foi convidado pelo Governador Renan Filho para participar como palestrante nos eventos em comemoração aos 200 anos da emancipação política de Alagoas. Ficou triste, muito triste por não poder viajar, com a saúde já debilitada, e pediu que o filho Ney Santanna o representasse.

Nelson Pereira dos Santos sempre lutou em defesa do cinema nacional. Não se conformava com as crônicas dificuldades de financiamento para o filme brasileiro; rebelava-se contra o preconceito de empresários e distribuidores, que sistematicamente deixam de lado excelentes filmes nacionais e pagam *royalties* bilionários para trazer produções estrangeiras de alto custo e muitas com baixa qualidade artística.

Mas não perdia o humor. Batalhava com a voz serena e um sorriso nos lábios.

Uma vez, Senador Hélio José, para resumir a indignação a que é condenada a produção nacional, Nelson saiu-se com a seguinte comparação: "No cinema de Hollywood e no europeu, quando acaba o filme, sobem os créditos. No cinema brasileiro, sobem os débitos." Infelizmente é verdade, Mestre Nelson Pereira dos Santos.

Eu abro aqui um parêntese no nosso discurso de homenagem ao Nelson Pereira dos Santos, um dos maiores cineastas de todos os tempos, para oferecer a palavra, para uma comunicação, a este amigo querido Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Renan Calheiros, Presidente Hélio José. Eu acho que merece o registro, inclusive porque V. Ex^a está falando de um expoente da nossa cultura. É um cineasta que deixa uma obra enorme e uma saudosa memória. Mas estamos aqui com o Cacique Raoni. Ele é uma figura de conhecimento mundial, conhecido no mundo inteiro pela sua luta em defesa da causa indígena. E ele faz parte de um acampamento de quase 4 mil indígenas que nós temos aqui em Brasília, exatamente lutando, agora próximo do Dia do Índio, próximo do período em que eles fazem a luta anual. Ano passado foi terrível. Tiveram que enfrentar a polícia. Mas tudo o que eles vêm buscar, Presidente Renan, que foi Presidente do Congresso já em várias ocasiões, diz respeito às preocupações com as mudanças que estão sendo propostas seja pela Advocacia-Geral da União do atual Governo, seja também pela tramitação da PEC 215, que agora está paralisada e que altera os critérios de demarcação de terras indígenas. V. Ex^a foi Ministro da Justiça, nos ajudou a consolidar uma política de demarcação, de garantia das terras, dos direitos dos povos indígenas. E o Cacique Raoni é símbolo dessa luta. Eles não querem nada mais nada menos do que preservar as suas áreas; que seus parentes que ainda não têm as áreas demarcadas possam ter as áreas demarcadas. E esse é o grande objetivo dos que vieram aqui, que estão acampados aqui. Nós no



Acre temos os povos indígenas com quase todas as áreas já demarcadas, mas ainda temos avanços a fazer. O Governador Tião Viana tem procurado dar apoio. Mas hoje a Funai está ameaçada. A proteção dos índios está ameaçada porque resolveram transformar a Funai num cabide de empregos e de ajuste de acordos políticos. E isso é terrível numa hora como esta. Cortaram o orçamento da Funai. Não há os recursos necessários para os servidores. E, ainda, para agravar, resolveram agora estabelecer critérios de composição de aliança político-partidária usando a Funai como um espaço a ser ocupado nesse sentido. Queria, antes de concluir, ouvir V. Ex^a, como ex-Ministro, como ex-Presidente da Casa, sobre essa reivindicação do Cacique Raoni, como é conhecido, uma pessoa expressiva, talvez um dos brasileiros mais conhecidos no mundo, pela causa que representa, pela história de vida que tem e por ser símbolo dos povos originários. Ele está aqui reivindicando o básico: que não se altere a legislação brasileira de proteção aos índios, de demarcação de áreas indígenas. Até isso está ameaçado nestes tempos difíceis por que o Brasil atravessa, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero, a partir dessa intervenção do Senador Jorge Viana, cumprimentar o Cacique Raoni por sua visita ao plenário do Senado Federal.

Eu e o Jorge temos muitas identificações. Talvez a maior delas seja a defesa permanente dos nossos povos originários. Eu, como Ministro da Justiça, no final do governo Fernando Henrique Cardoso e no início do segundo governo dele, durante 19 meses, eu fiz da defesa da causa indígena uma prioridade do Ministério da Justiça. E, de todos os orgulhos que carrego nesta longa vida pública minha, o maior é de ter sido o Ministro da Justiça que mais demarcou terras indígenas no Brasil.

Jorge Viana, o Brasil sabe e é importante que o Cacique Raoni – que nos visita hoje – tenha certeza de que nós vamos estar juntos – juntos – para não permitir que tenhamos, na relação dos nossos índios, mais retrocessos do que nós já tivemos.

Eu não sei se você sabe que a ocupação da Funai é um deletério exemplo da deletéria influência de Eduardo Cunha no Governo do Presidente Michel Temer, contra qual eu sempre me coloquei.

De modo que é uma honra muito grande tê-los aqui.

Aliás, estou homenageando Nelson Pereira dos Santos, um dos maiores cineastas do Brasil de todos os tempos, que produziu grandes filmes, entre eles o filme Vidas Secas, a partir do romance de Graciliano Ramos. Trata-se de um dos maiores filmes já produzidos no Brasil e no mundo. A todos os que estiverem nos ouvindo, eu queria, na audiência da TV Senado, poder recomendá-los que assistam a esse filme em homenagem à criação, ao que se fez e em homenagem ao serviço prestado à filmografia nacional por Nelson Pereira dos Santos.

Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, mais uma vez, Presidente Renan, quero agradecer. V. Ex^a está no meio de um pronunciamento, interrompeu o pronunciamento para permitir que eu pudesse fazer esta apresentação da visita dessa figura ilustre, querida, que é parte da história da resistência dos povos originários, os povos indígenas, o Cacique Raoni, que nos honra aqui no plenário do Senado Federal. Está o Patxon aqui, que é seu neto, que faz a tradução para ele quando é necessária. Encontramo-nos na COP na Alemanha. Ele é um símbolo dessa luta por um mundo melhor, sustentável. Mas agora ele tem que deixar – ou pelo menos conciliar – a luta em defesa de um mundo melhor pela luta da



sobrevivência dos povos indígenas do Brasil. O retrocesso é tão grande neste País, que agora os índios têm que lutar para que a legislação não piore em desfavor deles, como, por exemplo, uma proposta de emenda à Constituição que modifica a demarcação de terras indígenas. Então, o cineasta Nelson Pereira dos Santos, que deixou essa marca fantástica do seu trabalho, certamente onde estiver vai estar feliz de nós estarmos aqui, durante o discurso de V. Ex^a, agregando este aparte. Mas que fique constando, Sr. Presidente Hélio José, nos *Anais* da Casa, que neste ano de luta dos povos indígenas, vêm a Brasília 4 mil povos indígenas, mais de 100 etnias – inclusive do meu Estado do Acre –, por uma luta. Não é por mais conquistas; eles agora estão lutando para não perder aquilo que conquistaram: o direito de demarcação das áreas, o apoio para a Funai, que agora virou parte das negociatas políticas no Palácio do Planalto e ameaça aquilo que já era muito precário; os recursos necessários para atender os povos. Nós os recebemos ontem, para um café da manhã na Liderança do PT, com todos os Senadores do PT. Ouvir V. Ex^a, Senador Renan, como Ex-Ministro da Justiça, Ex-Presidente da Casa, o compromisso de nos ajudar para impedir esses retrocessos é muito importante. E ficam aqui nos *Anais* do Senado os agradecimentos pela luta que o Cacique Raoni faz em nome do seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Senhor orador na tribuna, Sr. Senador Renan Calheiros, Sr. Senador Jorge Viana, nobre Cacique Raoni, esta Presidência quer registrar, com muita satisfação, o aparte colocado pelo Senador Jorge ao Renan, o registro importante dessa participação aqui do nosso nobre Raoni, da nossa população indígena, a importância de a gente preservar os direitos e a importância de estarmos aqui presentes neste momento.

Nobre Senador Renan, eu não interrompi V. Ex^a, porque sou um profundo conhecedor – inclusive lá *in loco*, em Palmeira dos Índios – da vida que levou Graciliano Ramos, da vida das Alagoas, da vida de Nelson Pereira dos Santos. Quero cumprimentar V. Ex^a. Quando V. Ex^a falava sobre o livro *Vidas Secas* e o filme, recordava-me aqui do momento em que li e as emoções que tive de fazer aquela leitura tão emocionante. E ver aquilo relatado num filme tão primoroso, como V. Ex^a descreveu aqui, não me daria oportunidade de fazer um aparte, porque eu acho que, se eu fizesse um aparte, eu ia atrapalhar, de tão bacana que foi sua fala.

Mas esse aparte que o nosso nobre Senador Jorge Viana trouxe aqui é fundamental. Quero agradecer, deixar registrada a nossa concordância.

Volto a palavra ao nosso nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB - AL) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, muito obrigado, Cacique Raoni, pela presença e pela luta.

Na trajetória profissional e na vida cidadã, Nelson Pereira dos Santos abraçou as boas causas, estava do lado certo. Nas centenas de ensaios e artigos que escreveu ao longo dos anos, nos manifestos que assinou, nas conferências e debates de que participou, foi sempre uma referência, um exemplo a ser seguido. Daqui, do Senado Federal, vai a homenagem de Alagoas, do povo de Alagoas a esse grande artista brasileiro, uma figura humana que deixa saudades e fará muita falta ao País, um dos definidores da identidade da alma brasileira, cujo legado, felizmente, estará ao alcance das gerações que virão.

Nossa solidariedade à esposa Ivelise, aos filhos Nelson, Ney, Márcia e Diogo, e aos seus netos.

Encerro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, senhores e senhoras telespectadoras, ouvintes da Rádio Senado, seguidores das redes sociais, tomando emprestadas as palavras deste outro grande cineasta brasileiro, amigo de Nelson Pereira dos Santos e alagoano de Maceió, Cacá



Diegues: "O Nelson era tudo. Inventou um cinema que só poderia ser feito no Brasil. É uma perda irreparável. Ele morreu, mas a obra está aí, e deve ser vista."

Reforçando essas colocações do Cacá Diegues, eu queria pedir a todos que a maior homenagem que nós podemos prestar – e digo isso daqui, da tribuna do Senado Federal – a Nelson Pereira dos Santos é, como recomendou Cacá Diegues, ver as suas obras.

Muito obrigado, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Renan Calheiros. Gostaria de que o senhor presidisse aqui, para eu fazer uma fala. Gostaria de comentar que, além de tudo, parece-me que Nelson Pereira dos Santos escreveu O Filho do Brasil, filme importante que relata a saga da mãe de Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, que exatamente foi um filme importante, D. Lindu e todo aquele caminho...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PROS - DF) – Ah, foi o Barreto. Não é? Que foi um discípulo do nosso nobre...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Retomando a sessão de debates, eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Hélio José. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu nobre Presidente, Senador Renan Calheiros, é com muita satisfação que venho fazer esta fala, presidido por V. Ex^a.

Quero cumprimentar nossos nobres ouvintes da TV e Rádio Senado, cumprimentar nossos trabalhadores, servidores desta Casa, que eu não sei se o nobre Senador Renan Calheiros – tão preocupado com todos os problemas do Brasil – teve tempo de ouvir ou de saber que os nossos nobres servidores desta Casa passaram por percalços entre ontem, antes de ontem, esses dias. Ontem, tivemos ações importantes no intuito de colaborar para uma solução que não trouxesse retrocesso aos servidores da Casa, que o senhor sempre tratou tão bem.

Em razão dessa iniciativa, tivemos, ainda há pouco, uma reunião com a nossa nobre Diretora-Geral do Senado, Dr^a Ilana Trombka, da qual participaram também o Senador Paulo Paim e representantes dos trabalhadores terceirizados.

A informação que recebemos da Diretora-Geral é que se trata apenas de uma consulta sobre a legalidade dessa iniciativa. Ela nos assegura não haver ainda decisão tomada sobre o assunto e disse que a Administração da Casa está aberta ao diálogo sobre essa questão.

Aqui eu abro um parêntese para agradecer a todos os Senadores que assinaram a moção em apoio ao terceirizados, a todos os Senadores da Comissão de Direitos Humanos, porque tiramos uma moção repudiando qualquer mudança que venha a prejudicar os trabalhadores desta Casa.

Esperamos que assim seja, Sr. Presidente! Podemos até compreender as necessidades de contenção de despesas do Senado, mas não vamos permitir que se cometa nenhuma injustiça contra trabalhadores tão dedicados, que têm demonstrado seu valor ao longo dos anos.



Essa malfadada terceirização, que já precariza os contratos de trabalho e escraviza trabalhadores, não pode lhes impor ainda mais sacrifícios. Espero que possamos chegar a uma solução inteligente e equilibrada para essa questão, sem prejudicar as pessoas que há tempos servem esta Casa.

Apelo à sensibilidade do nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira, e à do Senador José Pimentel, 1º Secretário – com quem estive reunido e que deixou claro que jamais esse assunto foi discutido na Mesa do Senado –, para que acompanhem esse assunto com atenção, de maneira a evitar que soluções de contenção de despesas recaiam exclusivamente sobre os trabalhadores terceirizados.

Era isso que eu tinha que falar, Sr. Presidente, com relação a esses primorosos trabalhadores da TV Senado, da copa, trabalhadores dos serviços gerais, trabalhadores que convivem com o nosso dia a dia nesta Casa e que muito nos orgulham de conviver com eles.

Eu quero aqui, nobre Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, terminando esse pronunciamento sobre os terceirizados, fazer uma fala sobre um assunto que lhe é muito caro, a V. Ex^a, ao nosso nobre Senador Dário Berger, à nossa nobre Senadora e futura governadora do Espírito Santo, Rose de Freitas, e ao nosso nobre Senador Cristovam Buarque, que e sobre as rádios comunitárias no Brasil.

Tivemos, Senadora Rose de Freitas, anteontem, talvez a maior vitória nos últimos anos das rádios comunitárias do Brasil. Tive a honra de um projeto de minha autoria, relatado pelo nobre Senador Otto Alencar, ser aprovado por unanimidade, de forma terminativa, no Senado Federal, que seguiu para a Câmara dos Deputados, que definiu que, d'agora para frente, as rádios comunitárias terão até três canais.

Não existirá mais aquela questão, nobre Senadora Rose de Freitas, de que uma rádio comunitária de Vitória, sombreada por uma rádio comunitária de Vila Velha, não possa ser ouvida porque há interferência – porque todas são 98.1. Ninguém podia ouvir a programação de uma ou de outra rádio. Agora teremos até três frequências, para evitar esse problema sério com o qual convivíamos, inclusive nas cidades muito próximas, como é o caso de Vitória, Cariacica, Serra, aquela região toda que a senhora conhece muito bem, lá no seu Estado.

E, além disso, conseguimos ganhar o direito de as rádios comunitárias, agora, lá na Bahia, lá em Alagoas, lá na Amazônia, em todos os lugares, poderem aumentar a sua frequência, de 25W para 300W, conseguindo agora atingir regiões que nunca tiveram condições de ser atingidas.

Então, esse projeto é de cunho fundamental. Eu quero pedir a todos os Senadores desta Casa que entrem em contato com os seus Deputados, peçam para darem urgência à votação desse projeto na Câmara dos Deputados.

Eu já orientei o Líder do meu Partido, o PROS, o nosso nobre Deputado Bornier, para que marque lá uma reunião nossa com o nobre Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, para todos juntos trabalharmos com urgência, ainda mais este ano que é um ano eleitoral, em que todos precisam de comunicação. Precisamos dar essa vida para as mais de 10 mil rádios comunitárias do País poderem, de fato, se comunicar.

Nobre Senador Renan Calheiros, eu sei que V. Ex^a é uma pessoa que se comunica muito em seu Estado, toda a semana, inclusive, fazendo gravações. E sei o tanto que os seus amigos das rádios comunitárias de Alagoas, o nosso nobre Dário Berger, em Santa Catarina, a Rose de Freitas, no Espírito Santo, e Cristovam Buarque, comigo, aqui em Brasília, nos ajudam.



Então, esse Projeto 513, que nós aprovamos aqui, que é de minha autoria, me deixa muito orgulhoso.

E já me deixa dizer o seguinte, Senador Renan Calheiros: por tudo, já valeu a pena estar aqui, representando nossa Brasília, mas a aprovação deste projeto me faz ainda mais orgulhoso do convívio com V. Ex^a e com os demais Senadores desta Casa, em podermos contribuir para um País propositivo, para um País que realmente pensa diferente e que possa voltar aos trilhos, como V. Ex^a colocou no seu aparte, no discurso aqui, em homenagem ao nosso nobre Nelson Pereira dos Santos, que tanto fez por este País e que tanto relatou por este País.

Então, quero agradecer a V. Ex^a, agradecer aos nobres presentes aqui.

O Senador Cristovam pediu um aparte, eu quero passar para ele, para concluir aqui a minha fala.

Nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Hélio José, é um aparte muito rápido, apenas para me solidarizar e apoiar a sua luta pelos terceirizados. É um absurdo o que está se passando com eles. Creio que, se houve erro legal, tem que se corrigir o erro, mas não prejudicá-los. Se faltam recursos, vamos buscar outro lugar onde poupar para pagar o pequeno custo que eles implicam. Então, acho que essa é uma luta que deve ser de todos nós, Senadores. E, quanto às rádios comunitárias, eu fico muito feliz por ter podido votar no seu projeto. Acho que é um processo de democratização, facilitar o acesso das rádios comunitárias em um espaço mais amplo do que aqueles onde elas estão hoje, aprisionadas. Amanhã mesmo vou estar em duas rádios dessas. E, graças ao senhor, um dia, quando eu estiver nela, vou falar para um público muito maior. Parabéns e muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Obrigado, nobre Senador Cristovam Buarque. Sempre é uma honra ser aparteado por V. Ex^a.

Nobre Senadora Rose de Freitas, nossa futura governadora do Espírito Santo.

A Sr^a Rose de Freitas (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador, primeiro quero parabenizá-lo pelos discursos, pelas considerações sobre a questão da terceirização. Evidentemente, os trabalhadores se organizam em torno do seu salário. É isso que acontece com qualquer uma das pessoas – o senhor, eu, o trabalhador –, em qualquer área em que esteja. Acho que foi um equívoco a maneira como foi colocado isso e deve ser corrigido. Acho que temos que nos unir em favor dos trabalhadores. A outra coisa que V. Ex^a abordou muito bem foi a comunicação. É muito importante: a rádio comunitária tem uma vida, participa do dia a dia no nosso interior, das regiões que não acessam as rádios, até por deficiência de antenas e tudo o mais. A rádio comunitária tem essa facilidade de estar no dia a dia das nossas comunidades. Eu sei a importância que elas têm. Há cidades que têm a rádio no poste. Então, anuncia todos os eventos, faz promoção, integra a cidade. Então, a favor do que V. Ex^a propôs, todos vamos nos mobilizar, para que seja votado o mais rápido possível. É um ganho muito positivo na integração e na comunicação das nossas cidades. Muito obrigada por ter citado meu Estado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PROS - DF) – Muito obrigado, Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer que eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista das Rádios Comunitárias do Brasil, tenho outro projeto importante de minha autoria, que está com a Senadora Fátima Bezerra, que garantirá o fim da cobrança do Ecad às rádios comunitárias, que mal conseguem sobreviver. É outro processo de grande relevância.



Com certeza, a Senadora Fátima Bezerra já apresentou seu relatório final, favorável a essa proposta, que será muito importante, junto com esse outro projeto, para que tenhamos uma comunicação mais eficiente no Brasil.

Muito obrigado, Excelência, Presidente, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero cumprimentar o Senador Hélio José, que faz uma prestação de contas da semana.

Quero cumprimentá-lo pela qualidade do seu mandato, pela defesa da maioria da população, dos trabalhadores, dos mais pobres, dos oprimidos.

O que está acontecendo aqui no Senado não é diferente do que está acontecendo no Brasil. Nós chamamos muito a atenção, quando esta Casa aprovou a regulamentação da terceirização sem limites – sem limites.

Na oportunidade, nós dizíamos que aquela regulamentação iria abrir espaço para que essa precarização ainda maior dos terceirizados acontecesse em todo o Brasil.

Eu, daqui desta cadeira, que ocupei rapidamente, para possibilitar a palavra ao Senador Hélio José, faço um apelo ao nosso querido Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, para que aqui, no Senado Federal, nós deixemos de cometer essa injustiça, que é consequência de uma regulamentação da terceirização sem fim, como impôs a esta Casa o mercado brasileiro.

Eu defendia, todos lembram, a regulamentação dos terceirizados existentes, que já eram 13 milhões de trabalhadores, e não uma regulamentação da terceirização sem fim, como acabou ocorrendo nesta Casa. Da mesma forma, é a reforma trabalhista, que tem muita coisa boa, mas que só precarizou. E se fez na promessa de que ia gerar empregos, foi o contrário não só aqui no Brasil, mas no mundo todo. O exemplo internacional demonstra isso. Você, em crise econômica, com desemprego, não pode flexibilizar direitos nem facilitar a demissão, porque elas ocorrem inevitavelmente.

É por isso que eu digo que a opção por essas reformas, na profundidade em que as fizemos – graças a Deus, eu fiquei contra –, delongou a recessão econômica no nosso País e agravou ainda mais as condições de vida da nossa população.

Por isso, eu não comemoro a filiação do Henrique Meirelles ao PMDB e acho que em nada ele acrescenta ao PMDB, como não acrescentou ao País.

Hélio, meus parabéns. Meus parabéns pelo projeto das rádios comunitárias. A comunicação deve caminhar nessa direção, no sentido de esvaziar monopólios para que possamos – inclusive do ponto de vista da propagação dos nossos mandatos, do que nós fazemos, do que não é possível fazer – falar. Eu tenho o hábito – Alagoas tem 87 rádios comunitárias –, quase semanalmente, de falar com essas rádios comunitárias. Eu falo com a CBN Nacional, eu falo com as rádios do Rio Grande do Sul, com muita frequência, mas o que eu gosto mesmo é de falar nas rádios comunitárias do Estado de Alagoas.

Eu concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, que nos permite fazer uso da palavra nesta sessão desta tarde de quinta-feira, eu fiquei em dúvida em vir a esta tribuna tratar de tal assunto. Dadas as últimas notícias no Brasil – e, evidentemente, também não é diferente no meu Estado –, eu poderia, daqui, da tribuna, repercutir uma matéria de âmbito nacional que mostra as 50 cidades mais violentas do mundo, estando entre elas a nossa realidade, que é ter o nosso Estado junto a



essas 50 cidades do mundo mais violentas, mas, em vez de outra vez falar sobre a questão da violência, eu queria falar sobre outro assunto cuja consequência também é a violência. Eu queria falar da realidade triste que foi tratada, recentemente, no jornal *A Gazeta*. Eu faço questão de mostrar aqui todas as manchetes dos nossos jornais que mostram que o nosso Estado tem 50 mil alunos fora das salas de aula – 50 mil alunos! Essa matéria, que foi trazida a público em 11 de março, mostra uma realidade muito difícil de encararmos.

Eu sou da Frente Parlamentar da Educação, e lá trabalhamos arduamente para procurar o recurso. Muitas vezes, em cidades para as quais aprovamos esse recurso, não temos uma área disponível, nem conseguimos doada, nem podemos comprar, porque a cidade muitas vezes não tem recursos para isso.

Aí também essa matéria, muito bem escrita por uma jornalista cujo nome é Aline Nunes, de *A Gazeta*, mostra as causas do abandono, dessa evasão.

Ela fala da questão das escolas distantes, e eu sei disso – existem escolas que ficam a 40km, 30km, 20km, que são percorridos, muitas vezes, com muita dificuldade.

Há a falta de vagas. Para o transporte escolar, tempo atrás, o Governo disponibilizava recursos, e, então, nós tínhamos facilidade de mostrar a demanda e ofertar esses ônibus escolares, quando, na verdade, o que eu gostaria de ter ofertado é escolas nos lugares em que eram necessárias.

Há as necessidades especiais, ou seja, as crianças com algum tipo de deficiência nem sempre encontram atendimento adequado nas escolas, que têm dificuldades.

Há a gestação precoce, pois essa gravidez acaba desestimulando as adolescentes a continuarem estudando.

Há o envolvimento, em consequência de todas essas coisas de que sempre estamos falando aqui, na criminalidade e o fácil alcance das drogas, que contaminam e arregimentam os jovens, afastando-os das escolas.

Há também quando o mercado de trabalho chama, quando a família passa por dificuldades. Não preciso citar que isso tem sido permanente com essa crise, que aumentou. Aí a família tem que fazer uso da mão de obra daquela ou daquele que deveria estar na escola e que, por distância, por dificuldade econômica, por falta de vagas, não consegue, como ela aborda aqui, conciliar trabalho e estudo.

Há a pobreza, que é outro aspecto sobre o qual temos que falar. Hoje aumenta, no Brasil, significativamente, a falta de recurso até para obter o material para se frequentar a escola. Há dificuldades de tirar um tempo na casa, porque ele tem que ser incluído nas tarefas da família e, às vezes, tem que até ter também outro trabalho, procurando ter uma renda em casa. Nós vemos tantas crianças nos sinais deste País oferecendo biscoito, bala, dia e noite, para levarem um mísero tostão para casa. Então, a pobreza é o lado mais cruel dessa evasão escolar, porque deveria a escola ter a capacidade de resgatar esse aluno e lhe oferecer condições para que ele permanecesse integralmente na escola, como, aliás, o Governo Temer tem oferecido agora, com esse programa que eu digo que transforma em realidade algumas dessas demandas que precisam urgentemente ser encaradas.

Há a questão da violência dentro de casa. Muitas vezes, essa violência que maltrata acaba comprometendo a capacidade de uma criança ir à escola por traumas pessoais, pela falta de amparo de uma política social ou de uma intervenção que ajude a criança a enfrentar esse desafio.



Como consequência de tudo isso também – ela aborda aqui –, há o déficit de aprendizagem, que pode estar relacionado exatamente a estes contextos: fome, violência, abandono. Nesses contextos em que ela coloca as questões, eu vejo que ela fala da qualidade da relação da família com a escola e da escola com a família, o que pode, inclusive, causar essa influência.

Há a falta de significado, na vida das pessoas, e de atratividade da escola, o que não é abordado, muitas vezes, pela família, diante da carência, da dificuldade. É preciso mostrar que deve haver interesse pelo aprendizado e pela escola.

Há a falta de sensibilidade também às necessidades dos jovens que não tiveram preparo para isso, a fim de estimular seu engajamento escolar.

Há a percepção de tudo que nós estamos falando, mas a criança, o adolescente e a família precisam fazer uma avaliação de que, longe do estudo, as perspectivas são menores. Sendo assim, os resultados da vida, como ela mesma aborda aqui, sem o estudo, são muito mais difíceis, muito mais dramáticos.

Há a questão de que a escola deveria ser um ambiente que incentivasse a permanência, mas esse ambiente também contamina pelo lado negativo.

Há também a percepção – aí vem outra avaliação que ela coloca, de grande importância – da importância da escola, que, por deficiência da instituição, muitas vezes não é mostrada à sociedade, não é resgatada. Também, com o desestímulo, acaba havendo o abandono.

Por fim, há os desafios emocionais. Muitas vezes, o abandono, como ela coloca, está relacionado a situações momentâneas: uma discussão com o professor, um desempenho ruim, a falta de aprendizado adequado. A situação, que não é logo identificada, não tem um processo de revés. Pelo contrário, o aluno deixa a escola, e ninguém vai ao encontro dele para trazê-lo de volta e muito menos faz uma avaliação correta de como deveria a escola atuar nesse êxodo todo que nós estamos abordando aqui.

A estatística dessa matéria mostra que, por outras razões e por várias que eu coloquei aqui, Espírito Santo, o meu Estado, se tornou líder na Região Sudeste em crianças e adolescentes ociosos. Dados da Unicef mostram que, entre jovens de 15 a 17 anos – vejam que coisa lastimável –, esse cenário é muito mais crítico.

Sr. Presidente, eu volto a esta tribuna, V. Ex^a já deve estar enjoado de me ouvir falar sobre essa questão da educação, mas um país sem educação é um país sem futuro. Não são frases coloquiais, não são reflexões... E eu faço isso diante de um homem, de um grande Senador, que foi Ministro da Educação. Tive a oportunidade, ainda na Câmara, de me integrar aos projetos dele. É isso que deveria, Senador Cristovam e Presidente, servir como premissa para qualquer política pública de um país, qualquer que seja o país. É em razão disso que estou aqui nesta tribuna para falar outra vez, mais uma vez, sobre a questão educacional.

Eu só acrescento ainda que 2,8 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estão fora da sala de aula. Esse dado é da pesquisa divulgada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, com base em dados do IBGE.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com muita honra, Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Sr^a Senadora, a senhora está pedindo desculpas por vir aqui falar mais uma vez de educação. Nenhum Senador vem aqui e pede desculpas por vir falar outra vez de economia, de estrada, dos outros problemas. Nós – e eu me ponho ao seu lado – que falamos de educação temos que pedir desculpas. Esse é o problema do Brasil, porque, Senador Dário, todo problema tem duas pontas:



uma ponta no problema e uma ponta na educação. Esta semana, eu vi o Governador do Distrito Federal comemorando, felizmente, que, dentro de mais alguns meses, terminaremos um reservatório novo de água e acabaremos com o racionamento. Ele diz que, provavelmente, isso será por mais 25 ou 30 anos. Uma ilusão, porque a água é um problema de captar, mas é um problema que depende do consumo. Se houver crises de chuvas, o poço esvazia. Ninguém fabrica água, você acumula água. E, felizmente, agora está-se resolvendo o problema de não haver acúmulo de água suficiente para enfrentar a seca. É um avanço, mas, se o consumo continuar elevado, vai faltar água. Por isso, é a educação de cada um de nós consumir menos água, ser responsável, mas todo mundo esquece isso. Há 15 dias, houve aqui o Fórum da Água. Eu fui lá falar um dia, e estava em todo lugar: direito à água. Eu perguntei: onde está a responsabilidade com a água? Não se falou em responsabilidade, só em direito à água. É um direito, sim, de cada cidadão ter água em casa. É uma responsabilidade de cada cidadão zelar pela água. Todos os problemas têm duas pontas. Hoje eu estive com o Presidente do Banco Central por outro projeto que está em andamento aqui. E todo mundo reclama que a taxa de juros é alta. Por incrível que pareça, isso tem a ver com a educação, porque a taxa de juros depende, além do monopólio dos bancos, do que quiser, de poupar mais e consumir menos. E o Brasil sofre de anorexia de poupança e sofre de voracidade de consumo. Aí não tem jeito. O juro vai ser sempre alto enquanto estas duas coisas existirem: a gente querer consumir bens caros sem ter dinheiro para isso e não querer poupar para que haja dinheiro para quem quiser buscar lá. Isso depende de educação: a educação do consumo mais responsável, a educação das finanças pessoais, que no Brasil a gente não pratica. Então, eu acho muito importante cada vez que a senhora sobe à tribuna e fala da educação. O fato de pedir desculpas é um exemplo de como é preciso falar mais de educação. É o caminho. E a gente não percebe isso. Lamentavelmente estamos num processo eleitoral e a gente não vê um candidato pondo ênfase na educação. O Brasil tem como seu maior problema o fato de não ter um Presidente educacionista. Já tivemos Presidente desenvolvimentista, Presidente que trouxe a Constituição, Presidente que trouxe a estabilidade, mas educacionista não tivemos. Aí, vêm todos os problemas por falta da educação, inclusive violência, inclusive desemprego, inclusive pobreza, inclusive falta d'água. Tudo, no fim, tem a ver com a crise educacional, de que a senhora falou tão bem, mostrando a evasão. Cada menino que sai da escola antes do tempo é um problema que vai ficar sem solução no Brasil, porque esse menino poderia trazer a solução. Mas ele não traz, porque ele não teve a educação necessária para isso. Parabéns pela sua fala. E continue pedindo desculpas, porque é uma maneira de mostrar que a gente precisa falar mais de educação.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a e até me reporto ao seu partido, com toda a liberdade que eu possa ter, logicamente restrita liberdade – nós estamos falando sobre isto –: V. Ex^a poderia estar dentro da sua legenda representando essa bandeira da educação no Brasil. Nada muda no mundo, em cidade, em lugar nenhum, nem dentro de casa, se não existir a educação.

Estou falando aqui de crianças fora da escola, mas também estou falando que são meninas e meninos entre quatro e 17 anos de idade, de todas as regiões, de todos os Estados do Brasil. São meninos e meninas, Sr. Senador, sem a perspectiva de um bom futuro, com renda, família e dignidade.

Quando V. Ex^a faz o parâmetro da água e mostra bem que, sem a educação devida, as pessoas jamais serão motivadas ou terão a responsabilidade de saber preservar aquilo que a natureza nos deu de graça. Então, estamos vendo campanhas crescentes, cada dia mais, de



economia e de racionamento. Na verdade, quando passa aquele momento crítico, as pessoas voltam a gastar água do mesmo jeito, como se não tivessem vivido poucos dias atrás uma situação crítica, como recentemente viveu Rio, São Paulo e por aí afora.

Então, a educação, mais uma vez, serve para orientar, redirecionar, organizar a sociedade como um todo.

Então, sem a perspectiva de educação, compromete-se futuro, emprego, renda, dignidade – tudo vai junto. O País inteiro trata a educação dessa maneira, e nos coloca, às vezes até sem esperança de contar com esses cidadãos a que V. Ex^a se refere, que poderiam estar dentro da sociedade, produtivamente, bem informados, trabalhadores, participantes ativos, inclusive no nosso processo democrático de agora.

Quando se vê um quadro político como o nosso que está aí, sem demérito de quem quer que seja... A democracia é isso mesmo: vai haver pessoas de várias formas, de maneiras singulares, de várias tendências, de vários comportamentos, portando-se na direção de ocupar aquela casa do outro lado da rua, aquele palácio que ali está, mas – vamos colocar de maneira simplista – alguns não entendem os valores que esta Pátria sempre cultivou e que precisam ser implementados. E para implementar políticas corretas para o Brasil, há que se ter o olhar que V. Ex^a tem.

Eu lamento e vou lamentar sempre, na contribuição ao debate democrático, que V. Ex^a não esteja lá perfilando o seu partido como pré-candidato à Presidência da República. O Brasil precisa disso. E talvez fosse aquele que mais falasse sobre educação, que mais despertasse o brasileiro para a importância da educação.

E nós estamos muito pobres ainda, não é? O meu Partido, ao qual eu me filiei recentemente, tem o nome do Alvaro Dias, um nome importante, um homem digno, um homem respeitado, um homem que teve sucesso na sua vida de governador, administrou seu Estado duas vezes. E lá tem uma aceitação fantástica, e normalmente não é assim. Quando os governadores passam – e nós estamos nessa luta no Espírito Santo –, as pessoas dizem: "já se foi, graças a Deus." Lá é o contrário. Como V. Ex^a também, quando administrou lá no seu Estado, exerceu o cargo executivo. Então esses valores são muito importantes. E garanto que o Alvaro, como V. Ex^a, Senador Cristovam, cultivaram como bem maior a educação, para saber se conduzir no cenário político, respeitar os valores do povo, honrar o compromisso público, e sobretudo, construir, dentro da democracia, uma forma de conduzir os rumos da sociedade na direção da dignidade e da justiça social.

O cenário, portanto, é muito nocivo, porque para a economia, para a política, para a sociedade, a educação é fundamental. Esses 2,8 milhões que eu acabei de citar, de crianças e adolescentes, representam – olha que estatística terrível – 6,5% de todos aqueles que deveriam estar na escola. Não estou falando de zero, zero alguma coisa; são 6,5%. É uma fatia muito grande, Senador. E é enorme o impacto dessa verdadeira tragédia para a educação pública brasileira.

Quando nós vemos as estatísticas da violência, nós estamos sempre dizendo: olha, o País, nós tínhamos todo o tempo voltado a discutir a questão da violência, quando nós temos que voltar parte significativa do orçamento para combater a violência, e a cada dia ela toma mais espaço. Ela não só usurpa a paz, a tranquilidade social; ela usurpa a nossa dignidade, enquanto País que não sabe conduzir as suas metas apropriadas para se restabelecer e trazer para todos a dignidade e a paz social.



Eu digo que nós precisamos voltar nosso foco para esse problema, com objetividade, com transparência, com afinco. E o primeiro passo, Sr. Presidente, é compreender que são esses jovens, porque eles não estão sendo atendidos pelo Estado, que amanhã estarão sem participar do futuro deste País na escala em que poderiam fazer.

Mais de 86% do total dos excluídos fazem parte de dois grupos: crianças com quatro e cinco anos de idade que deveriam estar matriculadas na educação infantil, e adolescentes de 15 a 17 anos, destinados ao ensino médio. No primeiro grupo que eu citei, as causas de exclusão são em geral estruturais – família, a sociedade, a composição das administrações que cuidam dos interesses e da prioridade da sociedade, como por exemplo, falta de vagas nas escolas. Todo ano, eu vejo aquelas filas enormes, de mães dormindo em cadeiras, levando colchão, estando debaixo de pequenas coberturas, ou seja, de papel, de plástico, para conseguir uma vaga. E depois de uma semana dormindo ali, alternando com filho, com parente, com pai, etc., no final das contas volta para a casa sem uma esperança e sem uma vaga pela qual ela lutou.

Falta de vaga nas escolas, isso o Brasil não deveria ter. Escolas próximas à casa dessas famílias, cuja mãe tem que caminhar horas para o seu trabalho, cujos pais, muitas vezes, só conseguem chegar à noite, quando os filhos estão dormindo, e sair no dia seguinte, quando os filhos estão dormindo. Ou seja, a permanência familiar é comprometida pela falta de estrutura que as administrações e que a sociedade, enfim, o País não oferece.

O Poder Público, Senador Dário Berger, falha. Portanto, no seu dever constitucional de oferecer às famílias a educação de qualidade, o Brasil erra, o Brasil falha, a gestão pública se mostra ineficiente para socorrer o Brasil que nós temos que construir para o amanhã.

No segundo grupo que eu citei são bem mais complexas as razões. Um milhão e seiscentos mil jovens estão fora da escola por motivos os mais variados, como violência em casa, na própria escola; necessidade de complementação da renda familiar, que possibilite a essa criança estar disponível ao estudo; a gravidez precoce, que eu citei aqui; além disso, todos os problemas estruturais que nós conhecemos e são abordados cotidianamente nessas extensas reportagens a que nós assistimos.

A reportagem do jornal *A Gazeta*, cujos dados eu coloquei aqui, levantou 14 causas de abandono e de evasão escolar. Eu diria que tem mais ainda que podem ser citadas, mas tem, contudo, um aspecto que deve ser vislumbrado, para o qual deve ser chamada a atenção, é a chamada distorção idade e série. Quase três a cada dez alunos dessa etapa de ensino estão pelo menos dois anos atrasados na escola.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É evidente o desestímulo de um jovem que deve compartilhar os bancos escolares com as pessoas bem mais novas.

Outro fator importante para identificar com precisão problemas são as diferenças – e o senhor conhece isso, Presidente – entre o meio rural e o meio urbano. Os maiores percentuais de exclusão estão hoje no campo, mais de 8%, e é por isso que eu brigo tanto aqui para que as escolas cheguem aos distritos, às comunidades rurais. Mais de 8% dos meninos e meninas desse grupo estão fora das salas de aula.

Em geral, as causas envolvem a falta de transporte escolar. Já cansamos de ver, em programas da televisão que abordam essas dificuldades, que essas escolas estão nas pequenas cidades, distantes do centro, e aí, em vez de distribuir esse equipamento educacional e colocar essa escola onde precisa ser colocada, é mais fácil colocá-la onde tem outra escola, porque tem um



aglomerado de habitantes e de eleitores – e de eleitores! Ainda bem que hoje olham um pouco a construção de escolas também como um fato importante eleitoral, porque, senão, não olhariam nunca. O campo continuaria sem escola, a área rural abandonada.

Por outro lado, nós falamos do transporte escolar, que era um programa muito bom que o Governo tinha. Hoje, se você não colocar uma emenda parlamentar, você não consegue acessar o programa para levar a escola para as comunidades. Antes era um programa obrigatório do Governo, e nós estamos lutando para que isso seja inserido outra vez no Orçamento que nós estamos debatendo.

Por outro lado, o quantitativo de jovens urbanos que não frequentam a escola também preocupa – e muito – justamente porque nossa população se concentra nas cidades. O fator mais relevante nesse debate, entretanto, é a desigualdade de renda, pois mais de 86% dos excluídos das salas de aula têm famílias com renda de até um salário mínimo, um salário mínimo! E 53% do total estão em lares com renda absolutamente baixa, até meio salário mínimo, Sr. Presidente! Há um mês para sustentar toda a família. Esses jovens de quem nós estamos falando aqui não estão apenas excluídos dos bancos escolares, mas estão fora de todo o sistema de garantia de direitos. São precocemente condenados à desigualdade, a conviver com ela. Perguntem-me e me respondam, se os senhores puderem, qual é o futuro desses jovens excluídos na fase mais produtiva, mais rica e em que eles deveriam ter mais inserção na educação. Falta tudo: documentos, atendimento, médicos, vacinação, segurança. Essas pessoas obviamente estão mais sujeitas a abusos de todas as ordens: exploração, violência doméstica, violência urbana. A escola aqui, além de educar, deveria ser um local de referência, de proteção desses cidadãos que sofrem com tamanha vulnerabilidade. O que acontece, porém, o que a gente vê é o oposto, já que o Estado não consegue oferecer um ambiente de acolhimento mínimo a quem mais precisa.

Recentemente, vi um pai acorrentar-se a uma escola que seria fechada pelas péssimas condições e porque outra escola estaria sendo construída na cidade em outro local que não tinha acesso fácil da população. Acorrentou-se à escola para que ela não fosse fechada.

Então, senhoras e senhores, aqueles que nos ouvem, aqueles que estão presentes aqui, Senador Cristovam, Presidente Dário Berger, o que nos ocorre registrar é que muitos elementos agravam essa situação. E essa grave questão é a variação que nós temos, a variação regional. Os dados de exclusão são diversos e eu já citei-os aqui. Se tomarmos os dados de cada região individualmente, o contraste será absurdo. A Região Norte, por exemplo, Presidente, tem hoje 8,8% de suas crianças e adolescentes longe da escola. Em seguida, nós vamos para o Centro-Oeste, com 7,7%; com 7,3%, o Sul, a região a que o Estado de V. Ex^a pertence; o Nordeste, com 6,5%; o Sudeste, com 5,3%, onde estão concentrados 75% da população brasileira.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu não posso deixar de compartilhar aqui com meus colegas a grande preocupação que tenho com meu Estado. Afinal, eu estou aqui para defender o Brasil, representá-lo e defender os interesses dos capixabas. Apesar de meu Estado pertencer à região com os melhores índices, o Espírito Santo apresenta hoje os piores indicadores do grupo da Região Sudeste. Nós temos 6,3% das nossas crianças e adolescentes de 4 a 17 anos longe dos bancos escolares. Em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, os índices são de 5,8%, 5,2% e 4,5%, respectivamente. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 16% dos capixabas estão excluídos do sistema de ensino. Logo após o Espírito Santo, na região Sudeste, vem São Paulo, com 13,9%; Minas Gerais, com 12,9%; Rio de Janeiro, com 10,7%. Então, Sr.



Presidente, hoje 50.374 meninas e meninos capixabas estão longe da escola por razões que reúnem, majoritariamente, falta, carência de estrutura e de estímulo aos estudantes.

Nós precisamos mudar esse cenário e é com urgência, porque estamos comprometendo isso ali diante dos meus olhos todos os dias. Hoje tivemos reuniões com vários Municípios e me chama a atenção, porque, quando acaba a reunião, eu pergunto aos vereadores, ao prefeito: não há necessidade de escola na sua cidade?

Eu volto a destacar aqui essa reportagem que li, a manchete que dava a dimensão do problema do Estado, Advogado Eduardo Ramos: "Espírito Santo tem mais de 50 mil alunos fora da sala de aula". Eu quero ir um pouco além desses números. Números são uma retórica fria, parece que estamos falando em números e, olhe só, qual a solução? Essa jornalista Aline Nunes, que exemplificou essa desanimadora situação do Estado, citou o jovem de 17 anos Giovanilson Lima, que já deveria estar completando o ensino médio, preparando-se para adentrar a universidade, que deveria estar traçando o seu futuro profissional e sua independência, mas estudou até o sétimo ano. Pior: parou, parou, tentou voltar e não encontrou vaga. É essa falta de perspectiva, essa falta de trabalho com a consciente realidade, com a drástica realidade que precisa ter resposta.

Eu vou ler inclusive a resposta dele à jornalista: "Eu desanimei, achei que a escola não estava me ajudando. Este ano eu até pensei em voltar, mas minha mãe não conseguiu vaga para mim". Isso sim é derradeiro, isso sim é dramático, porque, além de não termos aqueles que vão até os alunos, até as famílias e resgatar esses alunos para a escola, não há vaga na escola. Então, é desalentador.

Vou concluir falando e perguntando também: quantos Giovanilson há em cada uma das 27 unidades da nossa Federação, Presidente? Não são números; são jovens, são crianças, são adolescentes, brasileiras e brasileiros, com a educação incompleta. E todos aqui sabem: sem educação, não há país desenvolvido nem econômica nem socialmente.

Para tanto, esse discurso serve para dizer que a educação deve se tornar, de fato, aquilo pelo que lutamos – eu, o Sr. Presidente, o Senador Cristovam –, uma prioridade. Todas as áreas de Governo tinham que estar matriculadas, tendo em vista o real acolhimento desses jovens, nosso maior patrimônio, nosso futuro, nosso passaporte para um Brasil melhor.

Comunidades e família também devem se engajar. E é muito fácil eu dizer isso aqui da tribuna sem conhecer a realidade de cada um que tenta e não consegue se engajar. As ideias são tão importantes e precisam ser ouvidas. Em que espaço as pessoas, esses jovens excluídos poderão colocar as suas ideias? Sem isso, tenho a certeza de que não podemos aspirar a qualquer mudança efetiva no Brasil.

Vamos falar de ajuste, vamos falar de economia.

Há pouco, o Senador Cristovam chamava a minha atenção quando eu pedia desculpa, porque eu fico que nem uma bigorna, batendo toda vez nesse tema. Ele para mim é o retrato da gestão que fracassa sem possibilidade de construir para este País dias melhores.

As escolas, da mesma forma, devem ser pró-ativas, implementar políticas, como, por exemplo, prevenção da evasão escolar, discutir isso, fazer desse debate uma forma de inserir a realidade nas plataformas administrativas locais, dizer: "Olhe, os alunos não estão indo à escola porque têm que percorrer quatro, cinco, dez quilômetros, ou não têm alimentação suficiente, ou a família não tem conhecimento." A escola tem que se preocupar também. Não quero transferir



responsabilidade. Eu acho que diretores e professores têm que estar atentos à realidade de cada aluno, de cada família, mas eu sempre vou lembrar a responsabilidade da gestão pública.

Quanto aos gestores de ensinos estatais, eu quero ressaltar que é preciso criar e implementar políticas adaptadas à realidade dos jovens de hoje – não dos jovens do passado, de hoje –, que falam uma nova linguagem, que têm valores como tivemos todos nós, mas eles têm necessidade de serem ouvidos. A escola deve ter qualidade e ser atrativa. Meninos e meninas, principalmente os mais velhos, precisam ter a real noção de que o conteúdo aprendido em sala de aula será importante para o seu futuro. Não há como manter um adolescente em um banco escolar hoje sem a perspectiva dessa escola atualizada, moderna e atenta ao mundo de que nós estamos participando.

Não faltam, Sr. Presidente, concluindo, soluções formuladas para se acabar com o atual desastre da exclusão escolar no Brasil. Carecemos, inclusive, de políticas públicas efetivas e de real priorização da alocação de verbas públicas.

V. Ex^a se lembra de quantas vezes nós nos reunimos para que não fosse cortada, daqui e dali, verba da educação? Que para mim nunca poderia ser alterada. Nunca, nunca, poderia qualquer Parlamentar, qualquer ministro chegar, quando o País está em crise econômica, e dizer: "Temos que cortar verba para a educação." Não é possível pensar dessa maneira.

Eu vou encerrar dizendo que meu trabalho como Senadora é lutar pelo meu Estado, sem sombra de dúvida. Estou à disposição disso dia e noite, o tempo necessário. E não gosto de ver e fingir que não estou vendo; não gosto de ouvir e fingir que não ouvi; não gosto de me abster das palavras para contracenar com essa realidade dizendo que nós temos desafios, nós temos disposição, como este que estou citando agora, de dobrar nossas forças, nossa capacidade de debater, de nos comprometermos, de procurarmos espaço para a educação.

Outra coisa: quero lembrar a todos os brasileiros e brasileiras, ao Senador Cristovam, a V. Ex^a e a mim mesma que, além de sermos agentes políticos, nós somos também eleitores, somos líderes. E, como líderes, ao discutirmos e apoiarmos qualquer candidatura, a pergunta que precede é a seguinte: qual é o papel da educação nesse seu programa de governo?

É redobrada a minha atenção, porque esse compromisso tem que estar registrado em cartório com os candidatos, para assegurar, diante de todos, que as crianças e jovens do meu Espírito Santo, como do Brasil, tenham todos a garantia constitucional de completar pelo menos o ensino básico.

É para isso que nós somos eleitos. É esse o meu compromisso. E é por isso que reafirmo aqui, desta tribuna, a disposição de lutar incansavelmente, até que a educação ocupe o patamar de prioridade absoluta, num País que quer desenvolver, superar suas dificuldades.

Esse é um projeto de inclusão democrática. Além de colocarmos as crianças, os alunos dentro da prioridade governamental de fazer a saúde acontecer no Brasil, nós estaremos construindo o futuro deste País.

Hoje estamos pobres, pobres, muitas vezes à procura de candidatos. Alguns felizmente já apareceram. E espero que apareçam, se comprometam,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... lutem, escrevam, registrem e defendam o direito da população. A prioridade do Brasil, a partir de 2019, será a educação.

Muito obrigada a todos.



O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Cumprimento a Senadora Rose de Freitas, mais uma vez, pelo brilhante e extenso pronunciamento.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Extenso. Agradeço a V. Ex^a.

(Durante o discurso da Sr^a Rose de Freitas, o Sr. Renan Calheiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

(Durante o discurso da Sr^a Rose de Freitas, o Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não, não, extenso é pela qualidade do pronunciamento de V. Ex^a. Realmente, são temas apaixonantes.

E logo vi, na introdução do seu pronunciamento, Senador Cristovam, que ela indiretamente fez uma provocação, no bom sentido, a V. Ex^a, quando levanta a questão da educação. E imediatamente vi V. Ex^a se mover na cadeira, recolher o microfone e se preparar para um aparte.

Realmente – o senhor como nosso professor –, quero só me unir a uma pequena parte do pronunciamento da Senadora Rose de Freitas, para dizer que é uma perda lastimável, realmente, não ver o senhor no rol dos candidatos à Presidência da República, para levar a mensagem à população brasileira daquela revolução, aquela doce, aquela das letras, aquela da independência que é conquistada, Senadora Rose de Freitas, através do conhecimento, através da educação, através da cultura, porque essa é a verdadeira independência de um ser humano. Se ele conquistar essa independência, vai estar preparado para enfrentar a vida, o mercado de trabalho, as oportunidades que surgem.

O grande problema do Brasil é que nós muitas vezes não estamos preparados quando surge uma oportunidade para nós, resultado fundamentalmente de uma educação ainda precária, difícil de entender em pleno século XXI, em que a maioria dos nossos alunos, inclusive os que frequentam a escola, saem do ensino fundamental sem saber interpretar um texto, sem saber fazer uma conta de aritmética um pouquinho mais complicada. Então, na verdade, nós ainda estamos num depósito de crianças nas escolas – aquelas que estão na escola –, fora aquelas que não estão na escola.

E a minha experiência – eu já vou conceder a palavra a V. Ex^a, V. Ex^a já pode ir se dirigindo à tribuna – como gestor público me dá conta de que a evasão escolar vem ao encontro do que V. Ex^a mencionou, Senadora Rose de Freitas, que, para cada filho fora da escola, há um pai analfabeto ou uma mãe analfabeta ou com pouca instrução. Eles não têm a verdadeira consciência da mola propulsora, transformadora das pessoas, das crianças e dos jovens através da educação, ainda, infelizmente. Isso é o que eu percebi através das análises, das estatísticas e das pesquisas que fazia para, de certa forma, eliminar a evasão escolar. Percebia esses certos detalhes, o que é muito lamentável.

Mas nós temos um grande caminho a percorrer ainda pela frente, nós estamos diante de uma nova eleição. Nós temos que discutir esses problemas estratégicos e fundamentais da Nação brasileira. E V. Ex^a, através do seu candidato à Presidência da República, que é o Senador Alvaro Dias, que é do Sul do Brasil, pode inserir as suas preocupações – e as suas frustrações são as nossas preocupações também – no tocante à erradicação da pobreza, da miséria, da fome, da



marginalização e à educação. Vamos dar educação para esse pessoal para que eles se tornem – como eu falei – independentes, e aí nós vamos construir um novo Brasil.

Eu fico empolgado porque eu vejo meu mestre, meu professor e tento buscar a inspiração para discutir esse tema tão importante.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já que V. Ex^a – permita-me – encontrou essa inspiração, eu vou lhe dar mais uma: é por isso que o senhor tem que permanecer na vida pública e no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com muita honra, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Dário, Senadora Rose, eu quero dizer que vocês não apenas inspiraram, mas provocaram para falar. Nem sei se estava previsto, por compromissos que eu tenho de algumas reuniões, mas é impossível sair daqui sem dizer algumas palavras, dando continuidade ao que o senhor falou e ao que a Senadora Rose falou.

Primeiro, sobre isso da candidatura. Eu lamento muito que o meu Partido não tenha querido me lançar candidato a Presidente. Eu estava pronto para isso, fiz isso em 2006. Estava pronto para isso. Mas a explicação faz sentido, que é preciso unir e não dividir com mais candidatos. Só que não deu certo: a cada semana, há um candidato novo, e o meu Partido está fora do processo, não está dando o recado que – a meu ver – poderia dar.

Mas outra coisa que me provoca falar aqui é que ontem tivemos uma audiência na Comissão de Educação na mesma linha do que falou a Senadora Rose de Freitas, sobre evasão e repetência. Em primeiro lugar, eu quero dizer que, no Brasil, repetimos muito, mas os que foram aprovados não seriam aprovados se nós tivéssemos feito uma avaliação séria do que é que essa criança sabe naquele ano. Isso é que é triste. Há muita repetência e aprovações que não correspondem ao que o Brasil precisaria ter ensinado a essas crianças.

Se fizéssemos provas como o Enem, ou seja, uma só no Brasil inteiro, a repetência, a meu ver, seria de mais de 50%. Vou repetir: 50%, eu creio, não seriam aprovados, se fosse uma prova nacional para a primeira série, segunda série, terceira série, quarta série.

Mas cada um faz a sua prova, e, na verdade, há uma tolerância pela aprovação mesmo de quem não está sabendo o que deveria saber. Isso é que é trágico. Ou seja, há duas maneiras de evasão: a evasão daqueles que vão embora da escola e a evasão daqueles que ficam dentro da escola, mas não estão aprendendo nada ou quase nada. Isso é uma evasão, uma evasão disfarçada, e que o Brasil prefere se enganar, chamando de aprovação.

Ontem, Senador, durante a audiência, o Daniel Caro, que é um militante muito ativo na área da educação e que é até candidato ao Senado, em São Paulo, pelo PSOL, contou uma história interessante e triste. Ele disse que estava na Finlândia, que é um país exemplar em educação, e a ministra ou outro funcionário da Finlândia, ao saber da situação trágica da educação no Brasil, perguntou a ele: "Como é possível que o Brasil seja atrasado em educação se aqui nós usamos o Método Paulo Freire, se nós conhecemos educadores brasileiros como Anísio Teixeira?" Como é possível termos Paulo Freire, traduzido lá na Finlândia, que provavelmente ensina os educadores no mundo inteiro, e aqui a educação é tão ruim?

Eu dei a minha explicação, Senador Dário: é que o Brasil tem ótimos educadores, mas não tem bons educacionistas. Educador é quem diz como deve ser uma sala de aula, como é que a gente pega uma criança e faz com que ela se desenvolva. O educacionista é quem faz com que



todas as 50 milhões de crianças tenham acesso à escola tão boa quanto um bom educador formulou.

Nós temos educadores, não temos educacionistas. O educador é na sala de aula; o educacionista é aqui, Senador Dário, é na Câmara de Deputados, é nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas do Brasil, na Presidência da República. É aí que têm que estar os educacionistas, enquanto os educadores, na sala de aula. Na sala de aula, nós temos gente dedicada e preparada, mas na política nós não temos gente dedicada e preparada para a educação.

Nunca tivemos um estadista educacionista. Tivemos Senadores. Tivemos um, inclusive, do mesmo Estado da Rose de Freitas, que é o João Calmon. Tivemos Darcy Ribeiro aqui, numa dessas cadeiras. Mas não tivemos nenhum que virasse um estadista nacional da educação. Tivemos estadistas da indústria e do desenvolvimento, tivemos estadistas da democracia, tivemos estadistas das fronteiras nacionais, tivemos estadistas de muitas áreas, não tivemos um da educação.

Não tivemos um que tenha dito que o eixo para o Brasil acabar com a pobreza é a produtividade. E a produtividade depende da educação. O eixo para distribuir a renda é a educação do pobre tão boa quanto a educação do rico, e, aí, pelo talento, a renda se distribui. O eixo para resolver o problema da violência, além de cadeia e punição, é educação, para dar oportunidade a todos, para que ninguém precise cair no crime para sobreviver. O eixo para cada problema é a educação, porque todos os problemas têm duas pontas: a ponta técnica – como há pouco eu falava da água sendo acumulada no açude; engenharia e finanças para construir o açude, para construir a represa –, e a educação para ensinar as pessoas a usarem a água com responsabilidade.

Os juro não cairão enquanto o Brasil não tiver um programa de educação para que sejamos menos vorazes no consumo e menos anoréxicos na poupança, para que sejamos mais racionais no consumo e mais cuidadosos na poupança. Tudo passa pela educação.

Não tivemos ainda um educacionista que convencesse o povo, primeiro, de que educação é o caminho fundamental pelo qual passam todos os problemas, como emprego, por exemplo, e que convencesse o povo de que é preciso fazer sacrifícios para construir a educação, para pagar bem o salário dos professores e os professores se dedicarem bem. Para ter dinheiro, vai precisar de sacrifício.

Aqui, Senador Dário, eu conto uma historinha minha. Eu contei a do Daniel Caro, na Finlândia, e vou contar uma historinha minha num país chamado Irlanda, Senador.

A Irlanda, até os anos 70, era um país paupérrimo. Vivia dos dólares que os imigrantes mandavam para lá – imigrantes que trabalhavam nos Estados Unidos e em outros países. Era um país paupérrimo, cheio de analfabetismo e com uma educação péssima. Um dia, um grupo de políticos se reuniu com sindicalistas e com homens de negócio. Eles se reuniram durante dias e dias discutindo: "O que nos une, apesar de partidos diferentes? O que nos une, apesar de sindicatos diferentes? O que nos une, apesar de empresas diferentes?" E chegaram a uma conclusão: "O que nos une é a educação do nosso povo. Daqui em diante, por 30 anos, nós vamos pôr educação como eixo central dos investimentos públicos, das cobranças, das exigências." E fizeram isso. Mudava governo, caía governo, subia governo: educação, educação, educação.

Eu disse ao nosso embaixador lá: "Embaixador, eu quero visitar o lugar onde essa reunião aconteceu." Não havia acontecido na capital; havia sido numa cidade chamada Cork, em um castelo de Cork. Eu disse: "Eu quero ir lá, eu quero sentir o que houve lá 40 anos atrás." E o embaixador me disse: "Não é possível ir lá, porque você só vai ficar três dias e é muito longe."



Eu disse para ele: "Embaixador, este país não tem nada longe. Isto é uma ilha pequena". Ele disse: "Não, mas as estradas são muito ruins." Aí eu perguntei: "Embaixador, como é possível que, em um país que hoje é um dos melhores do mundo em educação, as estradas são ruins?" Ele olhou para mim bem nos olhos, deixou passar uns segundos e disse: "Caro Senador, é por isso." Eles quiseram fazer educação e não fizeram as estradas, porque tinham que escolher: ou colocava dinheiro em educação ou colocava em estrada, em estádios, como nós fizemos, e em outros gastos. Aí ele disse: "Daqui a dois, três anos, venha aqui que você vai lá, porque as estradas vão estar boas."

Prioridade!

A gente precisa de um Presidente que seja um estadista educacionista capaz de convencer o povo de que a educação é importante e convencer o povo a fazer sacrifícios pela educação.

Eu fui um dos que vieram aqui criticar as Olimpíadas e a Copa no Brasil. Eu disse: "Isso é desperdício de dinheiro". E me diziam: "Vai perder voto, porque o povo quer a Copa". Pior que era verdade. O povo preferia fazer estádio a escola, não por culpa do povo, mas por culpa da falta de um estadista que mostrasse ao povo que não era importante fazer a Copa do Mundo. Importante era ganhar a Copa do Mundo, fazer sete gols na Alemanha em Berlim em vez de gastar 2 bilhões em um estádio aqui para levar sete a um da Alemanha. É isto que está faltando: um estadista educacionista.

Eu venho aqui e falo, mas isso não é estadista. Estadista é um profeta com votos. Se não tem voto, é só profeta. Aí não acontece. Fica só no discurso. Está precisando de um estadista educacionista que ponha a educação na frente, convencendo o povo de que esse é o caminho e de que vale a pena fazer os sacrifícios necessários. E, para isso – e eu concluo, Senador –, a gente precisa criar um pacto educacionista.

Todos estão discutindo, falando, comentando que não há um candidato desses candidatos a Presidente que assuma o papel da educação. Há um que diz que vai resolver a violência construindo cadeia. Ele vai terminar preso, porque vai todo mundo, um a um – um a um. Tinha que educar para que não precise de cadeia no futuro.

Darcy Ribeiro disse, há 30 anos, aqui em uma destas duas tribunas: "Ou a gente faz escolas ou vai ter que construir cadeias." O candidato a Presidente que começa prometendo cadeia vai construir tanta cadeia, que, no fim, vai sobrar pouca gente fora.

Não há nenhum prometendo escola. Não há nenhum prometendo paz. Está prometendo segurança apenas. Nós precisamos não apenas que os candidatos comecem a falar em educação; precisamos de algo mais. E, se isso fosse possível, o meu Partido teria até razão em me negar – como me negou – ser candidato a Presidente, se a gente construísse um pacto de todos os candidatos, se a gente construísse um pacto pela educação que todos os candidatos assinassem, e qualquer que vencesse faria isso. Esse pacto, Senador, precisa de poucos capítulos. O primeiro é definir metas, metas ambiciosas no objetivo, mas responsáveis no prazo.

Há que ser uma meta que diga: em 30 anos – não vai ser antes – o Brasil vai estar entre os cinco melhores do mundo em educação. Se disser que vai estar entre os cinco melhores do mundo em educação no espaço de cinco anos é demagogo, é mentiroso. Não vote nele! Mas pode ser em 30 anos.

Eu defendo 30 anos para o Brasil inteiro. Mas dois anos para uma cidade, para duas cidades, para 100 cidades, para 200 cidades. Depois, para outras 200. Depois, para outras 200, até chegar às 5.564 que nós temos.



Metas, mas metas ambiciosas.

Segundo: é assumir que o Governo Federal terá de adotar as escolas nas cidades que não têm condições de pagar um bom salário ao professor, que não têm condições nem mesmo de conseguir um bom professor na sua cidade. Há que trazer de fora, como são os funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Ministério Público, da Justiça.

A adoção das cidades pelo Governo Federal deve ser num ritmo de acordo com a disponibilidade de recurso. Não estou propondo demagogia, gastar mais do que se tem, fazer precipitadamente. Eu não defendo nem mesmo tirar empréstimo, porque aumentará a dívida, aumentará juros, trará inflação.

O ritmo, a gente define conforme os recursos que existam, mas com a meta. Primeiro, uma meta ambiciosa de chegar a ser um dos países com melhor educação do mundo e que o filho do mais pobre estudará numa escola tão boa quanto o filho do mais rico.

E, aí, eu conto outra historinha – não aconteceu comigo –, mas eu participei e testei. Eu li uma entrevista um dia do jogador Raí, em que a jornalista, uma mulher, perguntava a ele o que mais o tinha impressionado quando ele jogou no Paris Saint-Germain.

Senador Dário, quando eu li, fiquei surpreso. O Raí disse: "O que mais me surpreendeu é que os filhos da minha empregada iam à mesma escola que os meus filhos." Ele disse isso com orgulho, com satisfação, como uma coisa positiva que ele tinha visto na França.

Eu fiquei tão impressionado com isso que descobri o telefone e liguei para o Raí, que eu não conhecia e não conheço pessoalmente. Liguei e perguntei: "Eu li isso aqui num *blog*. Isso é verdade?" Ele disse: "É verdade – eu não se se me chamou de Governador ou de Senador –, é verdade".

Se é verdade na França, por que não pode ser aqui? Não pode ser por milagre aqui ficar. A França levou 100 anos. Foi um Ministro chamado Ferry, no século XIX ainda, que começou isso. Levou 100 anos. Aqui pode-se fazer em 20 ou 30. Mas é preciso um pacto nacional.

Essas escolas o Governo Federal implantaria nas cidades que não têm condições de garantir salários aos professores. Mas os salários devem ser altos. Devem ser altos, muito altos. Por que só ganham salário algo quem trabalha em certos órgãos públicos e não nas escolas?

Agora, não pode ser também simplesmente aumentar salário. Há que ser uma carreira nova, em que se exija compromisso de dar aula, se exija compromisso de não parar de dar aula, se exija, a cada cinco anos, três anos, uma avaliação para ver se está produzindo conforme o salário que recebe. E escolas bonitas, confortáveis, agradáveis, em horário integral e com os mais modernos equipamentos.

Um desses dias me perguntaram o que é uma boa escola. É tão simples dizer o que é uma boa escola, eu achei, na hora pensei. Uma boa escola é aquela em que as crianças entram e ficam lá dentro com gosto. E que saem preparadas para enfrentar o mundo, para entender o mundo, para usufruir com felicidade do mundo e para transformar o mundo para melhor.

Essa escola é perfeitamente possível saber como, porque os educadores já nos disseram. Até eles têm dúvida se devem ou não usar computador; mas eles sabem, os educadores, o que é uma boa escola.

Falta não é educador; é educacionista. Falta é político que faça aquilo que os educadores desenham. O desenho está feito. Que a política diga que vai fazer, como fazer, convencer o povo de que esse é o caminho e convencer o povo desse grande pacto que a gente precisa fazer. Um pacto educacionista.



Talvez o que o senhor lamentou, de o meu Partido não me lançar, talvez possa ser compensado pelo fato de o meu Partido liderar esse pacto nacional educacionista. E convenhamos que talvez seja ainda possível que os candidatos que estão aí todos assinem esse pacto, de tal maneira que aquele que vencer vai ser diferente numa coisa ou noutra, mas vai ter o mesmo compromisso, o mesmo compromisso com isso, que é a base do futuro do Brasil: nossas escolas estarem entre as melhores do mundo, e as dos pobres, tão boas quanto as dos ricos. A da menor cidade do interior, tão boa quanto a da maior cidade. Ninguém depender do CEP de onde mora a família, nem do CPF, da renda do pai, para ter uma boa escola. Vamos rasgar CPF e CEP das escolas. Todas boas. Cada uma com suas características pedagógicas, mas com professores preparados, bem remunerados, bem dedicados e avaliados. Em prédios bonitos e confortáveis.

Isso é possível. Não se faz de repente. É demagogia prometer isso rápido. Mas um cronograma cuidadoso. E, de preferência, eu proponho fazer rapidamente em uma, duas, três cidades, para que o Brasil veja que é possível. Nós podemos fazer de tal maneira, que o Brasil, de fato, tenha essa perna da solução dos problemas, que é a educação, porque a outra perna é fácil. Essa é que é a mais difícil. Mas mais difícil ainda é convencer que isso é necessário.

Por isso é importante estarmos aqui, Senador. Por isso, como disse a Senadora Rose de Freitas, não dá para a gente dizer que está cansado, está chateado e não quer mais continuar aqui. É quase que uma obrigação, sabia? Continuar aqui lutando, para que o Brasil desperte para o fato de que todo problema passa pela educação, que todo problema tem duas pernas para caminhar, como nós também: uma perna técnica e uma perna que é a educação.

Temos que continuar essa luta, e fico feliz que a Senadora Rose tenha vindo falar disso. E lamento que o Brasil está tão ruim, em matéria de educação, que, para falar em educação, ela pediu desculpas, porque ela sabe que esse não é o tema preferido. O tema preferido é o da violência. E as pessoas não percebem que, por trás da violência, está a falta de educação. Não percebem que o problema corrupção é cometido por doutores instruídos, mas por trás está a educação de todos nós, no Brasil.

Quando você vê, Senador, a lista dos países, em ordem de corrupção e em ordem de educação, você vê perfeitamente: os mais educados têm menos corrupção. Vê perfeitinho, perfeitinho! Não é que corrupto não seja instruído; é instruído, mas não foi eleito por uma massa, por um conjunto, por um país com educação.

Cada problema tem por trás a educação. Pena – e aí eu concluo – que o problema educação também tem duas pernas: do educador, que diz como é uma sala de aula, e do educacionista, que faz a sala de aula. E aí vem um paradoxo: é que, para termos um Presidente estadista, educacionista, para educar o povo, é preciso que o povo seja educado antes. Aí é um paradoxo. Só vamos ter um Presidente da educação quando o povo for educado no Brasil. Como é que se rompe isso?

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Rompe-se isso sendo um estadista, um estadista que convença o povo que não é educado ainda que ele tem que se educar, porque, sem isso, nem ele tem futuro, nos próximos anos, nem os seus filhos, nas próximas décadas.

Vamos, pelo menos, se não é possível esperar, rezar, que neste processo eleitoral deste ano surja um estadista desse tipo, que convença o povo de que educação é um caminho, de que



educação exige sacrifícios, que esses sacrifícios valem a pena, e nós mostrarmos que é possível fazer, como outros países já fizeram.

Vamos tentar, vamos esperar, e vamos falar aqui, mesmo que tenhamos que pedir desculpas por falar desse assunto, como a Senadora Rose fez há pouco.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo tempo que me deu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Cristovam, pergunto a V. Ex^a se V. Ex^a dispõe de mais dez minutos. Tem compromisso?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Mesmo que tivesse, não teria direito de ir para outro compromisso. Tenho que ficar presidindo, para o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O senhor é um símbolo da educação, entendeu? V. Ex^a, a cada dia que passa, só cresce no meu conceito, se é que é possível ainda V. Ex^a crescer mais do que já cresceu.

(O Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu ocupo também a tribuna, nesta quinta-feira, para fazer uma reflexão, a exemplo do que já fez a Senadora Rose de Freitas e também já fez V. Ex^a. E eu começo mencionando que estamos nos aproximando de mais uma eleição.

Vamos, daqui a seis meses, aproximadamente, eleger o novo Presidente da República, o novo Vice-Presidente da República; vamos reeleger ou eleger dois terços do Senado Federal; vamos eleger ou reeleger os Deputados Federais e os deputados estaduais. Por que digo isso, Senador Cristovam? Porque o momento de uma eleição é o momento de renovação, sobretudo de renovação na esperança de um Brasil diferente, de um Brasil melhor, de um Brasil que possa andar com os pés no chão, mas com os olhos voltados para o futuro, um Brasil preparado, um Brasil diferente deste com o qual nós estamos convivendo nesses últimos anos, e onde, lamentavelmente, o cenário é de incerteza, de insegurança.

E os candidatos vão receber um País dividido, com opiniões divergentes. O novo Presidente da República vai encontrar uma Nação cujo sentimento da população é de indignação, de revolta, porque o País não anda como deveria andar, as políticas sociais não crescem como deveriam crescer.

Estamos, Sr. Presidente, diante de uma transição entre o ontem, o hoje e o nosso futuro; entre o nosso presente e o nosso futuro. E quais são, quais serão os maiores problemas que o futuro Presidente da República vai enfrentar e vai ter que enfrentar? Quais são os maiores problemas que deverão ser discutidos com a sociedade brasileira daqui a seis meses? É uma pergunta que nós temos que fazer para nós mesmos. E, muitas vezes, nós não sabemos exatamente qual o cenário, em função dessas opiniões divergentes, desse cenário de intriga, deste País dividido. Muitas vezes, nós não sabemos exatamente qual é o principal problema que precisa ser enfrentado, no curto prazo de tempo. São tantos os problemas que nós, efetivamente, não conseguimos enumerar uma prioridade absolutamente coerente para que o próximo Presidente possa enfrentá-



la. Mas eu me arrisco a mencionar algumas que eu queria colocar à discussão, aqui no Senado Federal, que é a mais alta Casa Legislativa do Brasil. E eu começo pela necessidade de nós construirmos um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social.

Recorro ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador Cristovam, quando V. Ex^a disse que nós não vamos chegar a lugar nenhum sem metas, sem um plano de metas, como o senhor mencionou. Mas não são só as metas. São as metas e a avaliação das metas, a avaliação do encaminhamento, como as coisas estão andando, quais são os resultados que estão produzindo, para que, efetivamente, nós possamos mudar a triste realidade do presente e construir uma nova realidade para o futuro.

Bem, isso precisa ser realmente debatido. Eu quero socorrer-me na Constituição Federal, na Constituição cidadã, na Constituição de 1988, que, na época, representava a esperança do povo brasileiro na construção de um País melhor. No seu art. 3º – deixe-me ver onde estou aqui. Quero ler para V. Ex^a e quero fazer menção às nossas crianças, aos nossos jovens, que representam o futuro vivo de uma esperança melhor para o nosso Brasil. Que V. Ex^a possa, efetivamente, registrar a presença deles.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – São do ensino fundamental da Escola Nova Opção, de Goiânia. Obrigado por estarem aqui conosco. Às professoras e aos professores, muito obrigado. E a vocês também.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, aproveito para saudar, também, todos os professores, todas as nossas crianças e todos os nossos jovens que, como eu falei, representam a esperança viva de um futuro melhor.

Nós estávamos falando aqui, e o Senador Cristovam Buarque fez um longo pronunciamento a respeito da educação. Eu, num aparte, disse que a educação é a maior forma de independência de um ser humano, porque é através da educação que ele vai preparar-se para enfrentar a vida, o mercado de trabalho, o seu emprego, constituir família e construir um País melhor. Então, sejam todos bem-vindos! Agradeço a presença de todos vocês.

Eu mencionava aqui que queria socorrer-me da Constituição Federal, no art. 3º, Senador Cristovam Buarque:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Por que eu me socorro, principalmente, desse terceiro item que está relacionado às diferenças sociais, às desigualdades sociais? Porque penso que esse tema é um tema prioritário e fundamental para o futuro do Brasil.

Senão, vejamos, Senador Cristovam, hoje nós temos, no Brasil, cerca de 210 milhões de habitantes. Cerca de 57 milhões de brasileiros, se não estou equivocado, estão vivendo hoje abaixo do nível da pobreza, o que não é admissível, o que não é aceitável num País continental como o nosso, com as riquezas naturais que nós temos, com um povo inteligente e trabalhador... Nós termos que conviver, neste momento, com mais de um terço, quase um quarto, da população brasileira vivendo ainda abaixo do nível da pobreza.

Bem, esse é um dado alarmante, não resta a menor dúvida, mas tem outro que colabora para que nós precisemos reconstruir este País, ou seja, cerca da metade da população brasileira ou está desempregada, ou subempregada, ou está no Bolsa Família, ou ganha até um salário mínimo.



Então estou falando aí de aproximadamente cem milhões de brasileiros, que vivem com até um salário mínimo. E aí eu menciono que cinco ou seis empresários brasileiros detêm a receita e a riqueza de cerca de cem milhões de brasileiros. Isso é inadmissível, eu não posso me conformar com isso. Será que eu não posso fazer nada para reverter esse quadro? Eu fico a me perguntar: será que o que me resta é só a minha voz? Será que eu não tenho uma força motriz capaz de conscientizar as pessoas de que essas diferenças sociais só agravam as nossas relações de viver em comunidade? De dividir as mesmas ruas, as mesmas calçadas, de ter a mesma segurança? Ou será que a ganância humana exige dessas pessoas ficarem cada vez mais ricas e deixarem os nossos irmãos brasileiros nessa linha de miséria e de pobreza que nós estamos vivendo?

Bem, disso tudo, ou dessas diferenças sociais, ou dessas desigualdades sociais, derivam as outras mazelas que nós estamos a enfrentar. Primeira delas: violência, droga, marginalização, falta de oportunidade. E eu quero agora me ater à questão da violência. Nada nos toca mais do que a violência humana, porque ela é praticada pelos nossos semelhantes contra os nossos semelhantes mesmos. E nós estamos, no Brasil, em uma guerra, porque, no ano passado, os dados dão conta de que 60 mil brasileiros e brasileiras foram mortos brutalmente – mais do que na guerra da Síria. Então, na verdade nós estamos em guerra também.

Não é possível viver num cenário desses, num cenário em que nós não temos mais coragem de sair às ruas à noite, porque é perigoso, em cidades como Florianópolis, por exemplo, como Blumenau, como Joinville – e aqui eu faço um parêntese, se V. Ex^a me permitir, para prestar a minha mais justa e legítima homenagem à cidade mais segura do País, que foi objeto de uma ampla reportagem no Fantástico de domingo passado. Chama-se Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, uma cidade muito próxima de Joinville – Joinville, a terra do nosso saudoso, estimado e destacado Senador Luiz Henrique da Silveira. Jaraguá do Sul, a primeira cidade em segurança, de Santa Catarina. Mas a segurança de Jaraguá do Sul partiu daquela consciência de sindicatos, empresários e sociedade civil organizada da Irlanda, que se reuniram e identificaram os problemas comuns que precisavam ser enfrentados na cidade.

E o empresariado da cidade de Jaraguá do Sul é exemplo de participação comunitária, tanto nas eleições quanto no dia a dia do plano de metas e de avaliação das políticas públicas para que, efetivamente, os projetos possam ser cumpridos.

De maneira que quero fazer esse parêntese para homenagear, inclusive, o Prefeito Antidio Lunelli, que é o atual Prefeito da cidade de Jaraguá do Sul. É um empresário e é um dos empresários mais ricos do Brasil. Se eu não estou equivocado, é o segundo empresário mais rico que se encontra na política atualmente.

Veja bem, Senador Cristovam, isso tem um reflexo, isso identifica, por si só, a responsabilidade da classe empresarial com o futuro da sua cidade, que escolhe um dos mais bem-sucedidos empresários da sua cidade, convence-o a enfrentar as eleições para dar continuidade a um trabalho que outros empresários, outros prefeitos e outros professores, enfim, desenvolveram para que Jaraguá do Sul chegasse nesse patamar que chegou. De maneira que eu presto a minha homenagem.

Voltando à questão agora, aqui, das diferenças e das desigualdades sociais, eu chegava na violência e na questão da segurança. Nós estamos com um dos Estados mais proeminentes e destacados do Brasil sob intervenção militar da Força Nacional.

Eu votei favorável à intervenção; V. Ex^a votou, não pelo gosto da intervenção propriamente dita, porque intervir significa interferir, significa agir além, porque a sociedade local não está



dando conta desse problema que é a questão da violência no Rio de Janeiro. Mas essa violência do Rio de Janeiro não é própria só do Rio de Janeiro, ela está no Ceará, ela está em Pernambuco, ela está em Santa Catarina, ela está em São Paulo, ela está disseminada em todo o País. Por quê? Porque nós não estamos nos preocupando com as causas da violência, nós estamos nos preocupando apenas com as consequências da violência, e as causas da violência, na minha opinião, são exatamente este País dividido, como eu acabei de mencionar.

O que nós podemos esperar de um jovem que não tem oportunidade para entrar no mercado de trabalho quando ele completa 16, 17, 18, 19 anos? Ele precisa de uma oportunidade, e nós precisamos criar oportunidades para os jovens. Por isso eu mencionei, no início da minha fala, que nós precisamos de um plano estratégico de desenvolvimento econômico e social. Econômico, nós precisamos de um plano estratégico de desenvolvimento industrial, por exemplo.

Eu pergunto para V. Ex^a, Senador Cristovam: o senhor conhece um plano estratégico de Brasil? Seja econômico, seja social, seja industrial, seja de desenvolvimento regional? Nós não temos. Não existe como desenvolver e atingir as metas que nós gostaríamos de atingir e melhorar este País sem um plano de metas, sem um planejamento, sem estabelecer prioridades, como V. Ex^a falou. E estabelecer prioridades significa dar valor àquilo que é emergencialmente necessário que se faça. Como V. Ex^a bem demonstrou quando contou a pequena história da Irlanda.

De maneira que as causas da violência, na minha opinião, só serão resolvidas a partir do momento em que o Brasil começar a crescer, se desenvolver, gerar oportunidade e, sobretudo, a partir do momento em que nós reduzirmos essas diferenças sociais, porque isso é uma afronta à sociedade brasileira, isso é um deboche com todos nós. Não é possível, eu não me conformo que, em pleno século XXI, nós estejamos ainda com um grau de desigualdade dessa forma, a ponto de mencionar aqui que, para cada déficit habitacional que nós precisamos neste País, nós temos duas ou três casas fechadas. Olha só as diferenças, Senador Cristovam.

Então, se nós tivéssemos uma sociedade um pouco mais igual, certamente nós não teríamos esse problema de Minha Casa, Minha Vida, da falta de moradia, da falta de teto, da falta de orgulho, da falta de dignidade e certamente não teríamos os índices de violência e de marginalidade que nós temos hoje. Uma coisa decorre da outra.

Então, nós precisamos pensar grande, nós precisamos ter os pés no chão, mas os olhos voltados para o futuro, e isso só se constrói com um plano estratégico, envolvendo essas questões conjunturais que, ao longo do tempo, ao invés de se abrandarem, acabaram crescendo e demonstrando o cenário em que nós estamos vivendo hoje, sem esquecer, evidentemente, a questão da educação.

Eu quero contar uma historinha também para V. Ex^a. Eu tive a oportunidade e a honra de dirigir dois Municípios como Prefeito, e prefeito é um cargo muito honroso, é uma missão muito sublime, porque ele tem uma ligação próxima e direta com o seu povo, com a sua população. A população sabe onde o prefeito mora, sabe em que restaurante ele vai, sabe onde ele vive. Então, há uma ligação muito forte. E eu tenho muito respeito também pelos vereadores que, na minha opinião, fazem o elo entre a comunidade e o próprio Poder Executivo local. Sinceramente, com toda a sinceridade e com todo o respeito, eu tive a oportunidade de dirigir dois Municípios, e administrar significa estabelecer prioridades. E eu estabeleci as minhas prioridades, que eram saúde, educação e desenvolvimento urbano – aliás, o Japão, depois da Segunda Guerra, estabeleceu também umas metas semelhantes, que foram a educação e o desenvolvimento da infraestrutura, e se transformou rapidamente, de novo, numa grande nação.



Resumindo a nossa conversa, no debate da campanha eleitoral, eu mencionava que o meu sonho era construir uma rede educacional com tal qualidade, que os filhos do meu adversário não precisariam mais estudar em Paris, na França. Eles poderiam voltar para Florianópolis para estudar nas escolas públicas de Florianópolis. Era um sonho que tive.

Veja bem, eu acho que eu fiz a minha parte, porque o importante é você fazer a sua parte quando você tem oportunidade de assim fazer. Eu, em oito anos de administração em Florianópolis, construí mais salas de aula do que todos os governos anteriores juntos – e olhem que Florianópolis vai fazer nas próximas décadas cerca de 400 anos. Mas não foi só fazer sala de aula: foi fazer sala de aula com qualidade, com projetos de educação do futuro, com valorização do professor, com reposição salarial, com contratação e concursos públicos, etc., ao ponto de Florianópolis, que o senhor conhece bem, ser referência nacional em educação. Há uma parte da minha participação nesse cenário aí.

Evidentemente que não cheguei ao sonho que nós temos, que V. Ex^a tem... O Raí se impressionou quando o filho dele estudava nas mesmas escolas das pessoas mais pobres ou das que tinham menos condições sociais. Mas isso aconteceu. E na saúde igualmente.

E assim a vida evidentemente foi, de tal maneira que eu entendo que a educação é o início, o meio e o fim da nossa existência, porque sem ela não vamos construir um futuro com dignidade e com respeito. Na verdade, precisamos estabelecer também a saúde como meta prioritária.

Como meu tempo já está praticamente se encerrando, menciono que temos um grande desafio pela frente, Senador Cristovam – temos um grande desafio pela frente! Tudo o que nós discutimos hoje, aqui em Brasília, no Congresso Nacional, no Senado Federal, me dão conta de que é preciso ser reconstruído, ser reformado, ser atualizado, ser melhorado. Nós não temos absolutamente nada que esteja funcionando assim como nós gostaríamos que funcionasse. E isso é muito triste para um país como o nosso.

Quero deixar uma sugestão aos candidatos que são inúmeros. Primeiro, um pacto pela paz, pela união, pela integração, porque o que deve nos unir é o interesse nacional, da sociedade brasileira, e as diferenças pessoais político-partidárias não podem se sobrepor a esta questão da construção de um pacto nacional pela paz. Nós precisamos de um Presidente da República que una as forças, que chame para discussão. Nós não podemos permanecer divididos como nós estamos hoje. Nós temos que esquecer as nossas divergências, como mencionei, e enfrentar um novo desafio, um desafio de união. Se juntos já vai ser difícil enfrentar os problemas que nós temos que enfrentar, imaginem na forma divergente como estamos percebendo, principalmente na postura de certos candidatos com relação ao futuro do Brasil.

Não vai ser assim, na minha opinião, uma vez que tenho experiência no Executivo. V. Ex^a tem experiência no Executivo e deixou a sua marca aqui no Distrito Federal. Foram inúmeras as marcas que eu poderia dizer, como o Bolsa Família, que se originou aqui.

Eu sou francamente favorável ao Bolsa Família, mas ele precisa também ser reformulado, ser reformado, ser aprimorado, porque atrás do Bolsa Família nós precisamos cobrar responsabilidades também. Nós não podemos só dar o recurso. Temos de dar o recurso porque esse recurso serve para a sobrevivência dessas famílias, mas essas famílias têm que ter a consciência de que elas precisam ter responsabilidade: responsabilidade com a educação, responsabilidade com o futuro, com a educação dos seus filhos, com a preparação para a vida e para o mercado de trabalho.

De maneira que quero aqui agradecer o tempo com que V. Ex^a me distingue e dizer que a esperança está viva dentro de nós,...



(Soa a campanha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... muito embora com muita dificuldade.

Eu tenho certeza de que esses temas serão discutidos, e a população brasileira haverá de reconhecer e de conhecer um novo modelo para que efetivamente nós possamos construir um novo Brasil.

Esse é o meu desejo e é isso que eu espero dos candidatos a Presidente da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PPS - DF) – Senador Dário, eu queria fazer um comentário, sobre uma pergunta sua, que é raro a gente ouvir aqui: "Eu não posso fazer nada para quebrar essa maldição da concentração de renda?".

O senhor é o primeiro que pergunta, e, segundo, uma pergunta tão boa.

Eu vou dizer: pode. O que a gente faz para distribuir a renda? Por que o Brasil continua hoje como o décimo pior país do mundo em concentração de renda? Já foi até o terceiro. Décimo... É terrível! Para se ter uma ideia, a Coreia do Sul é a décima melhor em distribuição. Nós somos o décimo pior em concentração.

O que precisamos fazer? Colocar a escola dos 10% mais ricos na mesma escola dos 50% mais pobres. Como o senhor disse, 10% da população tem 50% da renda. E 50% da população tem 10% da renda. É uma concentração brutal.

Pode fazer escola igual. A escola igual distribui a renda, e vou mostrar porque, dando um exemplo em que isso acontece. Eu duvido que haja um jogador de futebol da seleção brasileira que tenha sido originado filho dos 10% mais ricos. Eles são de baixo. Até terminam ficando ricos, como esse Neymar. Mas eles são quase todos originados de baixo. E sabe por quê? Porque a bola é redonda para pobre e para rico. Então, chegam lá em cima os mais talentosos, persistentes – porque é preciso persistir – e com vocação.

É a bola redonda que distribuiu o talento do futebol, igualmente independente da renda da família. Se a gente fizesse isso com a escola, primeiro a gente distribuiria melhor, muito melhor. Segundo, não ia ser todo mundo igual, mas quem estivesse em cima ou embaixo era pelo talento, não pela herança. É disso que a gente precisa.

Todo problema termina sendo educação. A concentração de renda talvez seja o maior deles, desde que seja igual. Mas há outra coisa mais importante. Sabe qual é? O senhor perguntou o que a gente pode fazer: vamos supor que houvesse um jeito de distribuir a renda sem precisar da educação; todo mundo ganhando igual. Sabe qual seria a renda de cada um? R\$2 mil por mês. Se a gente pegasse a renda geral do Brasil, PIB, e distribuísse por todos, daria uma renda de R\$2 mil. Não é essa coisa toda.

O bom da educação é que, além de distribuir bem, aumenta a renda por causa da produtividade. Cada pessoa educada tende a produzir mais do que uma pessoa sem educação, e, ao produzir mais, aumenta o produto e distribui melhor o produto.

Então, no fim, o que a gente pode fazer? É a educação, como fizemos com o futebol. Eu acho até perigoso eu falar isso porque – temos aqui, que chegou, o Deputado Izalci, que é muito ligado à educação –, eu fiquei preocupado em falar nesse negócio de bola redonda para todos os filhos de pobres que chegam na seleção porque é capaz de começar a haver gente propondo dar bola



quadrada para os filhos dos pobres para que eles não cheguem na seleção. Fizeram com a escola, podem fazer com a bola... Mas, felizmente, não vai dar muito para isso.

Agora, quero dizer o seguinte: pode mudar de repente isto de que os filhos dos pobres chegam na seleção. É que não basta a bola, é preciso ter um campo de pelada, e estão sumindo os campos de pelada por causa da especulação imobiliária e da violência. As pessoas já não deixam seus filhos irem bater bola na quadra, na rua. Daqui a pouco, para ser futebolista, tem que ter um clube, tem que ser pago ou tem que ser uma escola em horário integral, e só os ricos têm. Então, a gente pode estar caminhando para, em 20 ou 30 anos, mudar o perfil social dos jogadores de futebol brasileiro, beneficiando os ricos.

Agora, sabe o que vai acontecer com o futebol brasileiro? Ele vai cair porque, se o número dos que jogam é menor, estamos jogando fora talento – e é isso que a gente faz com ciência. Estamos jogando fora os talentos e não temos um Prêmio Nobel. Temos muitos bons jogadores de futebol porque a bola é redonda, todo mundo pratica, e os melhores chegam lá. Mas na ciência não: só poucos têm acesso. Então, os nossos cientistas morreram antes de aprender as quatro operações, os nossos literatos morreram sem saber ler. Jogamos fora o potencial. É educação, respondendo a sua pergunta que eu agradeço muito.

Dito isso, dou por encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 59 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 57ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Recebidos os Ofícios n.ºs 57 a 59, de 2018, da CCJ, comunicando a apreciação dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 60/2017; 459 e 157/2016, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

São os seguintes os Ofícios:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 57/2018–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2017, que “Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para aplicar aos partidos políticos as normas legais sobre responsabilidade objetiva e compliance e estimular no plano interno código de conduta e programa de integridade e auditoria”, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 58 /2018–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

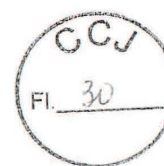
Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nº 1 – CCJ a 6 – CCJ do Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2016, que “regulamenta o art. 37, § 8º, da Constituição Federal, para dispor sobre o contrato de desempenho dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta”, de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 59/2018–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 25 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2016, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de evasão mediante violência contra a pessoa.”, de autoria do Senador Raimundo Lira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Comunicação





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 36/18-GLPSDB

Brasília, de abril de 2018.

Senhor Presidente,

O Senador Roberto
Rocha passa a integrar
a CCT, como suplente,
nos termos da indicação
Em 26/04
[Assinatura]

Nos termos regimentais, indico o senador **ROBERTO ROCHA**, como suplente, para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga cedida pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

[Assinatura]
Recb do
25/04/18
HSC
46390



Discurso e documentos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrático/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 28 de abril, próximo sábado, homenageamos os 78 trabalhadores vitimados pela explosão de uma mina no estado de Virgínia, Estados Unidos.

A data é lembrada como o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. Representa uma justa homenagem e uma oportunidade para debater o tema.

No Brasil, a Assembleia Constituinte de 1988 modernizou o ambiente de trabalho, mas não proporcionou uma redução significativa da violência laboral.

Agora, em meio às celebrações de três décadas da Constituição, seria esperada uma evolução de direitos, mas temos presenciado o contrário.

A reforma trabalhista de 2017 prejudicou a segurança e a saúde dos trabalhadores.

Tivemos inovações no campo da tecnologia, foram lançados novos equipamentos de proteção individual, foram aperfeiçoados os métodos de prevenção e os cursos sobre segurança, mas os acidentes continuam elevados e os vínculos de emprego estão mais vulneráveis.

As consequências são drásticas; em muitos casos, causando a morte ou a incapacidade permanente.

Em média, sete brasileiros perdem a vida todos os dias em acidentes trabalhistas. São cerca de 2.500 óbitos a cada ano. Em 2015, foram registrados 612.632 ocorrências de acidentes no trabalho.

Com esses números, o Brasil aparece entre os piores no ranking mundial.

São índices elevados e que merecem enfrentamento firme, com mecanismos eficazes de fiscalização.

Contudo, temos seguido o caminho do retrocesso, a reforma trabalhista rompeu com o histórico de avanços.

Ela fragilizou as relações de emprego e precarizou as condições de trabalho.

A Lei nº 13.467 conferiu a prevalência do Acordo Coletivo sobre a lei, em uma flexibilização que retira conquistas trabalhistas históricas.

Essa Lei definiu, também, um rol muito restrito de condutas abusivas do empregador e fixou valores máximos de indenização moral.

Agora, o patrão sabe, de antemão, que o dano terá um teto indenizatório. Por mais grave que seja seu abuso, ele não irá pagar mais do que o valor do teto.

A questão se agrava pelo tratamento desigual.

A Lei usou o custo do salário para fixar as indenizações.

Portanto, no caso de duas vítimas serem ofendidas, em circunstâncias idênticas, terão compensações diferenciadas, em razão do salário.

O empregado com renda alta recebe indenização maior.

Esse mecanismo gerou uma injusta classificação da honra. Como se os indivíduos de alta renda tivessem uma moral mais valorada do que os trabalhadores de renda mais baixa.

Mas não são somente essas as mudanças questionáveis.

Vários outros pontos da reforma deixaram o trabalhador mais vulnerável.

Se, por um lado, houve, por exemplo, a implantação do teletrabalho, em contrapartida foram construídos os critérios para o retorno das jornadas exaustivas.



Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nos dias atuais, boa parte do nosso tempo é dedicada ao trabalho. Os estudos indicam a existência de relações laborais mais intensas, que extrapolam o tempo formal.

O ofício voltou a invadir o momento dos trabalhadores com a família. Dessa forma, enfrentamos uma questão complexa, que está na exigência do trabalho para além do tempo formal.

Em muitas situações, o contato com os colegas é mais intenso do que o que se estabelece com a família. Esse é o paradoxo da vida moderna e que foi agravado pela reforma trabalhista.

Em outras palavras, voltamos a permitir a exploração abusiva do trabalhador, como ocorria há um século.

Antes das lutas sindicais, a rotina chegava a 12 horas diárias.

O Decreto nº 21.365, de 1932, baixado pelo Presidente Getúlio Vargas, alterou a jornada para 48 horas semanais e representou, na época, um avanço civilizatório.

Depois disso, somente 50 anos mais tarde, na Assembleia Constituinte, tivemos um novo avanço, com a redução da jornada para 44 horas.

A vida do trabalhador, durante muito tempo, se resumia a exercer sua profissão e a chegar em casa para descansar, não havia oportunidade para atividades de lazer ou para se dedicar à família.

Sem dúvida, a Constituição de 1988 inaugurou um modelo com direitos sociais e coletivos abrangentes. E os empregados começaram a pressionar por condições dignas de trabalho.

Em uma dimensão histórica, conquistamos a redução paulatina da jornada de trabalho!

Todavia, em 2017, vimos a interrupção dos avanços ser seguida de retrocesso. No modelo atual, o vínculo precário expõe o medo do desemprego.

Depois de muitas conquistas, os trabalhadores passaram por perda de direitos. Tivemos um prejuízo de segurança e saúde no trabalho.

Nos dias correntes, a jornada exaustiva voltou a ser obrigação, e até mesmo a questão psicológica se tornou um dos temas centrais.

Sr. Presidente, entre as doenças laborais mais comuns, estão a ansiedade e a depressão.

Mas podemos mudar esse quadro e voltar a avançar nas condições de trabalho. Devemos responsabilizar as condutas abusivas.

Com esse objetivo, apresentei o PLS nº 220, de 2014, que dispõe sobre a obrigação do empregador garantir o bem-estar físico, psíquico e social dos trabalhadores.

Apresentei, também, o PLS nº 233, de 2017, para revogar a Lei nº 13.467, que dispõe sobre a malsinada antirreforma trabalhista.

Cito, ainda, o PLS nº 247, de 2017, destinado a disciplinar os direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, nos termos da Constituição, em particular a busca do pleno emprego, tendo como fundamentos a valorização do trabalho humano e a livre iniciativa.

Tenho a esperança de que essas proposições, bem como todas as outras que apresentamos em benefício da fiscalização e do ambiente de trabalho, possam ser aprovadas.

A segurança e a saúde no desempenho do ofício são temas essenciais para o desenvolvimento do País, pois cuidam do patrimônio nacional mais valioso, que é o trabalhador.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrático/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, terça-feira da semana que



vem, será 1º de maio. Chegaremos ao primeiro Dia do Trabalhador após a fatídica Reforma Trabalhista, em vigor desde 13 de julho do ano passado, após uma tramitação acelerada, especialmente quando se leva em conta a extensão dos danos que trouxe ao trabalhador brasileiro.

Não é exagero dizer que vivemos uma nova era nas relações de trabalho em nosso País.

Direitos e garantias duramente conquistados, por meio de muita luta, ao longo de décadas, foram descartados na condenada reforma...

Como apanhou o trabalhador brasileiro, nessa reforma que está se tornando conhecida como “a maldade nunca vista”!

O trabalhador apanhou com a aprovação do “negociado sobre o legislado”, uma suposta livre negociação em que o único lado livre para definir os critérios é o empregador.

Afinal, que poder de negociação tem o empregado num mercado de trabalho com 15 milhões de desempregados?

Obviamente, ou o empregado aceita as condições do empregador, ou será substituído.

O trabalhador apanhou com essa dita reforma ao ter seu intervalo de almoço reduzido a até 30 minutos.

Ele terá uma mísera meia-hora para deixar seu posto de trabalho, se deslocar até o refeitório, pegar a fila para se servir, almoçar e retornar ao seu posto. Simplesmente impossível!

Apanhou, também, com o trabalho intermitente, que determina que o trabalhador pode receber apenas algumas horas por semana, e com a terceirização sem limites: na área pública e na área privada.

E isso tudo sendo definido em acordos individuais entre o patronato e o empregado, que sempre está no lado mais fraco da negociação.

São apenas alguns exemplos dos males trazidos pela Reforma do governo que aí está.

É a perda completa da visão humanitária do trabalho, com ênfase absoluta no lucro e na avareza irracional capitalista. Lamentável, muito lamentável.

Sr. Presidente, chegaremos, portanto, a este primeiro Dia do Trabalhador após esse atentado aos direitos do trabalho que representou a Reforma Trabalhista.

Um atentado feito com a desculpa de modernizar uma legislação supostamente ultrapassada, que estaria dificultando a geração do emprego.

Cumpramos, portanto, analisar se a reforma trouxe mesmo os benefícios que o Governo prometeu estarem associados a ela. Vejamos alguns dados.

Desde a entrada em vigor da Lei nº 13.467, de 2017, o número de ações trabalhistas caiu algo entre 50% e 70%, o que está muito distante de ser motivo para comemoração.

A queda no número de ações trabalhistas representa, pura e simplesmente, que o trabalhador está enfrentando maior dificuldade no acesso à justiça.

O desemprego, por sua vez, foi de 11,8%, em dezembro do ano passado, para 12,2%, em fevereiro. Em 2015, a taxa era de 8,5%, no mesmo período.

O principal argumento do Governo, deste modo, cai por terra.

A Reforma não apenas foi irrelevante no aumento de postos de trabalho, bem como promoveu um significativo aumento de trabalhadores informais.

Atualmente, são quase 3 milhões de brasileiros, entre autônomos e informais, segundo a Pnad, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Eu tenho medo do que vai ocorrer quando findarem os 18 meses de carência para que as empresas demitam os trabalhadores e os recontratem como terceirizados.



Sr^{as} e Srs. Senadores, a Reforma Trabalhista proposta pelo Governo e aprovada a toque de caixa neste Congresso passa por seu primeiro Dia do Trabalhador deixando o legado do aumento do desemprego, da precarização das relações de trabalho, do aumento da informalidade e da perda de direitos e garantias duramente conquistadas ao longo de décadas – ou mesmo séculos de lutas – dos trabalhadores.

Com o fim de combater esse quadro, criamos, no ano passado, a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

A Subcomissão tem o objetivo de [abro aspas] “construir uma proposta de Estatuto do Trabalho de acordo com os fundamentos do Estado Democrático de Direito: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, como contraponto às recentes alterações legislativas, sobretudo a Lei nº 13.467, de 2017, conhecida como reforma trabalhista.” [fecho aspas].

A primeira versão do Estatuto do Trabalho, a nova CLT, será apresentado no dia 10 de maio. O presidente da Subcomissão é o Senador Telmário Mota e eu sou o relator.

Nosso trabalho se norteia pelo fortalecimento das instituições; pela democratização do acesso ao mercado de trabalho; pela facilitação do acesso e da permanência de pessoas com deficiência; idosos e jovens; dentre outros segmentos constitucionalmente protegidos.

Também nos pauta o combate a qualquer forma de discriminação no ambiente laboral, protegendo o trabalho da mulher, sobretudo da mulher gestante, na busca incessante da igualdade no trabalho.

Lembro que no dia 28 de maio, o Senado vai realizar sessão especial em homenagem ao Dia do Trabalhador.

Finalizo aqui desejando que, muito em breve –, possamos comemorar alguma reconquista de algo que a malfadada Reforma Trabalhista tomou dos trabalhadores.

Até lá, temos muito trabalho pela frente.

Era o que tinha a dizer.



**SENADO FEDERAL**

Brasília (DF), 24 de abril de 2018.

Ao Exmo. Sr.
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Redução de salário dos servidores terceirizados.

Senhor Presidente,

Tendo chegado ao nosso conhecimento consulta à Advocacia-Geral do Senado Federal (Despacho nº 999/2018-DGER), formulada pela senhora Diretora-Geral a qual, se respondida positivamente, levará a redução significativa de salários dos prestadores de serviços de apoio administrativo desta Casa – profissionais de essencial valia para o bom funcionamento dos nossos trabalhos legislativos –, manifestamos a nossa preocupação com o assunto e solicitamos que Vossa Excelência o analise com especial consideração, no sentido de não permitir que ocorra tamanha injustiça na vida desses trabalhadores.

Senadores	Assinatura
Acir Gurgacz	
Aécio Neves	
Airton Sandoval	
Alvaro Dias	
Ana Amélia	
Ângela Portela	
Antonio Anastasia	
Antonio Carlos Valadares	
Armando Monteiro	
Ataídes Oliveira	





SENADO FEDERAL

Benedito de Lira	
Cássio Cunha Lima	
Cidinho Santos	
Ciro Nogueira	
Cristovam Buarque	
Dalirio Beber	
Dário Berger	
Davi Alcolumbre	
Edison Lobão	
Eduardo Amorim	
Eduardo Braga	
Eduardo Lopes	
Elmano Férrer	
Fátima Bezerra	
Fernando Bezerra Coelho	
Fernando Collor	
Flexa Ribeiro	
Garibaldi Alves Filho	
Gladson Cameli	
Gleisi Hoffmann	
Hélio José	
Humberto Costa	
Ivo Cassol	
Jader Barbalho	





SENADO FEDERAL

Regina Sousa	
Reguffe	
Renan Calheiros	
Ricardo Ferraço	
Roberto Muniz	
Roberto Requião	
Roberto Rocha	
Romário	
Romero Jucá	
Ronaldo Caiado	
Rose de Freitas	
Sérgio Petecão	
Simone Tebet	
Tasso Jereissati	
Telmário Mota	
Valdir Raupp	
Vanessa Grazziotin	
Vicentinho Alves	
Waldemir Moka	
Wellington Fagundes	
Wilder Moraes	
Zeze Perrella	





SENADO FEDERAL

João Alberto Souza	
João Capiberibe	
Jorge Viana	
José Agripino	
José Maranhão	
José Medeiros	
José Pimentel	
José Serra	
Kátia Abreu	
Lasier Martins	
Lídice da Mata	
Lindbergh Farias	
Lúcia Vânia	
Magno Malta	
Maria do Carmo Alves	
Marta Suplicy	
Omar Aziz	
Otto Alencar	
Paulo Bauer	
Paulo Paim	
Paulo Rocha	
Pedro Chaves	
Raimundo Lira	
Randolfe Rodrigues	





1

Senado Federal
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

ENCAMINHAMENTO Nº 04, DE 2018

DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a
possibilidade de redução salarial dos
trabalhadores terceirizados do Senado Federal.

RELATOR: Senador Paulo Paim

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tomou conhecimento da possibilidade de redução salarial dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço ao Senado Federal, mediante sua recontração com base na Lei nº 13.467/2017, respeitado apenas o piso salarial de cada categoria.

Relatos afirmam que a recontração dos trabalhadores terceirizados ocorrerá no momento em que houver nova licitação para contratar empresa fornecedora de mão de obra.

encaminhamento 4-2018 - redução salarial dos terceirizados do sf.docx

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Senado Federal | Praça dos Três Poderes | Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4 A | CEP 70165-900 | Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303 2005 | Fac-símile: +55(61) 3303 4646 | scomcdh@senado.gov.br





Senado Federal
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

II – ANÁLISE

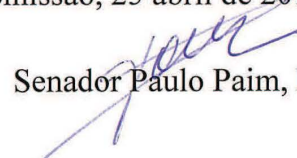
Nos termos do art. 102-E, incisos III e V, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção da família, entre outras competências.

Esta comissão realizou inúmeras audiências públicas e diligências em todos os Estados do Brasil debatendo os malefícios e desigualdades acarretadas pela terceirização de serviços. Representantes de renomadas entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores (ANAMATRA, SINAIT, ANPT e MPT) alertam a existência de desvantagens dos terceirizados frente aos servidores efetivos de órgãos públicos e a funcionários do quadro, em empresas privadas. A diminuição de renda é apenas uma das inúmeras consequências negativas na vida profissional e pessoal dos prestadores de serviço e de seus familiares.

3 – VOTO

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa oficie a Diretora-Geral do Senado Federal, no sentido de que tenha conhecimento da reprovação desta prática e de que envide esforços para que haja a manutenção salarial dos trabalhadores terceirizados, com posteriores progressões de sua remuneração.

Sala da Comissão, 25 abril de 2018.


Senador Paulo Paim, Relator


Senadora Regina Sousa, Presidente

encaminhamento 4-2018 - redução salarial dos terceirizados do sf.docx



Inclusões em Ordem do Dia



Concluída a instrução dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 10, 24, 28 e 31/2018, as matérias aguardarão inclusão em Ordem do Dia.

Concluída a instrução das Mensagens nºs 10 e 15/2018, as matérias aguardarão deliberação do Plenário.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 26, DE 2018

(nº 509/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CI.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 509

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior.

Brasília, 8 de dezembro de 2017.



Aviso nº 605 - C. Civil.

Em 8 de dezembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO LIMP NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Jurhosa Junior.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÕES PESSOAIS

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

Telefone: (61) 3216-5227 (comercial)
(61) 99661-1901

E-mail: rodrigo.nascimento@camara.leg.br
rodrigolimp2003@yahoo.com.br

CPF: 066.139.846-39

Data Nascimento: 04/01/1984

FORMAÇÃO

2017 - 2019*	MBA Executivo em Administração: Gestão em Empresas de Energia Elétrica - Fundação Getúlio Vargas - FGV.	Brasília, DF
2015 - 2020*	Faculdade de Direito - Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP.	Brasília, DF
2010 - 2012	Mestrado Economia do Setor Público - Universidade de Brasília-UNB.	Brasília, DF
2007 - 2009	Pós-Graduação - Especialização em Direito Regulatório de Energia - Universidade de Brasília - UNB.	Brasília, DF
2002 - 2007	Faculdade Engenharia Elétrica - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.	Juiz de Fora, MG

*conclusão prevista

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Câmara dos Deputados

Fev. 2015 - atual	Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados na área de Recursos Minerais, Hidricos e Energéticos, executando atividades de consultoria e assessoramento técnico aos Deputados, à Mesa, às Comissões e à Administração da Casa, em matérias relacionadas aos setores de energia, mineração e recursos hídricos.	Brasília, DF
----------------------	---	---------------------

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Jan. 2007 a fev. 2015	Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia na Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, executando atividades técnicas e econômico-financeiras associadas aos leilões de concessão de transmissão de energia elétrica. Desempenhadas atividades de coordenação no período de agosto de 2008 a julho de 2013 (Cargo Comissionado Técnico III - CCT III) e no período de julho de 2013 a fevereiro de 2015 (Cargo Comissionado Técnico IV - CCT IV).	Brasília, DF
-----------------------	--	---------------------



PRINCIPAIS ARTIGOS E ESTUDOS PUBLICADOS

- "Influência dos Índices de Confiabilidade Composta na Alocação Ótima de Potência Reativa no Sistema Elétrico de Potência" publicado no XII Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2006.
- "Estudo da Estimação de Estados em Sistemas Elétricos de Potência" publicado no XXVII CILAMCE - Ibero-Latin American Congress on Computational Methods in Engineering, em 2006.
- "Linhão de Tucuruí - 1800 km de integração regional" publicado na Edição número 18 da revista T&C Amazônia, 2010, publicação semestral da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI, <http://www.fucapi.br/tec/edicoes-anteriores/>
- "Determinantes dos Altos Deságios nos Leilões de Transmissão no período de 1999 a 2010" publicado no Texto para Discussão 1703 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em fevereiro de 2012.
- "Sistemas de transmissão em corrente contínua para integração das usinas hidrelétricas do Rio Madeira - a experiência da ANEEL na licitação e análises dos projetos básicos", apresentado no XXI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - SNPTEE, em 2011.
- "The \pm 600 kV HVDC Madeira River Transmission System Design", apresentado na 2012 CIGRE SESSION (44ª Edição) - Paris.
- "Determinantes dos altos deságios nos leilões de transmissão de energia elétrica no Brasil entre 1999-2010", publicado na Revista Brasileira de Economia - RBE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, Vol. 67 nº 02
- "Análise dos fatores de influência nas propostas ofertadas nos leilões de transmissão de energia elétrica", apresentado no XXII Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - SNPTEE, em 2013
- "As assimetrias da CDE serão corrigidas?", publicado no site Canal Energia em 09/07/2015, <https://www.canalenergia.com.br/artigos/4930904/as-assimetrias-da-cde-serao-corrigidas>
- "Exploração de potássio no Brasil", publicado no site da Câmara dos Deputados em setembro de 2015, http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema2/2015-13726_exploracao-de-potassio-no-brasil_rodrigo-limp-e-luiz-miranda
- "Política de Eficiência Energética no Brasil", publicado no site da Câmara dos Deputados em outubro de 2015, http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema16/2015_21113_politica-de-eficiencia-energetica-no-brasil_rodrigo-limp
- "Avanços e retrocessos no leilão das usinas hidrelétricas existentes", publicado no site Canal Energia em 30/10/2015, <https://www.canalenergia.com.br/artigos/4529182/avancos-e-retrocessos-no-leilao-das-usinas-hidreletricas-existentes>
- "Início de 2016 com boas notícias para o setor elétrico", publicado no site Canal Energia em 17/02/2016, <https://www.canalenergia.com.br/artigos/4927674/inicio-de-2016-com-boas-noticias-para-o-setor-eletrico>
- "Os desafios da portabilidade no setor elétrico", publicado no site Canal Energia em 25/05/2016 <https://www.canalenergia.com.br/artigos/23103353/os-desafios-da-portabilidade-no-setor-eletrico-brasileiro>
- "Cooperativas de eletrificação rural", publicado no site da Câmara dos Deputados em outubro de 2016, <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema16/2016-16889-cooperativas-de-eletrificacao-rural-rodrigo-limp>
- "A evolução da energia solar no Brasil", publicado no site Canal Energia em 09/03/2017



<https://www.canalenergia.com.br/artigos/44458985/a-evolucao-da-energia-solar-no-brasil>

- "Energia Solar no Brasil: situação e perspectivas", publicado no site da Câmara dos Deputados em março de 2017, <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/Estudos-e-notas-tecnicas>
- "Aproveitamento da energia dos oceanos para produção de eletricidade", publicado no site da Câmara dos Deputados em março de 2017, <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/Estudos-e-notas-tecnicas>



GUSTAVO LIMP NASCIMENTO

Brasileiro, casado, 37 anos, gustavo.limp@petrobras.com.br (21) 99887-4320 / 2166-4427

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**PETROBRAS****2006 - Presente**

Atuando na Petrobras desde 2006 na área de licenciamento ambiental dos projetos da companhia, com o detalhamento abaixo:

Projetos no Estado do Rio de Janeiro**2016 – Presente****COORDENADOR**

- Responsável por coordenar o processo de relacionamento com entidades externas, visando a obtenção das licenças e autorizações necessárias à implantação dos projetos nos prazos previstos, no âmbito dos projetos no estado do Rio de Janeiro.

Projetos de Logística de Gás Natural**2013 - 2016****GERENTE**

- Condução da atividade de obtenção de licenças ambientais, anuências de prefeituras, IPHAN, Secretaria Patrimônio da União e autorização das agências reguladoras (ANP e ANTAQ), para empreendimentos dos dutos de escoamentos do pré-sal (Rota 2 e Rota 3), sistema dutoviário do COMPERJ, oleodutos OCVAP I e II e unidade de tratamento de Caraguatatuba.
- Gerenciamento de contratos de estudos ambientais e convênios referentes aos projetos da Gerência.

Projetos de Unidades de Fertilizantes**2011 – 2013****GERENTE SETORIAL**

- Condução da atividade de licenciamento ambiental e obtenção das autorizações para as unidades de fertilizantes (UFN III, UFN IV, UFN V, Sulfato de Amônio e ARLA 32).

TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS - TAG**2008 - 2011****COORDENADOR**

- Gestão dos processos de licenciamento ambiental e autorizações da malha de gasodutos da TAG.
- Representar a TAG perante aos órgãos externos, como IBAMA, ANP e Prefeituras.
- Contratação e fiscalização de Projetos e Estudos Ambientais.

Gás Energia**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA****2006 - 2008**

- Acompanhamento da implantação dos padrões de SMS nos ativos de Gás Energia.



- Gestão dos processos de Licenciamento Ambiental dos Terminais de GNL.

ELETROBRÁS**2003 – 2006**

- Fiscalização das obras do Programa de Eletrificação – Luz para Todos

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos pelo IBMEC (2015 - 2017).

Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFJF em 2003.

Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF em 2003.

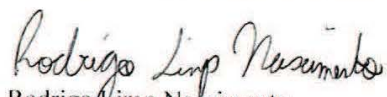


**DECLARAÇÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE PARENTES QUE EXERCEM
OU EXERCERAM ATIVIDADES VINCULADAS A MINHA ATIVIDADE
PROFISSIONAL.**

Eu, Rodrigo Limp Nascimento, CPF nº 066.139.846-39, declaro, declaro, nos termos do item “b-1” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que possuo parente de segundo grau (Gustavo Limp Nascimento - irmão) que exerce, desde 2006, atividades na Petrobras, empresa regulada pela ANEEL, Petrobras. Entretanto, suas funções na empresa não são vinculadas à minha atividade profissional. Conforme consta no Currículo anexo, Gustavo Limp Nascimento também exerceu atividades, entre 2003 e 2006, na Eletrobras, empresa também regulada pela ANEEL. As funções por ele exercidas também não foram vinculadas à minha atividade profissional.

Declaro, ainda, estar ciente que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília, 17 de novembro de 2017.


Rodrigo Limp Nascimento

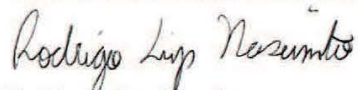


DECLARAÇÃO

Eu, Rodrigo Limp Nascimento, CPF nº 066.139.846-39, portador do documento de identidade nº 12.681-309, emitido pela SSP/MG, declaro, nos termos do item “b-3” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que estou em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal e distrital.

Declaro, ainda, estar ciente que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

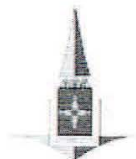
Brasília, 17 de novembro de 2017.



Rodrigo Limp Nascimento



16/11/2017

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 347-01.553.549/2017
NOME : RODRIGO LIMP NASCIMENTO
ENDEREÇO : SGAN 914 206 CONJ.E BL F LJ
CIDADE : ASA NORTE
CPF : 066.139.846-39
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 14 de Fevereiro de 2018.

Brasília, 16 de Novembro de 2017.

Certidão emitida via internet às 09:03:40 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

Página 11 de 17

Parte integrante do Avulso da MSF nº 26 de 2018.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RODRIGO LIMP NASCIMENTO
CPF: 066.139.846-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 16:38:42 do dia 05/11/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/05/2018.

Código de controle da certidão: 65A5.D95B.C9B3.3543

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

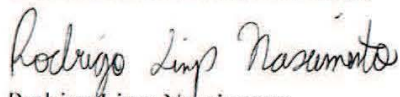


DECLARAÇÃO

Eu, Rodrigo Limp Nascimento, CPF nº 066.139.846-39, portador do documento de identidade nº 12.681-309, emitido pela SSP/MG, declaro, nos termos do item “b-4” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não tenho conhecimento de qualquer ação judicial na qual figure como autor ou réu.

Declaro, ainda, estar ciente que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília, 17 de novembro de 2017.



Rodrigo Limp Nascimento



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 02/11/2017, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

RODRIGO LIMP NASCIMENTO

066.139.846-39

(DALVA HALFELD LIMP NASCIMENTO / LUIZ CARNEIRO DO NASCIMENTO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Cumprindo medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 03/11/2017

Data da última atualização do banco de dados: 02/11/2017

Selo digital de segurança: **2017.CTD.SKJZ.W8GZ.96ZN.S974.9L34**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

Página 1 de 1

03/11/2017 11:54:09

NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília – DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA**RODRIGO LIMP NASCIMENTO**

Nos termos da alínea “c” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, apresento breves argumentos que demonstram experiência profissional e afinidade intelectual e moral para o pleno desempenho das atividades relacionadas ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Do ponto de vista da formação acadêmica, sou graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2007), pós-graduado em Direito Regulatório de Energia pela Universidade de Brasília – UNB (2009) e Mestre em Economia do Setor Público também pela Universidade de Brasília – UNB (2012). Adicionalmente, curso MBA Executivo em Administração: Gestão em Empresas de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Possuo diversas publicações em congressos, revistas e sites especializados no setor elétrico.

Profissionalmente, sou servidor público concursado desde 2007, quando ingressei na carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Energia na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exercendo o cargo entre 2007 e 2015. Neste período em que trabalhei na ANEEL, exerci atividades de coordenação no período de agosto de 2008 a julho de 2013 (Cargo Comissionado Técnico III – CCT III) e no período de julho de 2013 a fevereiro de 2015 (Cargo Comissionado Técnico IV – CCT IV). Em 2015, após aprovação em 2º lugar em concurso público de provas e títulos, ingressei na carreira de Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados, na Área XII – Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, cargo que exerço até o presente momento.

Associada à experiência profissional e conhecimentos técnicos, destaco a minha ilibada conduta moral, não sofrendo nenhum processo administrativo ou judicial em mais de dez anos de serviço público.

Pelo exposto, considero-me apto a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Brasília, 17 de novembro de 2017.

Rodrigo Limp Nascimento
Rodrigo Limp Nascimento



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS OU ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Eu, Rodrigo Limp Nascimento, CPF nº 066.139.846-39, portador do documento de identidade nº 12.681-309, emitido pela SSP/MG, declaro, nos termos do item “b-2” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não participei, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Declaro, ainda, estar ciente que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília, 17 de novembro de 2017.


Rodrigo Limp Nascimento

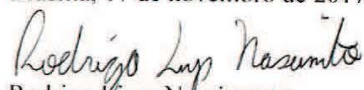


DECLARAÇÃO

Eu, Rodrigo Limp Nascimento, CPF nº 066.139.846-39, portador do documento de identidade nº 12.681-309, emitido pela SSP/MG, declaro, nos termos do item “b-5” do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que não atuei nos últimos 5 (cinco) anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Declaro, ainda, estar ciente que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília, 17 de novembro de 2017.


Rodrigo Limp Nascimento





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 27, DE 2018

(nº 196/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CI.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 196

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

Brasília, 17 de abril de 2018.



Aviso nº 178 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO**Dados Pessoais**

CPF 553.198.313-15
RG 1.367.520 SSP/PI
Nascido em 10.11.1974

Endereço: SQN 203 – Bloco I – Ap. 110, CEP: 70.833-090 – Brasília – DF
Fones: (61) 2192-8908 – 8951/(61) 99646-5782
sandoval@aneel.gov.br

Experiência Profissional**✓ Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – Brasília - DF**

Habilitado em Concurso Público de Provas e Títulos e nomeado pela Portaria nº 73, de 20 de maio de 2005, para exercer o cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia.

Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE (fev/17)

Nomeado pela Portaria nº 4.429, de 01 de fevereiro de 2017 (CGE I) para o cargo de Superintendente.

▪ Atribuições do cargo:

- ✓ Liderar os processos associados à fiscalização dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica no país diretamente e por meio da Descentralização de atividades de fiscalização do serviço de distribuição nos estados de SP, RS, MT, MS, GO, PE, PB, CE;
- ✓ Aplicação de penalidades administrativa de Advertência/Multa e Intimação de concessionárias, após instrução processual, nos concessionários de distribuição, transmissão de energia elétrica, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE;
- ✓ Decidir, por delegação da Diretoria da ANEEL, em atendimento à Portaria nº 4.477, de 2017, sobre análise de requerimentos diversos dos agentes regulados associados ao reconhecimento de pagamento de receitas, dentre outros temas associados às competências regimentais e delegadas;
- ✓ Representar a ANEEL em temas afetas às competências regimentais da Superintendência;
- ✓ Participar do planejamento estratégico da ANEEL em suas etapas de elaboração e execução;
- ✓ Praticar e expedir atos de gestão administrativa associada à unidade organizacional.



✓ **Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF – Salvador/BA**

Gerência Regional Sul (GRS)

(set/03 a jun/05)

Engenheiro de manutenção de equipamentos e instalações de alta tensão (230 e 500 kV) no Serviço Sul de Manutenção de Subestações (SSSS) nas subestações da regional da companhia (região metropolitana de Salvador e recôncavo baiano).

▪ Atribuições do cargo:

- ✓ Coordenação e execução de manutenção em equipamentos e instalações de transmissão de alta tensão;
- ✓ Gerenciamento de planos de manutenção de equipamentos de transmissão diversos e coordenação de equipes de manutenção;
- ✓ Realização e análise de ensaios especializados em equipamentos de transmissão diversos;
- ✓ Apoio técnico especializado de manutenção nos consumidores de alta tensão conectados às instalações regionais da Chesf;
- ✓ Comissionamento de equipamentos de alta tensão.

✓ **Companhia Energética do Maranhão - CEMAR– São Luís/MA**

Iniciou as atividades na companhia nas funções de estagiário na Superintendência de Qualidade do Serviço na sede da companhia em São Luís, e, posteriormente, em funções técnicas e gerenciais na Superintendência Regional de Santa Inês.

Superintendência de Qualidade do Serviço

(mai/01 a out/01 – São Luís/MA)

Durante o período de estágio curricular trabalhou nas áreas de apuração e envio dos índices de qualidade da prestação de serviços de distribuição para a ANEEL (DEC e FEC) e qualidade do produto e nas áreas de recuperação de perdas comerciais.

Superintendência Regional de Santa Inês

(out/2001 – set/2003 – Santa Inês/MA)

Gerente de Unidades Regionais Técnicas descentralizadas (Pinheiro e Santa Inês) da concessionária nas áreas de gestão, planejamento e desenvolvimento dos processos de manutenção, operação elétrica e construção nos sistemas de distribuição em instalações de 13,8 a 138 kV.

▪ Atribuições do cargo:

- ✓ Coordenação de equipes próprias e terceirizadas de manutenção, operação e construção;
- ✓ Acompanhamento do desempenho dos indicadores de DEC e FEC, nível de tensão na regional;
- ✓ Responsável técnico pelos Centros de Operação da Distribuição (COD) de Santa Inês, Pinheiro e Governador Nunes Freire;
- ✓ Representante institucional da companhia junto ao poder público municipal, estadual e federal.

gsm



Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE (jun/05 – mar/14)

Na função de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia desempenhou cargos de coordenação de processos na Superintendência.

Coordenador de fiscalização da operação do setor de transmissão (dez/12 – mar/14)
Nomeado pelas Portarias nº 668 (CCT III) de 19 de junho de 2007 e nº 2.013 (CCT IV), de 21 de dezembro de 2012 e de junho de 2007 de dezembro de 2012 para o Cargo Comissionado Técnico (CCT).

- Atribuições do cargo:
 - ✓ Realização de diligências de fiscalização de obras no sistema de transmissão quanto à conformidade das instalações e o cumprimento das datas fixadas nos atos de outorga;
 - ✓ Realizar diligências de fiscalização técnica da adequação dos procedimentos de operação e manutenção das concessionárias de transmissão e distribuição;
 - ✓ Análise do desempenho das concessionárias de transmissão e distribuição de energia;
 - ✓ Realizar diligências de fiscalização quanto ao cumprimento dos investimentos obrigatórios em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), em observância à Lei nº 9.991/2000.
 - ✓ Elaborar procedimentos, rotinas e cronogramas de fiscalização;
 - ✓ Coordenação de equipes de fiscalização técnica do serviço de transmissão quanto à adequação dos procedimentos de operação e manutenção das concessionárias de transmissão,
 - ✓ Coordenação de equipes de fiscalização técnica de ocorrências de grande porte (blecautes);
 - ✓ Acompanhar autoridades da ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME em Fóruns Técnicos diversos para assessoramento em temas relacionados à fiscalização da operação do sistema elétrico;
 - ✓ Representante da Superintendência junto a órgãos de controle externo;
 - ✓ Gestor de contratos na contratação de serviços técnicos especializados pela ANEEL para fiscalização técnica do serviço público de transmissão;
 - ✓ Auxiliar a área de licitação da ANEEL na elaboração de Editais de Licitação e contratos de concessão de transmissão;
 - ✓ Subsidiar as áreas normativas da Agência na elaboração de regulamentos.

gtr



Superintendente de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT (jun/15 – fev/17)

Nomeado pela Portaria 3.569, de 28 de maio de 2015 (CGE I) para exercer o cargo de Superintendente.

▪ Atribuições do cargo:

- ✓ Liderar os processos associados à regulação, normatização e padronização dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, pela supervisão do acesso e conexão ao sistema de transmissão pelos usuários e concessionárias de transmissão;
- ✓ Decidir, por delegação da Diretoria da ANEEL, em atendimento à Portaria nº 3.924/2016, sobre análise de requerimentos diversos dos agentes regulados associados à regulamentação do serviço de transmissão, contratação do uso do sistema de transmissão e da prestação do serviço de transmissão;
- ✓ Representar a ANEEL em temas afetas às competências regimentais da Superintendência;
- ✓ Participar do planejamento estratégico da ANEEL em suas etapas de elaboração e execução;
- ✓ Praticar e expedir atos de gestão administrativa associada à unidade organizacional.

Assessor da Diretoria da ANEEL (mar/14 – jun/15)

Nomeado pelas Portarias nº 3.050, de 28/03/14 (CGE IV) e 3.147, de 04/07/14 (CA I) para o cargo de Assessor de Diretoria.

▪ Atribuições do cargo:

- ✓ Prestar assessoramento técnico ao colegiado de diretores nas matérias afetas às atividades de concessão, regulação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica;
- ✓ Elaborar votos, atos normativos e consultas para subsidiar o diretor relator em processos administrativos;
- ✓ Receber, em audiência, terceiros interessados em matérias de competência da Agência;
- ✓ Assessorar o Diretor em reuniões internas e com agentes prestando todo o apoio necessário ao bom andamento dos trabalhos;
- ✓ Redigir minutas de memorandos, ofícios, despachos e outros expedientes do gabinete do Diretor;
- ✓ Coordenar grupos de trabalho ou comissões relacionados aos processos de regulação, fiscalização, mediação, outorga e gestão administrativa para formular e submeter à apreciação pela Diretoria;

SAC



Experiência Internacional

- ✓ ***Transmission Business School Seminar*** Ano: 2008
Carga Horária: 32 horas
University of Illinois at Urbana-Champaign.
Chicago- Illinois, EUA
- ✓ ***Intensive Learning Program*** Ano: 2012
Carga horária: 200 horas
University of Victoria, Canadá.
- ✓ ***35th International Training Program on Utility Regulation And Strategy*** Ano: 2014
Carga Horária: 80 horas
Public Utility Research Center – PURC, Warrington College of Business na
University of Florida / World Bank
Gainesville – Flórida, EUA

Participação em missões:

- ✓ **Intercâmbio Técnico Brasil- China**
Entidade Organizadora: Embaixada da China e State Grid Corporation of China (SGCC).
Período: 16 a 26 de setembro de 2016
Local: China (Pequim, Shanghai, Yichang, Nanjing, Tongli)

Intercâmbio técnico, no período de 16 a 27 de setembro de 2016, promovido pelo governo da República Popular da China, por meio da Embaixada da República Popular China no Brasil com visita técnica às instalações da *State Grid Corporation of China (SGCC)*, *China National Electric Power Dispatching Center*, *National Energy Administration (NEA)*, *Three Gorges Dam*, *Nari Company*, *Tongli Converter Station's* (± 800 kV), *Gezhoub Converter Station's* (± 500 kV) envolvendo a discussão da concepção e desenvolvimento global de interligação de energia, tecnologia avançada e experiências na gestão de ultra tensão, redes inteligentes, distribuição de energia e energias renováveis, além de aspectos regulatórios do setor elétrico da China.

Também fez parte das atividades realizadas na missão à China visita à Embaixada do Brasil na China com o Senhor Embaixador Marcos Caramuru para discussão sobre os diversos aspectos relacionados ao relacionamento entre o Brasil e a China no segmento de energia elétrica.

gsc



Formação Acadêmica

- ✓ MBA em Gestão Empresarial com Ênfase em Estratégia
Fundação Getúlio Vargas - FGV. Ano de conclusão: abr/2018
- ✓ Curso de Mestrado "Stricto Sensu" em Engenharia Elétrica.
Universidade de Brasília – UnB. Ano de conclusão: dez/2009
- ✓ Graduação em Engenharia Elétrica
Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Ano de conclusão: jan/2003

Treinamentos

- ✓ **Mercados de Energia Elétrica na União Europeia** Ano: 2009
Carga Horária: 20 horas
Universidade do Porto - ANEEL.
Brasília-DF
- ✓ **Análise e Melhoria de Processos (MASP)** Ano: 2010
Carga Horária: 40 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF
- ✓ **Gerência de Projetos: teoria e prática** Ano: 2010
Carga Horária: 40 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF
- ✓ **Workshop de Liderança** Ano: 2011
Carga Horária: 16 horas
AMANA-KEY - ANEEL
Brasília-DF
- ✓ **Macroeconomia aplicada à análise de projetos de grande vulto** Ano: 2011
Carga Horária: 40 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF
- ✓ **Papel do Gerente na Gestão do Desempenho da Equipe** Ano: 2013
Carga Horária: 40 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF

482



- ✓ **Gestão Pública, Avanços e Desafios – Programa Gerencial ANEEL** Ano: 2015
Carga Horária: 32 horas
Fundação Dom Cabral
Brasília-DF
- ✓ **Liderança, Reflexão e Ação – Programa Gerencial ANEEL** Ano: 2016
Carga Horária: 32 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF
- ✓ **Gestão Estratégica com uso do BSC** Ano: 2017
Carga Horária: 16 horas
Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
Brasília-DF

Produção Técnica e Publicações

- ✓ MENDES, J. C. ; MENDEZ, O. R. S. ; **FEITOSA NETO, Sandoval de Araújo** . *A Parallel complete method for real-time security analysis in power systems. Electric Power Systems Research* , v. 56, p. 27-34, 1999.
- ✓ MENDES, J. C. ; MENDEZ, O. R. S. ; **FEITOSA NETO, Sandoval de Araújo** . *Adaptive Complete Method for Security Analysis in Power Systems..* In: XIII Congresso Brasileiro de Automática, 2000, Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. v. 1. p. 295-300.
- ✓ MENDEZ, O. R. S.; **FEITOSA NETO, Sandoval de Araújo**. Computação Evolutiva: Uma Adaptação para Identificação de Soluções Múltiplas de Fluxo de Carga. In: IV Congresso Latinoamericano de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CLAGTEE, 2000, Valparaíso - Chile.
- ✓ **FEITOSA NETO, Sandoval de Araújo**; CUERVO FRANCO, Pablo Eduardo; ROLIM JÚNIOR, Thompson Sobreira; AFONSO, Renato Abdalla. Um Estudo da Metodologia de Descontos da Receita Anual Permitida- RAP em Função dos Atrasos na Entrada em Operação de Empreendimentos de Transmissão. XXII Seminário Nacional de Produção e Transmissão e Energia – SNPTEE, 2013. Comitê Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – Cigré/Brasil, Brasília-DF.
- ✓ **FEITOSA NETO, Sandoval de Araújo**; OLIVEIRA DE QUEIROZ, Leonardo Mendonça; ANDRADE SALES, Gustavo Mangueira; DOS SANTOS CARDOSO, Vanessa Rodrigues; LIMA GUEDES, Renato Braga. Plano de Resultados para a Adequação dos Padrões de Qualidade dos Serviços Público de Distribuição Energia Elétrica. IX Congresso Brasileiro de Regulação, 2015. Associação Brasileira das Agências de Regulação. Brasília/DF.




Associações de Classe

- ✓ Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – CIGRÉ/Brasil

Associado (out 2015 – Atual)

Promover o intercâmbio e desenvolvimento técnico, tecnológico, e da engenharia no Brasil, no campo da produção de energia elétrica, de sua transmissão em alta tensão e distribuição.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

CPF 553.198.313-15

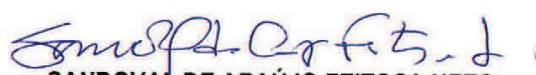


DECLARAÇÃO

Eu, **Sandoval de Araújo Feitosa Neto**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, **declaro**, para efeito de atendimento ao disposto na **alínea "b) 1." do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas a minha atividade profissional.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15



DECLARAÇÃO

Eu, **Sandoval de Araújo Feitosa Neto**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, **declaro**, para efeito de atendimento ao disposto na **alínea "b) 2." do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15

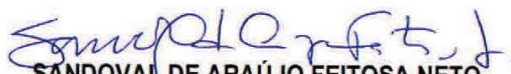


DECLARAÇÃO

Eu, **Sandoval de Araújo Feitosa Neto**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, **declaro**, para efeito de atendimento ao disposto na **alínea "b) 3." do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Sou detentor de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e estadual.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15



23/04/2018

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 136-00.581.908/2018
NOME : SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO
ENDEREÇO : SQN 203 BL I AP 110
CIDADE : ASA NORTE
CPF : 553.198.313-15
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : INSCRICAO NO CADASTRO FISCAL

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 20 de Julho de 2018.

Brasília, 21 de Abril de 2018.

Certidão emitida via internet às 21:06:45 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



21/04/2018



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SANDOVAL DE ARAUJO FEITOSA NETO
CPF: 553.198.313-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 21:00:55 do dia 21/04/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/10/2018.

Código de controle da certidão: **B4B1.20F4.3002.18AC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DECLARAÇÃO

Eu, **Sandoval de Araújo Feitosa Neto**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, **declaro**, para efeito de atendimento ao disposto na **alínea "b) 4." do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Não figuro como parte em ações judiciais, seja como autor ou como réu.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15



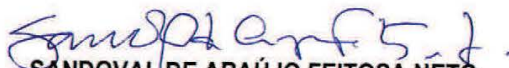
DECLARAÇÃO

Eu, **Sandoval de Araújo Feitosa Neto**, brasileiro, casado, servidor público, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, **declaro**, para efeito de atendimento ao disposto na **alínea "b) 5." do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, que:

Não atuei ou atuo em juízos e tribunais ou em conselhos de administração de empresas estatais.

Não atuei ou atuo em cargo de direção de Agências Reguladoras.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15



Sandoval de Araújo Feitosa Neto, brasileiro, natural de Oeiras-PI, filho de Antônio Barbosa Feitosa e Rita Campos Feitosa, portador da cédula de identidade nº 1.367.520, SSP, Piauí, e do CPF nº 553.198.313-15, em atendimento ao disposto na **alínea “c)” do Inciso I do art. 383**, do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta argumentação com vistas a demonstrar sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

É engenheiro eletricista, com ênfase nas áreas de Sistemas de Potência e Automação Industrial, graduado em 2003 pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Concluiu, em 2009, pós-graduação *strictu sensu* em Engenharia Elétrica pela UnB. Estudante do curso de Gestão Empresarial com ênfase em Estratégia da Fundação Getúlio Vargas – FGV com conclusão em abril/2018.

Profissional com ampla visão do setor elétrico brasileiro, desde as áreas operacionais, administrativas e de gestão de empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica, além de conhecimento aprofundado nos aspectos relacionados a concessão, regulamentação e fiscalização do setor.

No período de 2001 a 2003 trabalhou na Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, desempenhando funções técnicas e gerenciais atuando nas atividades de operação, manutenção e construção de redes de distribuição de baixa, média e alta tensão da companhia.

No período de 2003 a 2005 atuou no segmento de transmissão de energia elétrica. Foi aprovado em concurso público de provas para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf. Exerceu suas funções na Gerência Regional Sul (Salvador) desempenhando a função de engenheiro de manutenção de equipamentos de transmissão atuando nas atividades de planejamento das atividades de manutenção e coordenação de equipes técnicas na manutenção de ativos de alta e extra alta tensão, no gerenciamento da disponibilidade de equipamentos de transmissão e comissionamento de novas instalações.

Foi aprovado em concurso público e, nomeado pela Portaria ANEEL nº 73, de 20 de maio de 2005, passou a exercer o cargo efetivo de Especialista em Regulação da ANEEL.

De 2005 a 2017, exerceu diversos cargos e funções na ANEEL, desde o cargo de Especialista em Regulação de Serviços Público em Energia na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, Assessor da Diretoria da ANEEL,



Superintendente de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT e Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE.

De junho de 2005 a março de 2014 exerceu o cargo de Especialista em Regulação na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE. Foi nomeado, por meio das Portarias nº 668, de 2007 (Cargo Comissionado Técnico CCT III) e 2.013, de 2012 (Cargo Comissionado Técnico CCT IV), para a função de coordenador da fiscalização técnica do serviço público de transmissão tendo como principais atividades o gerenciamento das atividades de fiscalização nas concessionárias de transmissão de energia elétrica e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Trabalhou como coordenador e responsável técnico pela apuração de desligamentos de grande porte no Sistema Interligado Nacional – SIN (10/11/2009 – blecaute nas regiões Sul/Sudeste e Centro Oeste; 04/02/2011 – blecaute na região Nordeste; 28/08/2013 – blecaute na região Nordeste). Acompanhamento de autoridades da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ministério de Minas e Energia – MME em fóruns técnicos diversos para assessoramento em temas relacionados à fiscalização da operação do SIN. Atuou como representante da Superintendência junto a órgãos de controle externo, dentre outros.

Ainda na função de Especialista em Regulação na superintendência atuou como gestor de contratos na contratação de serviços especializados pela ANEEL para fiscalização técnica do serviço de transmissão de energia elétrica (Portarias nº. 2.941, de 2013, 3.019, de 2014 e 3.030, de 2104.). Foi membro da Comissão Especial de Licitação da ANEEL trabalhando na elaboração de Editais de contratação do Serviço Público de Transmissão e análises de recursos dos certames, nomeado pelas Portarias nº 1.310, de 2009 e 1.588, de 2010. Foi eleito, após eleição aberta entre todos os servidores da ANEEL como representante dos Especialistas em Regulação na Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho – CAD e nomeado pela Diretoria da ANEEL pela Portaria nº 1.559, de 2010.

De 2014 a 2015 atuou na Assessoria da Diretoria da ANEEL no cargo de Comissionado de Assessoria – CGE IV, nomeado pela Portaria nº 3.050, de 2014, e, posteriormente, nomeado pela Portaria nº 3.147, de 2014 no cargo Comissionado de Assessoria da Diretoria CA I desempenhando função estratégica de assessoramento à Diretoria da Agência em temas diversos de interesse do setor elétrico nacional relacionado à regulação, fiscalização e concessão de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.



Durante o período também foi representante da Assessoria da Diretoria na Comissão Especial de Licitação – CEL, nomeado pela Portaria nº. 3.247, de 2014.

À partir de junho de 2015 foi nomeado, por meio da Portaria nº 3.569, de 2015, para o cargo de Superintendente de Regulação dos Serviços Públicos de Transmissão de Energia – SRT, área responsável pela regulação, normatização e padronização da prestação do serviço público de transmissão pelas concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela supervisão do acesso por geradores, consumidores livres e concessionárias de distribuição ao sistema de transmissão, a contratação e uso da rede básica por geradores e distribuidores de energia elétrica.

O período à frente foi marcado por intensa produção normativa com a publicação de diversas Resoluções Normativas associadas à contratação do uso da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (Resolução Normativa nº 666, de 23 de junho de 2015), a regulamentação que estabeleceu as disposições relativas ao desenvolvimento de atividades operacionais e de holding pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica (Resolução Normativa nº 709, de 05 de abril de 2016), a regulamentação do Decreto 5.597/2005 associado ao acesso aos consumidores a Rede Básica (Resolução Normativa nº 722, de 31 de maio de 2016), a regulamentação que define as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações de transmissão (Resolução Normativa nº 729, 28 de junho de 2016), o aprimoramento dos procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública – DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de Transporte de Energia Elétrica (Resolução Normativa nº 740, de 11 de outubro de 2016), e, por fim a condução da maior Audiência Pública da ANEEL que aprovou os Procedimentos de Rede que disciplinam as regras e procedimentos para geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associados a administração e operação da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (Resolução Normativa nº 756, de 16 de dezembro de 2016)

Em fevereiro de 2017 foi nomeado, por meio da Portaria nº 4.429, de 2017, para o cargo de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, área responsável pela fiscalização dos serviços públicos de distribuição e transmissão de energia elétrica e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

876-2



Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – ITAIPU/CIGRÉ, PR (2015), Presidente da Mesa do Grupo de Comercialização de Energia; Arco Norte Interconnection Project Workshop – Regulatory Aspects of the Brazilian Transmission System, RJ (2015), representando a Diretoria da ANEEL; Intercâmbio técnico Brasil-China promovido pela Embaixada da China envolvendo a discussão e concepção global de interligação de energia, tecnologia avançada e experiências na gestão de instalação de extra alta tensão com visita às instalações da State Grid Corporation of China (SGCC), China National Electric Power Dispatching Center, National Energy Administration (NEA), Three Gorges Dam, Nari Company, Tongli Converter Station's (± 800 kV), Gezhoub Converter Station's (± 500 kV).

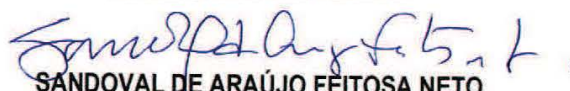
Possui trabalhos publicados em eventos nacionais e internacionais abordando questões relacionadas à regulação técnica e econômica de sistemas elétricos.

No que tange à moral e à ética, destaca-se que, desde o início de suas atividades profissionais pautou sua conduta no respeito aos adequados valores individuais e coletivos que norteiam as relações sociais, estrita observância aos padrões éticos e respeito à legislação brasileira

Ao longo de sua vida profissional demonstrou capacidade de liderança, planejamento, atuação assertiva e coordenada na análise de problemas complexos e de difícil solução.

Conhece e pratica em sua vida familiar, pessoal e profissional, os bons hábitos, a convivência pacífica e ordeira definidas pela sociedade brasileira e Administração Pública.

Brasília, 23 de abril de 2018.


SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
CPF 553.198.313-15



Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 85, DE 2018-PLEN-SF

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.848, de 2012, na Casa de origem), do Deputado Osmar Serraglio, que *altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.*

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves

RELATOR "Ad Hoc": Senador Flexa Ribeiro





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.848, de 2012, na Casa de origem), do Deputado Osmar Serraglio, que *altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **TELMÁRIO MOTA**

RELATOR *AD HOC*: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 94, de 2015 (Projeto de Lei nº 3.848, de 2012, na casa de origem), de autoria do Deputado Osmar Serraglio, que modifica a distribuição de *royalties* provenientes da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na Casa de origem, a proposição recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia (com emenda), de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e Cidadania. Foi remetida ao Senado Federal em 5 de agosto de 2015.





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

Trata-se de proposição composta por dois artigos: i) o art. 1º modifica o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, de modo que seja assegurado ao Município de Guaíra, Estado do Paraná, 6,12% da

distribuição dos *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil; ii) o art. 2º, por sua vez, estabelece a vigência a Lei a partir de sua publicação.

O nobre Deputado Osmar Serraglio argumenta que a submersão, em 1982, do Salto de Sete Quedas, como consequência da obra da hidrelétrica, resultou no estancamento do fluxo turístico, que tanto beneficiava aquele Município. Entretanto, a participação a que teve direito não foi suficiente para reparar as perdas com a atividade turística.

A proposição foi remetida às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) opinar sobre matérias atinentes a agências reguladoras e temas correlatos. A Lei nº 8.001, de 1990, trata da distribuição da participação nos resultados da exploração de recursos naturais.

O PLC nº 94, de 2015, atende aos quesitos de constitucionalidade, pois a União é competente para legislar sobre energia, nos termos do art. 22, inciso IV, e, também, encontra fundamento no art. 20, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que assegura a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da lei.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* a matéria nele vertida *inova*

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) é consentâneo com os *princípios gerais do Direito*; e *v*) se afigura dotado de potencial *coercitividade*.

Quanto à técnica legislativa, há possibilidade de aperfeiçoamento. Trata-se da ementa da proposição, que, por ser pouco elucidativa, deixa de prestar informações, ainda que concisas, sobre o objeto da nova disciplina, afrontando o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, podemos elucidar alguns pontos relevantes:

Os royalties pagos pela Itaipu Binacional derivam da previsão i) no Tratado de Itaipu, em seu anexo C; ii) na Constituição Federal, em seu art. 20, § 1º; e iii) na Lei nº 8.001, de 1990, que é o objeto de aperfeiçoamento pelo legislativo ora em discussão.

O cálculo dos *royalties* devidos corresponde ao produto entre a energia gerada, em gigawatt-hora (GWh), o fator K, atualmente igual a 4, a taxa de câmbio e o valor previsto no anexo C do Tratado de Itaipu, de US\$ 650 por GWh. O montante total é dividido entre Brasil e Paraguai.

Em 2015, foram distribuídos pouco menos de R\$ 792 milhões, sendo o Município de Guaíra recebedor de R\$ 14,72 milhões desse total. Atualmente, os *royalties* de Itaipu são distribuídos entre 347 Municípios e seis Estados.

O PLC nº 94, de 2015, não aumenta o custo para o consumidor final, por alterar apenas a distribuição da parcela que cabe ao Brasil. Dessa forma, não vemos óbice para aprovação da proposição, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos avaliar o impacto da mudança proposta nas finanças dos entes da federação que perderão receita em detrimento do ganho do Município de Guaíra.





SENADO FEDERAL
Senador TELMARIO MOTA

III – VOTO

Pelo exposto, nos manifestamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa, com emenda. No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015.

EMENDA Nº 1 -CI

Dê-se a ementa do PLC nº 94, de 2015, a seguinte redação:

“Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar o percentual de participação do Município de Guairá na distribuição dos royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil.”

Sala da Comissão, em 16 de novembro de 2016.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO, Presidente

Senador TELMÁRIO MOTA, Relator

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator *ad hoc*





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 34ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 16 de novembro de 2016 (quarta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Roberto Muniz (PP)	2. Ângela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Pastor Valadares (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. Gladson Cameli (PP)
Wilder Moraes (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Maioria (PMDB)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Kátia Abreu (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Raimundo Lira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB)	5. Eduardo Braga (PMDB)
Hélio José (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Davi Alcolumbre (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Deca (PSDB)	3. VAGO
José Aníbal (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR)
Wellington Fagundes (PR)	2. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	3. Eduardo Amorim (PSC)

Thales Roberto Furtado Moura
Secretário da Comissão de Serviços
de Infraestrutura



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 250, DE 2018

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do PLS 147/2016 e do PLC 27/2017, por versarem sobre a mesma matéria.

AUTORIA: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ataídes Oliveira

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2016, que *estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos*, e do Projeto de Lei Câmara nº 27, de 2017, que *estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências.*, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões,

Senador Ataídes Oliveira
PSDB-TO



SF/17774.85870-88





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 251, DE 2018

Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado n°s 392, de 2013, e 377, de 2017, por disporem sobre matérias correlatas (regulação do mercado de cartões de crédito).

AUTORIA: Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2013, e 377, de 2017, por disporem sobre matérias correlatas (regulação do mercado de cartões de crédito).

Sala das Sessões,

Senador **ROMERO JUCÁ**



Término de prazos



Encerrou-se no dia 25 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2018.

Encerrou-se no dia 25 de abril o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2015.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº541, de 2015, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy

RELATOR: Senador Jorge Viana

25 de Abril de 2018



RELATÓRIO DO VENCIDO

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015,
do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera
a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para
restringir o registro e uso de agrotóxicos.*

Relator: Senador **JORGE VIANA**

Por haver sido aprovado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 541, de 2015, contrariamente ao entendimento do relator, e mediante designação da Presidência desta Comissão, apresento o seguinte relatório, nos termos do que disciplina o art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF),

O PLS nº 541, de 2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Lei dos Agrotóxicos), para proibir o registro de agrotóxicos que contenham os ingredientes ativos glifosato, triclorfom, carbofuran, cihexatina, abamectina, fosmete e lactofen; e para vedar o uso de pulverização aérea de agrotóxicos para qualquer finalidade.

A matéria foi distribuída, inicialmente, apenas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para decidir terminativamente sobre a matéria (art. 91, inciso I, do Risf). No entanto, em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 1.244 e 1.245, de 2015, ambos de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, a proposição foi submetida previamente à análise das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS). Assim, em 6 de março do ano corrente, a CMA aprovou o relatório do Senador Cidinho Santos contrário ao projeto, que passou a constituir o parecer da Comissão.

Na sequência, novamente designado relator da matéria, desta feita na CAS, o Senador Cidinho Santos apresentou relatório que concluiu pela rejeição do PLS nº 541, de 2015.



2³

No dia 25 de abril de 2018, em sua 12ª Reunião Extraordinária, a CAS discutiu a matéria. Encerrada a discussão, o PLS nº 541, de 2015, foi submetido a votação, tendo sido apurados 4 (quatro) votos contrários e 6 (seis) votos favoráveis ao seu prosseguimento. A matéria será agora apreciada pela CRA, em decisão de caráter terminativo.

RESULTADO

Foi **aprovado** nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAS, 25/04/2018 às 09h - 12ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

PMDB			
TITULARES		SUPLENTE	
HÉLIO JOSÉ	PRESENTE	1. GARIBALDI ALVES FILHO	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	2. VALDIR RAUPP	PRESENTE
MARTA SUPPLY	PRESENTE	3. ROMERO JUCÁ	
ELMANO FÉRRER		4. EDISON LOBÃO	
AIRTON SANDOVAL	PRESENTE	5. ROSE DE FREITAS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA	PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA		2. GLEISI HOFFMANN	
PAULO PAIM	PRESENTE	3. JOSÉ PIMENTEL	
PAULO ROCHA	PRESENTE	4. JORGE VIANA	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. LINDBERGH FARIAS	

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
DALIRIO BEBER	PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	2. RICARDO FERRAÇO	PRESENTE
RONALDO CAIADO		3. JOSÉ AGRIPINO	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
SÉRGIO PETECÃO		1. OTTO ALENCAR	
ANA AMÉLIA	PRESENTE	2. CIRO NOGUEIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	1. ROMÁRIO	
RANDOLFE RODRIGUES		2. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO	
VICENTINHO ALVES		2. EDUARDO LOPES	

Não Membros Presentes

EDUARDO BRAGA
 CÁSSIO CUNHA LIMA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 541/2015)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS REJEITA O RELATÓRIO DO SENADOR CIDINHO SANTOS.

NOS TERMOS DO ARTIGO 128 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VENCIDO O RELATOR, FOI DESIGNADO, PARA LHE SUCEDER, O SENADOR JORGE VIANA.

A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, DE 2015, DE AUTORIA DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

25 de Abril de 2018

Senadora MARTA SUPPLY

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº23, de 2016, que Considera
pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Paulo Paim

25 de Abril de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016 (nº 1.361, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 23, de 2016 (Projeto de Lei nº 1.361, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

Para isso, a proposição estabelece um valor referencial da limitação auditiva, a saber, a média aritmética de 41decibéis, ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Herz, 1.000 Herz, 2.000 Herz e 3.000 Herz. Sem embargo, reconhece que outros instrumentos poderão constatar a deficiência auditiva, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Segundo o autor, embora a perda auditiva unilateral constitua uma deficiência auditiva, não se enquadra na definição técnica contida no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, não sendo assim considerada, portanto, para





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

os efeitos da aplicação do referido decreto. Por esse motivo, o projeto de lei pretende corrigir esse equívoco do poder regulamentar.

A proposição foi distribuída para a análise desta Comissão e não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLC nº 23, de 2016, ora em análise.

Em uma das suas mais destacadas atuações nos últimos tempos, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria.

O Estatuto representa o que há de mais avançado em termos de legislação direcionada para as pessoas com deficiência. Ele incorporou conceitos já amplamente reconhecidos pelas normas internacionais, a exemplo do desenho universal e das tecnologias assistivas.

Sem dúvida, uma das principais inovações do Estatuto foi o ajuste do conceito de pessoa com deficiência ao parâmetro estabelecido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Alinhado a essa redefinição conceitual, concebeu um mecanismo inteligente de avaliação da deficiência, quando for necessário definir se alguém se insere ou não nessa categoria.

De acordo com o art. 2º do Estatuto, a avaliação da deficiência tem caráter biopsicossocial e será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Assim o é porque a deficiência é um conceito em evolução, ou seja, decorre de condições particulares de indivíduos em interação com barreiras





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

existentes na sociedade. Por ser um conceito em evolução, o nosso sistema jurídico buscou afastar o risco de engessamento das tipologias de deficiência, característico da normatização anterior sobre essa matéria.

No entanto, já transcorreram quase três anos de vigência do Estatuto, e os instrumentos da avaliação biopsicossocial ainda não foram definidos, a despeito da previsão contida no § 2º do art. 2º do Estatuto. A ausência de regulamentação desse mecanismo tem impacto negativo sobre a vida das pessoas com deficiência, pois gera incerteza sobre a aplicação do Estatuto, comprometendo sua eficácia.

Em razão dessa lacuna, continua-se a aplicar, subsidiariamente, a definição antiquada de deficiência, que remete às categorias relacionadas pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que, por sua vez, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

É bom lembrar que o referido instrumento normativo consolidou a classificação dos tipos e da gravidade das deficiências, para a qual a única comprovação exigida são exames clínicos.

O contrário também é verdadeiro. Sabemos que a deficiência é um fenômeno multifacetado. Critérios exclusivamente biomédicos não serão suficientes para a compreensão da condição de deficiência. Há pessoas com deficiência que, por não se encontrarem albergadas pelo guarda chuva protetivo do decreto, têm de recorrer à justiça se quiserem ver o reconhecimento de sua condição.

Ou seja, em tese, o Decreto nº 3.298, de 1999, está em desarmonia com a LBI.

É o caso, por exemplo, de pessoas com deficiência auditiva unilateral, que não são consideradas pessoas com deficiência pelo referido decreto, apesar de enfrentarem barreiras quotidianamente. A falta de reconhecimento de sua condição pelo Estado priva pessoas com essa característica





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

do acesso a uma série de medidas inclusivas, compensatórias e de promoção da igualdade de oportunidades.

Elas não podem, por exemplo, ser contratadas por empresas beneficiando-se da política de reserva de vagas instituída pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Por outro lado, costumam ser eliminadas de processos seletivos no setor privado quando a perda auditiva é constatada nos exames admissionais. Vivenciam uma realidade em que não se enquadram no conceito de pessoa com deficiência, mas também não são consideradas plenamente aptas a pleitear uma vaga no competitivo mercado de trabalho. São, portanto, duplamente excluídas.

Por tais motivos, manifestamos nosso apoio à proposição, que busca equacionar esse problema ao oferecer uma solução para mitigar os prejuízos que a demora na regulamentação dos instrumentos de avaliação da deficiência causa às pessoas com deficiência auditiva unilateral.

A proposta consiste na fixação de um valor referencial da limitação auditiva: a média aritmética de 41 decibéis, ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Herz, 1.000 Herz, 2.000 Herz e 3.000 Herz. Sem omitir, porém, a existência de outras formas de avaliar a deficiência auditiva.

Alguém poderia indagar se essa solução é condizente com o Estatuto, já que se assemelha à adoção dos critérios estritamente médicos de identificação da deficiência expostos no Decreto 3.298, de 1999, que criticamos anteriormente.

A esse argumento temos a opor o seguinte raciocínio: se consideramos inaplicável o decreto, a anomia sobre os critérios para a avaliação da deficiência provocará uma grave situação de insegurança jurídica que prejudicará um contingente expressivo da população – em torno de 12 milhões de pessoas. Sem critérios legais ou regulamentares para avaliar a deficiência, tais pessoas não poderão usufruir de medidas inclusivas de forma imediata e provavelmente se verão compelidas a buscar o Poder Judiciário. O próprio



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

Estatuto, tornado ineficaz pela falta desse critério elementar para identificar seus beneficiários, tenderá a se tornar letra morta.

Portanto, a equidade e o bom senso recomendam que prossigamos aplicando subsidiariamente o Decreto nº 3.298, de 1999, como uma norma residual, propensa à extinção, o que deverá ocorrer uma vez definitivamente regulamentado o art. 2º do Estatuto.

Diante da lacuna regulamentar acerca da avaliação biopsicossocial, cremos que a solução proposta é razoável.

Por fim, anotamos que a matéria foi objeto de audiências públicas no Congresso Nacional, das quais participaram representantes da comunidade com surdez unilateral e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Após amplo debate, manifestaram seu apoio ao PLC nº 23, de 2016.

No intuito de oferecer uma pequena contribuição à causa dessas pessoas, apresentamos uma emenda de redação com o objetivo de eliminar dúvidas sobre o que venha a ser a perda auditiva unilateral para os fins da proposição. A perda auditiva unilateral será total, ou seja, consistirá na limitação da audição unilateral em apenas um dos ouvidos, impossibilitando a decodificação da fala.

Além disso, sugerimos no mérito, também mediante emenda, uma regra de transição, de forma a ratificar nosso entendimento de que o reconhecimento da deficiência ora proposto é dotado de caráter temporário.

III – VOTO

Assim, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016, com as seguintes emendas:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

EMENDA Nº 1 -CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A deficiência auditiva é a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral, parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas:

.....”

EMENDA Nº 2 -CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2016, a seguinte redação:

“**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até que sejam criados e devidamente implementados os mecanismos de avaliação previstos no art. 2º, § 2º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 25/04/2018 às 11h - 36ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
MARTA SUPPLY PRESENTE	2. VAGO
HÉLIO JOSÉ PRESENTE	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
ÂNGELA PORTELA PRESENTE	1. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA PRESENTE	2. LINDBERGH FARIAS PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE
REGINA SOUSA PRESENTE	4. JORGE VIANA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO AMORIM PRESENTE	1. VAGO
JOSÉ MEDEIROS PRESENTE	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
CIRO NOGUEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. KÁTIA ABREU

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROMÁRIO	2. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA	1. CIDINHO SANTOS PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. PEDRO CHAVES

Não Membros Presentes

RONALDO CAIADO
 ROMERO JUCÁ
 DALIRIO BEBER
 CÁSSIO CUNHA LIMA
 WILDER MORAIS
 WELLINGTON FAGUNDES
 DÁRIO BERGER





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
ATAÍDES OLIVEIRA
ACIR GURGACZ

Durante a reunião, ocorreu mudança de composição da Comissão, conforme notas a seguir:

(33) Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).

(34) Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 23/2016)

NA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR PAULO PAIM, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

25 de Abril de 2018

Senadora REGINA SOUSA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 25, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº10, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Pedro Chaves

26 de Abril de 2018





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **PEDRO CHAVES**
PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 10, de 2018 (Mensagem nº 136/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.*



SF/18963.28366-13

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 136, de 20 de março de 2018, submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo da diplomata indicada, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascida em Florianópolis, em 19 de maio de 1961, filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu, bacharelou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1981. Ingressou na carreira em 1987, após ter concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Concluiu também os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (1996) e de Altos Estudos (2005) do Instituto Rio Branco, quando defendeu tese intitulada “Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas”. Ascendeu a Conselheira em 2004; e a Ministra de Segunda Classe em 2008.

A diplomata indicada desempenhou importantes cargos na chancelaria, e no exterior. Entre os quais destaco: Assessora e Subchefe da Divisão de Serviços e Temas Financeiros (1999 a 2001); Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços (2000 a 2001); Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington (2001 a 2005); Conselheira na Embaixada em Pequim (2005 a 2007); Chefe da Divisão de Negociações Extra regionais do MERCOSUL-II (2007 a 2009); Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris (2009 a 2011); e Ministra-Conselheira, Representante Permanente Adjunta e Encarregada de Negócios na ausência dos titulares na



SF/18963.28366-13





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais, em Genebra, de 2012 até o presente.

Quanto aos postos para o qual foi indicada a Senhora Márcia Donner Abreu, importa para esse Relatório trazer à colação algumas informações sobre esses países adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores, de maneira a ilustrar a sabatina de praxe.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática ela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com apenas menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira



SF/18963.28366-13





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico apresentou um pico de 190,42 milhões de dólares em 2011, decaindo paulatinamente em seguida até o valor de 58,12 milhões de dólares em 2017, com déficit de 48,26 milhões para o Brasil.

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O Cazaquistão considera o Brasil importante e promissor parceiro estratégico na América Latina e tem interesse na experiência brasileira nos setores de alta tecnologia, agricultura, bens de capital e indústria leve. Procura estabelecer cooperação com a parte brasileira na área de exploração geológica, extração e refino de hidrocarbonetos e energias renováveis. Os dois países têm diversas características em comum, pois são grandes nações em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes.

O Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km² dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou. Ainda incipientes, as relações ganharam possibilidade de adquirir novo patamar desde a abertura da Embaixada residente em Astana (cumulativa com Ashgabat e Bishkek)

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 7,693 milhões em 2017, com déficit de 4,218 milhões de dólares para o Brasil. O intercâmbio comercial com o Turcomenistão tem



SF/18963.28366-13





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

apresentado oscilações, com tendência à queda. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm-se concentrado em preparações alimentícias de bovinos, escavadeiras, carne suína congelada, carne bovina desossada, preparados de confeitaria e aparelhos de cozinha. As importações se concentraram em vestimentas e carbono.

O ambiente de negócios no país é ainda considerado difícil e a economia continua dominada por monopólios estatais. O governo turcomeno tem tomado algumas medidas para modernizar a legislação e beneficiar a transparência, tendo adotado procedimentos a fim de dar conta do crescente aumento do comércio exterior. Está empenhado em efetuar transição gradual para economia de mercado, conforme preceito constitucional. Iniciou processo de privatização de pequenas e médias empresas e passou a dar importância à atração de investimentos estrangeiros.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (199.951 km² e 6,173 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6



SF/18963.28366-13





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2017, o comércio totalizou US\$ 1,146 milhão, após um pico de US\$ 10,286 milhões em 2013. O intercâmbio constitui-se quase inteiramente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram embutidos de carne e carnes suínas. As principais importações brasileiras da República Quirguiz foram metais alcalinos.

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator



SF/18963.28366-13





Senado Federal

9

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 10/2018 - MÁRCIA-CAZAQUISTÃO

Início da votação: 26/04/2018 09:32:24

Fim da votação: 26/04/2018 11:51:38

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	votou
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ	votou	4. MARTA SUPPLY	votou
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
KÁTIA ABREU		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	votou
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA		1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	votou	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERREIRA		3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPIANO	votou	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	voto não computado
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE	votou	1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	
PEDRO CHAVES		2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 26/04/2018

Senador Jorge Viana
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 10/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DA SENHORA MÁRCIA DONNER ABREU, PARA EXERCER O CARGO EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO, E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO E À REPÚBLICA QUIRGUIZ, COM 15 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 26, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº15, de 2018, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Jorge Viana

26 de Abril de 2018



RELATÓRIO Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 15, de 2018 (nº 158/2018, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de João Tarcísio Cartaxo Arruda e Sílvia Maria de Mattos Arruda, tendo nascido em 20 de setembro de 1957, em Fortaleza/CE. Formou-se em Economia pela Universidade de Brasília em 1979 e ingressou no Curso de Preparação à



SF/18545.69391-91



Carreira Diplomática em 1980. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático – CAD – em 1987.

Em 2004 foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE – com a tese “O Senado Federal e as Relações Exteriores”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1981, Segundo-Secretário em 1985 e Primeiro-Secretário em 1991. Foi promovido a Conselheiro, em 1997, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe, em 2010, todas as promoções por merecimento.

Entre as funções por ele desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores, bem como em outros órgãos governamentais em Brasília, destacam-se as de assistente na Divisão de Produtos de Base do Itamaraty (1981-1985); Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Ministro da Justiça (1991-1992); Coordenador Executivo do Departamento do Serviço Exterior do Itamaraty (1992); assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (1996); Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado Federal (1997-2001), sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Magalhães; Assessor Técnico da Presidência da Câmara dos Deputados (2009-2010), sob a Presidência do então Deputado Federal Michel Temer; Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República (2011-2014) e, desde 2016, Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República.

No Exterior, o Embaixador Arruda serviu, entre outros postos, na Embaixada em Montevideu (1985-1988); na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos – OEA – em Washington (1988-1991); na Delegação Permanente junto às Organizações Internacionais sediadas em Genebra (1993-1995); na Embaixada em Ottawa (2001-2004); no Consulado-Geral em Nova York, como Cônsul-Geral Adjunto (2004-2009) e Representante Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, como a Organização Internacional do Café, Organização Internacional do Açúcar, Organização Internacional do Cacau, Organização Marítima Internacional, Comissão Internacional da Baleia e Organização Internacional de Comunicações Móveis via Satélite (2014-2016).

Em 2002, chefiou a delegação brasileira à Reunião do Processo de Kimberley (ONU) sobre diamantes de conflito, em Ottawa, tendo ainda participado de diversas reuniões internacionais em foros como a Organização



SF/18545.69391-91



Mundial do Comércio (e o antigo GATT), a Organização dos Estados Americanos e a Conferência do Desarmamento, entre outros.

Foi agraciado com várias condecorações, como a Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal, Comendador, 1997); a Ordem do Mérito Militar (Exército Brasileiro, Grande-Oficial, 2011); a Ordem do Mérito Naval (Marinha do Brasil, Grande-Oficial, 2011); a Medalha do Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil, 2011); a Ordem do Mérito da Defesa (Ministério da Defesa, Grande-Oficial, 2011); a Medalha da Vitória (Ministério da Defesa, 2012) e a Ordem do Rio Branco (Brasil, Grã-Cruz, 2013).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Segundo o documento, o Reino Unido conta com população de 65,6 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) Nominal de US\$ 2,56 trilhões e PIB *Per Capita* da ordem de US\$ 40,1 mil (est.), todos em dados de 2016. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano era, em 2015, de 0,909, ocupando o 16º lugar entre 188 países, e a expectativa de vida em 2017 alcançava os 80,8 anos, segundo dados do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O índice de alfabetização, segundo dados da UNESCO, é de 99% e o de desemprego encontrava-se, em 2017, em 4,4% (segundo o *Office for National Statistics*).

No que tange às relações bilaterais Brasil-Reino Unido, o documento encaminhado pelo Itamaraty ressalta que a parceria estratégica entre os dois países está assentada em relações históricas, pois já em 1825 o Reino Unido reconhecia a independência do Brasil.

A partir do novo milênio, particularmente, o governo britânico tem singularizado o Brasil como país prioritário. Isso pela sua importância nos domínios do comércio e dos investimentos, bem como por ser o Brasil parceiro do Reino Unido nos mais importantes foros internacionais, em vista da convergência de valores entre as duas nações (democracia, proteção ao meio ambiente, promoção dos direitos humanos). É importante recordar que em seu discurso em janeiro de 2017, a Primeira-Ministra Theresa May, ao referir-se às perspectivas para o Reino Unido no contexto do “Brexit”, mencionou o seu futuro como sendo o de um país com parcerias globais, fazendo ainda referência



SF/18545.69391-91



ao interesse em parcerias com grandes países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil.

Nesse contexto, foram anunciados novos investimentos britânicos no Brasil, como da Shell e da Jaguar Land Rover, e brasileiros no Reino Unido, como o da Natura, que adquiriu a The Body Shop em negócio estimado em cerca de 1 bilhão de euros. Em fevereiro de 2018, foi assinado Memorando de Entendimento entre o BNDES e o UK Export Finance sobre cooperação em matéria de créditos para exportação.

Ademais, a Marinha do Brasil adquiriu o porta-helicópteros HMS Ocean, o que contribui para reforçar a cooperação bilateral na área de defesa.

Sétimo principal investidor no Brasil, o Reino Unido tem, entre as suas empresas presentes no Brasil, algumas das mais importantes em termos de faturamento, como a Anglo American, Aecom, Arcelor Mittal, Babcock, Balfour Beatty, BG Group, British Airways, BP e Shell, entre outras. A informação encaminhada pelo Itamaraty destaca, ainda, os seguintes setores de presença britânica: os serviços relacionados à extração de petróleo e gás; energia, mineração, e bancos múltiplos com carteira comercial. O grupo British Gas (BG), por exemplo, investirá US\$ 30 bilhões no Brasil até 2020. A Shell, por sua vez, como resultado do segundo e terceiros leilões do pré-sal, no qual a empresa arrematou três áreas em consórcio na Bacia de Santos, estima investir cerca de US\$ 2 bilhões ao ano até 2020 no Brasil. A petroleira British Petroleum (BP), uma das maiores investidoras do setor de biocombustíveis no Brasil, foi a primeira empresa internacional a investir no etanol brasileiro.

No que diz respeito a assuntos consulares, o documento do Itamaraty registra que a comunidade brasileira no Reino Unido é estimada em cerca de 180 mil pessoas – a maior da Europa. Além do Consulado-Geral em Londres atendem ao público brasileiro quatro consulados honorários, situados em Cardiff, Edimburgo, Glasgow e Manchester.

No tocante à política interna, o principal tema são as negociações em curso para a saída do Reino Unido da União Europeia, após a decisão plebiscitária de junho de 2016, pela qual o eleitorado britânico optou, por estreita maioria (51,9%), por se retirar do bloco europeu.



SF/18545.69391-91



Uma vez concluídas as negociações, terá início o período no qual o Reino Unido já não mais será formalmente membro da União Europeia, contudo está acordado que durante este período continuarão a vigorar no país a normativa comunitária bem como os acordos concluídos com terceiros países. Assim, será assegurada a estabilidade no campo das relações comerciais e econômicas, embora juridicamente o Reino Unido não mais tenha voz e nem voto nos foros decisórios da União Europeia.

Detentor da sexta maior economia do mundo, representando 4% do PIB global, o Reino Unido parece haver sentido o impacto da saída do bloco europeu, tendo o seu PIB avançado apenas 1,7% em 2017, o menor dos últimos cinco anos, ao contrário das demais economias desenvolvidas, cujo crescimento tem se acelerado.

No tocante ao comércio bilateral entre o Reino Unido e o Brasil, o documento do Itamaraty, com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC – registra um intercâmbio, em 2017, da ordem de US\$ 5,148 bilhões, pouco maior do que em 2016, de US\$ 5,138. Em 2017, o Reino Unido importou do Brasil bens no valor de US\$ 2,844 bilhões e exportou para o País mercadorias no valor de US\$ 2,304 bilhões, com saldo de US\$ 540 milhões favorável ao Brasil.

O Brasil exporta para o Reino Unido: ouro em formas brutas ou semimanufaturadas; soja; preparações e conservas de carne; minérios de ferro; café em grãos; madeira compensada; carnes; móveis; partes de motores; helicópteros e aviões.

Ressalto que o Embaixador Fred Arruda é hoje um dos diplomatas brasileiros que mais conhece sobre parlamento. Ele serviu no Congresso Nacional por seis anos: primeiro, de 1997 a 2001 no Senado Federal, e, depois, de 2009 a 2010 na Câmara dos Deputados, o que o torna um dos servidores de carreira do Ministério das Relações Exteriores que mais atuou no Legislativo.

Além disso, sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco destacou que o Senado Federal possui um conjunto de possibilidades ainda não plenamente exploradas para uma atuação mais intensa do Parlamento na política externa. Com certeza, sua experiência é o que precisamos para fortalecer a diplomacia parlamentar que o Brasil tanto precisa.



SF/18545.69391-91



7
6

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuam elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta**Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 15/2018 - CLAUDIO A.-R.UNIDO

Início da votação: 26/04/2018 09:32:24

Fim da votação: 26/04/2018 11:51:38

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB		PMDB	
EDISON LOBÃO		1. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		2. VALDIR RAUPP	votou
ROBERTO REQUIÃO		3. HÉLIO JOSÉ	votou
ROMERO JUCÁ	votou	4. MARTA SUPPLY	votou
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT,	
GLEISI HOFFMANN		1. FÁTIMA BEZERRA	
KÁTIA ABREU		2. JOSÉ PIMENTEL	votou
JORGE VIANA	votou	3. PAULO PAIM	votou
LINDBERGH FARIAS		4. HUMBERTO COSTA	
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
ANTONIO ANASTASIA		1. CÁSSIO CUNHA LIMA	
PAULO BAUER	votou	2. RONALDO CAIADO	
RICARDO FERRAÇO		3. FLEXA RIBEIRO	votou
JOSÉ AGRIPIANO	votou	4. TASSO JEREISSATI	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
LASIER MARTINS	votou	1. JOSÉ MEDEIROS	voto não computado
ANA AMÉLIA	votou	2. GLADSON CAMELI	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,		Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB,	
CRISTOVAM BUARQUE	votou	1. VANESSA GRAZZIOTIN	votou
VAGO		2. RANDOLFE RODRIGUES	
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
FERNANDO COLLOR		1. WELLINGTON FAGUNDES	
PEDRO CHAVES		2. ARMANDO MONTEIRO	

Votação:

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 26/04/2018Senador Jorge Viana
Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 15/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, PARA EXERCER O CARGO EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE, COM 15 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 27, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº10, de 2018, que Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senadora Fátima Bezerra

RELATOR ADHOC: Senador Jorge Viana

26 de Abril de 2018





PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2018 (PDC nº 487, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.*

RELATOR: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 10, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 134, de 7 de abril de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 30 de junho de 2015.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Previdência Social, destaca, de início, a relevância de iniciativas destinadas a proteger trabalhadores brasileiros no exterior e de oferecer igual proteção aos estrangeiros radicados no Brasil. Essa importância advém de contexto representado pelo crescente fluxo internacional de trabalhadores, bem como da transformação do Brasil em país de origem de imigrantes.

O documento esclarece, ainda, que o ato internacional em apreço *além de estender aos trabalhadores originários do Brasil e dos Estados Unidos residentes no território da outra parte o acesso ao sistema de previdência local,*



o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais, na medida em que instituirá mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos de ambos os países.

O texto ministerial recorda, ainda, que os Estados Unidos da América (EUA) concentram a maior comunidade de brasileiros no exterior. Estima-se, com base em dados de 2014 das repartições consulares brasileiras, em um milhão e duzentos mil brasileiros residindo nos EUA. O documento destaca, por igual, a circunstância de que o Acordo beneficiará também as empresas nacionais que atuam naquele país na medida em que evitará contribuição dupla aos sistemas previdenciários.

Para além disso, o pactuado visa a corrigir circunstância injusta relacionada com a perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria. Dessa forma, a exposição de motivos realça que o tratado *foi firmado com o objetivo principal de permitir que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição para o fim de atingir o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários.* Assim, continua a exposição, *cada sistema pagará ao beneficiário, pelos dispositivos do Acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país.*

O Acordo está dividido em cinco partes. A Parte I cuida das disposições gerais (Artigos 1 a 4); a II versa sobre disposições relativas à legislação aplicável (Artigo 5); a Parte III aborda as disposições sobre benefícios (Artigos 6 a 8); a IV, por sua vez, trata das disposições diversas (Artigos 9 a 20); e a V, por fim, ocupa-se das disposições finais e transitórias (Artigos 21 a 23).

Dos dispositivos convém destacar o que segue.

O Artigo 1 cuida das definições e estabelece, entre outras, que o termo “autoridade competente” significa, no caso do Brasil, o Ministério da Previdência Social e, para os Estados Unidos, o Comissário de Seguridade Social. Já a expressão “instituição competente” expressa, no Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social e, nos Estados Unidos, a Administração da Seguridade Social.

O campo pessoal de aplicação do Acordo está contemplado no Artigo 3, que prevê que ele será aplicado às pessoas que estão ou tenham estado sujeitas

mg2018-02183



SF/18500.89700-71





à legislação de um ou de ambos os Estados contratantes e outras pessoas quanto aos direitos derivados das pessoas mencionadas. Na sequência, o Artigo 4 assegura a igualdade de tratamento quanto à aquisição do direito a ou ao pagamento de benefícios, bem como a exportação de benefícios

O Artigo 5 cuida das disposições gerais de cobertura. Nesse sentido, versa sobre trabalhadores contratados por empresas, trabalhadores autônomos, trabalhadores em transporte aéreo e marítimo internacional e trabalhadores a serviço dos Estados contratantes. Já os Artigos 6 e 7 dedicam-se, respectivamente, aos benefícios aplicados nos EUA e no Brasil.

O Acordo se refere, também, às medidas administrativas (Artigo 9); à assistência mútua (Artigo 10); ao sigilo de informações compartilhadas (Artigo 11); ao sigilo de informações compartilhadas dos empregadores (Artigo 12); à documentação (Artigo 13); à correspondência e idioma (Artigo 14); aos requerimentos (Artigo 15); aos recursos e prazos (Artigo 16); à transmissão de requerimentos, notificações e recursos (Artigo 17); à moeda para pagamentos no âmbito do Acordo (Artigo 18); à resolução de controvérsias [consulta por via diplomática (Artigo 19)]; à possibilidade de acordos suplementares (Artigo 20).

No campo de suas disposições finais, o tratado fixa que não será conferido nenhum direito ao pagamento de benefício por qualquer período anterior à sua data de entrada em vigor ou a um pecúlio por morte se a pessoa faleceu antes da entrada em vigor do Acordo (Artigo 21). Na sequência, o texto trata da vigência e denúncia (Artigo 22) e da entrada em vigor (Artigo 23)

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

mg2018-02183



No tocante ao Acordo, inexistem defeitos no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Ainda em relação ao texto constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual maneira, no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

Considerando esse contexto, o Acordo em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente aos direitos de seguridade social de súditos seus quando em exercício de suas atividades laborais no território da outra Parte. Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos pelo Acordo serão os nacionais que, por tal ou qual motivo, trabalham fora de seu local de origem. Essa circunstância há de, por si só, incrementar o relacionamento amistoso entre as Partes na medida em que favorecem a aquisição de direitos por seus cidadãos.

Por fim, observamos que o texto do ato internacional em apreciação guarda semelhança com tratados de idêntica natureza que nos vincula a outras soberanias.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

mg2018-02183



SF/18500.89700-71





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 26/04/2018 às 09h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. MARTA SUPPLY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA
KÁTIA ABREU	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO COLLOR	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 10/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JORGE VIANA E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº24, de 2018, que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

RELATOR ADHOC: Senador José Medeiros

26 de Abril de 2018





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2018 (PDC nº 544, de 2016, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012.*

**RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA****I – RELATÓRIO**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 470, de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Praga, em 1º de novembro de 2012. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos EMI nº 00175/2015 MRE MF, assinada pelos então Ministros de Estado das Relações Exteriores, Mauro Luiz Iecker Vieira e da Fazenda, Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação e de Constituição





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

e Justiça e de Cidadania, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara, o projeto veio ao Senado Federal onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O Tratado em apreço visa, como assinala a Exposição de Motivos, a “promover a cooperação entre as Administrações Aduaneiras de cada Parte para assegurar a correta aplicação da legislação aduaneira, a segurança na logística do comércio internacional, a prevenção e a investigação e a repressão de ilícitos aduaneiros.”

O texto está versado em 21 artigos. O Artigo 1 define o sentido dos termos a serem utilizados no instrumento internacional. Determina, assim, que “administração aduaneira” significa, para a República Tcheca, a Direção-Geral de Aduanas, e para a República Federativa do Brasil, a Secretaria da Receita Federal do Brasil. A expressão “legislações aduaneiras” refere-se às disposições legais e administrativas aplicáveis ou exigíveis pelas Administrações Aduaneiras de uma Parte Contratante relacionadas à importação, exportação, transbordo, ao trânsito, armazenamento e à circulação de mercadorias, incluindo disposições legais e administrativas relativas a medidas de proibições, de restrição e de controle. A “infração” significa qualquer transgressão às legislações aduaneiras, enquanto que “cadeia logística do comércio internacional” significa todos os processos envolvidos na movimentação transfronteiriça de mercadorias do local de origem ao local de destinação final. O termo “pessoa” refere-se tanto à pessoa física quanto jurídica; e o “funcionário” é qualquer funcionário aduaneiro ou outro agente do governo designado por uma Administração Aduaneira. “Informação” significa quaisquer dados, processados ou não, analisados ou não, e documentos, relatórios e outras comunicações, em qualquer formato, incluindo eletrônico, ou cópias certificadas ou autenticadas destas. A Administração Aduaneira que requer assistência é chamada de “administração requerente”, enquanto que aquela cuja assistência é requerida é a “administração requerida”. Finalmente, o Artigo 1 define as “drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas” como os produtos na lista da Convenção Única das Nações Unidas relativa a Narcóticos, de 30 de março de 1961, na Convenção das Nações Unidas de Substâncias Psicotrópicas, de 21 de fevereiro de 1971; “precursores” referem-se às substâncias e seus sais mencionados nas listas I e II da Convenção das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 20 de dezembro de 1988; “Espécies CITES” significam as espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora silvestres





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

mencionadas na Convenção Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna e Flora Silvestres, de 3 de março de 1973; “dados pessoais” são as informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável e, finalmente, “autoridades policiais” significa, para a República Tcheca, a Polícia da República Tcheca e, para a República Federativa do Brasil, o Departamento de Polícia Federal.

O Artigo 2 exclui de seu âmbito a recuperação, no território da Parte Contratante requerida, de direitos aduaneiros, tributos ou quaisquer outros encargos que se originem no território da Parte Contratante requerente. Determina ainda que qualquer atividade realizada por uma Parte Contratante nos termos do Acordo estará em concordância com as disposições legais e administrativas dentro dos limites de competência e da disponibilidade de recursos de suas Administrações Aduaneiras, não afetando, outrossim, outros acordos internacionais que vinculem as Partes e nem inclui a previsão de assistência legal em matérias criminais incluídas no âmbito das autoridades judiciais. Estipula, ademais, que as disposições do presente ato internacional não deverão gerar direito de qualquer pessoa de obter, ou excluir qualquer evidência, ou de impedir a execução de um pedido.

O Artigo 3 define o âmbito da assistência aduaneira, no intuito de assegurar a aplicação adequada da legislação aduaneira e a prevenção, investigação e a repressão de infrações aduaneiras relacionadas a: a) arrecadação de direitos aduaneiros, bem como a correta valoração aduaneira das mercadorias e sua classificação tarifária; b) observância de medidas de proibição, restrição, de tributação preferencial ou de isenção relacionadas à importação, à exportação, ao trânsito de mercadorias ou a outros regimes aduaneiros; c) observância de regulamentos referentes às espécies CITES; d) aplicação das regras concernentes à origem das mercadorias; e) prevenção e repressão de infrações aduaneiras e tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas.

As informações a serem comunicadas por uma Parte à outra, seja a pedido ou por iniciativa própria, são aquelas relacionadas a: a) novas técnicas de coerção cuja eficácia tenha sido comprovada; b) novas tendências, métodos ou meios de se cometer infrações; c) mercadorias conhecidas por terem sido objeto de infrações aduaneiras, bem como métodos de armazenagem e de transporte usados em relação àquelas mercadorias; d) pessoas conhecidas por terem cometido infração aduaneira ou suspeitas de estar em vias de cometê-la; e) quaisquer outros dados que



SF/18910.48191-67





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

possam auxiliar a outra Administração Aduaneira com avaliação de risco para fins de controle e facilitação (Artigo 4).

O Artigo 5 permite que a administração requerente, caso tenha razão para duvidar da informação prestada pela administração requerida, solicite maiores informações sobre: a) se mercadorias importadas para o território da Parte requerente foram legalmente exportadas do território da Parte requerida; b) se mercadorias exportadas do território da Parte requerente foram legalmente importadas para o território da Parte Contratante requerida; c) se as mercadorias em trânsito no território de uma das Partes Contratantes transitaram legalmente. Se requerida, a informação deverá indicar os procedimentos aduaneiros, se houver, aos quais as mercadorias tiverem sido submetidas e, em particular, os procedimentos usados para desembarcá-las.

Entre os tipos especiais de assistência elencados pelo Artigo 6, encontram-se aqueles envolvendo informações sobre: a) pessoas conhecidas por terem cometido, ou serem suspeitas de virem a cometer, uma infração aduaneira no território da Parte requerente, particularmente aquelas que estão entrando e saindo do território da Parte requerida; b) mercadorias, seja em transporte ou armazenadas, que permitam à Administração Aduaneira Requerente suspeitar de tráfico ilícito em direção ao território aduaneiro de sua Parte Contratante; c) locais reconhecidamente usados ou suspeitos de estarem sendo usados em conexão com o cometimento de uma infração aduaneira no território da Parte Contratante requerente; d) meios de transporte reconhecidamente usados ou suspeitos de estarem sendo usados para se cometer uma infração aduaneira no território da Parte requerente; e e) atividades que poderiam estar ligadas ao tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas. Caso pedidas, a Parte requerida deverá fornecer à requerente informações de pessoas que reconhecidamente cometeram ou suspeitas de vir a cometer uma infração aduaneira no território da outra Parte.

Segundo determina o Artigo 7 a Administração Aduaneira de uma Parte deverá fornecer à outra Parte, por iniciativa própria ou a pedido, informação a respeito de atividades planejadas, em curso ou concluídas, que forneçam presunções razoáveis que façam acreditar que uma infração aduaneira tenha sido cometida ou será cometida no território da outra Parte. Ademais, determina que, nos casos que possam envolver dano substancial à economia, à saúde pública, à segurança pública, incluindo a segurança da cadeia logística do comércio internacional ou outros interesses vitais de uma



SF/18910.48191-67





6

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Parte Contratante, a Administração Aduaneira daquela Parte Contratante deverá, sempre que possível, fornecer assistência por sua própria iniciativa, sem demora.

O Artigo 8 determina que a administração requerida deverá, a pedido, fornecer informação para auxiliar a administração requerente na aplicação adequada das legislações aduaneiras.

Os procedimentos para a comunicação de pedidos estão contidos no Artigo 9, que estipula que os pedidos de assistência serão comunicados diretamente entre as Administrações Aduaneiras, devendo cada Administração designar um funcionário de enlace para este propósito. Os pedidos serão feitos por escrito ou por meios técnicos de comunicação, no idioma oficial da Parte requerida ou em inglês e acompanhados de informações como a matéria em questão, o tipo de assistência requerida e as razões do pedido. A administração requerida, respeitadas as disposições legislativas e administrativas domésticas, deverá observar a metodologia ou procedimento porventura solicitado pela administração requerente. A administração requerente poderá solicitar os originais de arquivos e documentos à requerida, somente em circunstâncias extraordinárias, se as cópias autenticadas e certificadas forem insuficientes. Nesse caso, a administração requerida fornecerá os documentos, desde que a requerente concorde em cumprir todas as condições e os requisitos especificados pela requerida. Caso sejam transmitidos, os originais deverão ser devolvidos o mais breve possível (Artigo 10).

O Artigo 11 diz respeito à execução de pedidos. Dispõe que se a administração requerida não tiver a informação solicitada ela deverá, de acordo com suas disposições legais e administrativas, prontamente transmitir o pedido à agência adequada ou indicar quais são as autoridades competentes. A administração requerida conduzirá, a pedido da requerente, de acordo com sua legislação nacional, toda investigação necessária, cujos resultados serão comunicados, o mais breve possível, à administração requerente.

O Artigo 12 versa sobre os peritos e testemunhas, estipulando que a Administração Aduaneira requerida poderá, a pedido, autorizar seus funcionários a comparecer perante juiz ou tribunal no território da Parte requerente, como peritos ou testemunhas em matérias relacionadas à



SF/18910.48191-67





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

aplicação da legislação aduaneira. O pedido deverá indicar em que caso e em que condição os funcionários comparecerão.

O Artigo 13 trata da presença de funcionários no território aduaneiro da outra Parte Contratante, mediante a autorização da Administração Aduaneira requerida, quando seus funcionários estiverem investigando infrações aduaneiras que forem relacionadas com a Parte requerente, e permitindo a sua presença nas investigações. Sua presença será apenas em caráter consultivo e sem qualquer poder legal ou investigativo.

Tais funcionários deverão estar aptos, a qualquer momento, a provar sua condição oficial. Não usarão uniformes e nem portarão armas. Enquanto no território da outra Parte, os funcionários deverão ser responsáveis por qualquer infração que venham a cometer, e deverão usufruir, na medida prevista pela legislação doméstica daquela Parte Contratante, da mesma proteção concedida a seus próprios funcionários.

O Artigo 14 trata do uso da informação, dispondo que qualquer informação comunicada sob o Acordo poderá ser utilizada apenas pelos funcionários competentes e para os fins e sob os termos nele estabelecidos. Poderão ser usadas para outros fins somente com o consentimento escrito da Administração Aduaneira que as forneceu, e se sujeitarão a todas as restrições estipuladas por aquela Administração Aduaneira. Determina, ademais, que qualquer informação comunicada deverá estar sujeita à mesma proteção e sigilo a que se confere a informação da mesma natureza sob as normas internas da Parte requerida. Contudo, as disposições acima referidas não serão aplicadas aos casos referentes a infrações relativas a narcóticos, substâncias psicotrópicas, precursores e espécies CITES. Tais informações poderão ser comunicadas a outras autoridades da Parte Contratante requerente diretamente envolvidas no combate ao tráfico de drogas e espécies CITES. As infrações relacionadas à saúde pública, ordem pública, segurança estatal ou à proteção ambiental da Parte Contratante que recebeu as informações poderão ser transmitidas às autoridades governamentais competentes. Quando uma das Partes desejar utilizar a informação recebida em procedimentos judiciais ou administrativos em função de infrações às legislações aduaneiras, deverá obter o prévio consentimento escrito da Administração Aduaneira que a forneceu. A informação obtida poderá ser usada como prova em registros de provas, relatórios e testemunhos; e em procedimentos judiciais e em acusações levadas perante os tribunais.



SF/18910.48191-67





8

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Artigo 15, sobre proteção de dados pessoais, dispõe que tal proteção estará sujeita à legislação em vigor nos territórios das Partes Contratantes. São elencadas as seguintes ressalvas: a) os dados pessoais obtidos pela Administração Aduaneira requerente somente poderão ser utilizados para os fins do Acordo. A administração requerida poderá, inclusive, estabelecer condições para a sua utilização, o que deverá ser respeitado pela administração requerente; b) os dados pessoais não serão fornecidos se o uso pretendido for contrário às disposições legais de uma das Partes Contratantes. A administração requerida poderá solicitar à administração requerente que informe o uso que fez dos dados fornecidos e os resultados alcançados; c) a administração requerente comunicará o dado pessoal apenas às autoridades policiais, promotoria pública e autoridades judiciais. A informação não será comunicada a outras autoridades a não ser que a administração requerida concorde expressamente e que a legislação não o proíba; d) caberá à administração requerida determinar a validade e precisão dos dados pessoais a serem fornecidos, atentando para os dados incorretos ou de conteúdo reservado que porventura tenham sido fornecidos e informando a administração requerente deste fato; e) juntamente com os dados pessoais, a administração requerida fornecerá o prazo final para a eliminação deles, de acordo com a sua legislação; e a requerente eliminará tal informação logo que a finalidade para a qual a informação tenha sido solicitada deixe de existir; f) a pessoa cujos dados tenham sido transferidos será notificada a esse respeito, desde que a lei da Parte requerida não o vede. Em caso de interesse público, essa informação não será fornecida; g) caberá às Autoridades Aduaneiras manter os registros de dados pessoais fornecidos ou recebidos; h) também a elas caberá adotar medidas que assegurem que os dados pessoais não estarão expostos a acesso não autorizado ou incidental, procedimentos não autorizados ou a mau uso; i) o manuseio de tais dados será supervisionado em conformidade com a legislação em vigor no território das Partes Contratantes.

O Artigo 16 resguarda a soberania, as leis e obrigações decorrentes de tratados, a segurança, a saúde pública, a ordem pública, as atividades de combate ao crime, ou qualquer outro interesse substantivo doméstico da Parte requerida, bem como seus interesses comerciais ou profissionais legítimos. Assim, se a assistência prejudicar quaisquer desses interesses da Parte requerida, tal assistência poderá ser recusada por ela, ou ficar sujeita a quaisquer termos ou condições que ela possa exigir. Se a administração requerente estiver sem condições de atender a um pedido similar feito pela administração requerida, ela deverá destacar tal fato em seu pedido, cujo atendimento ficará a critério da administração requerida. A



SF/18910.48191-67



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

assistência poderá ainda ser adiada se houver razões para se acreditar que ela interferirá em investigação, demanda judicial ou procedimentos em curso, ou negada se a Administração requerida considerar que o esforço necessário ao cumprimento do pedido é desproporcional ao benefício esperado para a administração requerente. Nesse caso, as razões para a recusa ou adiamento deverão ser explicitadas.

O Artigo 17 veda a reivindicação, pelas Partes Contratantes, do reembolso de despesas resultantes do Acordo sob exame, exceto em caso de despesas de natureza substancial e extraordinária, quando as Partes deverão realizar consultas a fim de determinar os termos e condições sob os quais o pedido será atendido.

Com a finalidade da implementação do avençado, as Administrações Aduaneiras deverão comunicar-se diretamente e enviar esforços, por acordo mútuo, para solucionar problemas ou questionamentos que surgirem da interpretação ou implementação do ato internacional ora sob exame. Contudo, os conflitos para os quais não forem encontradas soluções pelas Administrações Aduaneiras deverão ser resolvidos pela via diplomática (Artigo 18).

Os Artigos 19, 20 e 21 contêm as cláusulas de praxe dos tratados internacionais, como a aplicação nos territórios das Partes Contratantes (Artigo 19); entrada em vigor mediante notificação de que os requisitos legais nacionais para a vigência foram cumpridos (Artigo 20); denúncia mediante notificação escrita pela via diplomática (Artigo 21) e a possibilidade de revisão, quando necessário ou após cinco anos de sua entrada em vigor (Artigo 22), a não ser que as Partes estimem não ser necessária a revisão.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de instrumento internacional da maior relevância. Acordos desta natureza que, como bem assinala a Exposição de Motivos ministerial, estabelecem o intercâmbio de informações entre aduanas, constituem instrumentos importantes para a facilitação do comércio, além de atuarem como ferramentas valiosas contra a fraude no comércio internacional. Tais acordos também contribuem para os esforços de modernização de métodos e processos aduaneiros das Partes, por preverem



SF/18910.48191-67





10

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

troca de experiências, meios e métodos que se mostraram eficazes na execução das atividades do setor.

O Acordo sob exame prevê a troca de informações entre as autoridades aduaneiras das Partes Contratantes sobre assuntos de sua competência, tais como valoração aduaneira, regras de origem, classificação tarifária e regimes aduaneiros. Ademais, conforme estipula o Artigo 3, as Partes se comprometem a intercambiar informações que ajudem a assegurar a aplicação adequada da legislação aduaneira e a prevenção, investigação e repressão de infrações aduaneiras relacionadas a tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas e à observância de regulamentos referentes às espécies ameaçadas, conforme a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora e da Fauna Silvestres - CITES.

É patente o interesse brasileiro nesse tipo de instrumento internacional bilateral, voltado à criação de mecanismos de troca de informações que nos auxiliem no combate ao tráfico de drogas, particularmente em vista dos gravíssimos problemas enfrentados pelo País no campo da segurança.

É importante assinalar que o instrumento em apreço resguarda a soberania nacional, ao prever que, em determinadas circunstâncias, a assistência solicitada poderá ser recusada pela Administração Aduaneira requerida, quando essa considerar que a assistência possa atentar contra a soberania, as leis e os compromissos contratuais, a segurança, as políticas públicas ou outros interesses nacionais fundamentais, ou ainda quando possa ser prejudicial a quaisquer interesses comerciais ou profissionais legítimos de seu país.

Ademais, o presente Acordo coaduna-se perfeitamente com o momento histórico em curso, cujo cenário globalizado requer estreita cooperação entre os países na troca de informações para a facilitação do comércio, a repressão dos ilícitos aduaneiros e o combate ao crime de tráfico de drogas e de espécies da flora e da fauna silvestres.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca sobre



SF/18910.48191-67





11

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, assinado em Praga, em 1º de novembro de 2012, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





12

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 26/04/2018 às 09h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTE
EDISON LOBÃO	1. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. MARTA SUPPLY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA
KÁTIA ABREU	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA
Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES
Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
FERNANDO COLLOR	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 24/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JOSÉ MEDEIROS E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº28, de 2018, que Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

RELATOR ADHOC: Senador José Medeiros

26 de Abril de 2018





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2018 (PDC nº 603, de 2017, na origem), da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.*



SF/18056.99185-46

RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 28, de 2018, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 581, de 20 de outubro de 2016, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com relação a Aruba, assinado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, destaca, de início, que o Ministério das Relações Exteriores negociou o tratado pelo Brasil em conjunto com a então Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

O documento esclarece, ainda, que o Acordo *tem o fito de incrementar os laços de amizade, entendimento e cooperação entre os dois países signatários, consequências esperadas do estabelecimento de um marco legal para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e de Aruba.*





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O texto ministerial registra, também, que o referido ato internacional — composto de preâmbulo, 24 artigos e Anexo (Quadro de Rotas) — contribuirá *para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras*. O discurso preambular do Acordo, por sua vez, assinala o desejo das Partes de contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional.

O Artigo 1 cuida das definições e estabelece, entre outras, que o termo “Autoridade aeronáutica” significa, no caso do Brasil, a ANAC e, para Aruba, o Departamento de Aviação Civil; ou, em ambos os casos, qualquer outra autoridade ou pessoa autorizada a executar as funções exercidas pelas autoridades referidas.

A concessão de direitos está contemplada no Artigo 2 (p. ex.: direito de sobrevoar seu território sem pousar; o direito de fazer escalas no território da outra Parte, para fins não comerciais), que também determina que nenhum dispositivo do mencionado artigo será considerado como concessão a uma empresa aérea designada de uma Parte do direito de embarcar, no território da outra Parte, passageiros, bagagem, carga e mala postal mediante remuneração e destinados a outro ponto do território dessa outra Parte.

Na sequência, o Artigo 3 versa sobre designação e autorização. Nesse sentido, cada Parte designa por escrito à outra Parte, por meio dos canais diplomáticos, a(s) empresa(s) aérea(s) para operar os serviços acordados. O dispositivo seguinte trata da negação, revogação e limitação da autorização. O Artigo 5, por sua vez, dispõe sobre a legislação aplicável no tocante à entrada, permanência ou saída da aeronave do território de uma das Partes. O texto estabelece que se empregam as leis e os regulamentos da Parte em cujo território se encontra o avião.

O Artigo 6 cuida do reconhecimento de certificados de aeronavegabilidade e de habilitação, como também de licenças. No ponto que aborda a segurança operacional (Artigo 7), está estipulado que cada Parte poderá solicitar, a qualquer momento, a realização de consultas sobre as normas de segurança operacional aplicadas pela outra Parte nos aspectos relacionados com as instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações de aeronaves. O texto estabelece como padrão mínimo os estabelecidos pela Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), de 1944.

O Acordo estipula, por igual, sobre segurança de aviação (Artigo



SF/18056.99185-46





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

8). O dispositivo determina a obrigação mútua de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita. Há, ainda, determinação de que as Partes atuarão em conformidade com as convenções internacionais que elenca (Artigo 8, 1), bem assim com as disposições sobre segurança da aviação e as práticas recomendadas apropriadas, estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Esse artigo prescreve, também, que no caso de não cumprimento por uma Parte de suas disposições sobre segurança, as autoridades aeronáuticas da outra Parte poderão solicitar consultas imediatas e no caso de não se chegar a entendimento satisfatório, a Parte que acionou o mecanismo de consulta poderá negar, revogar, suspender ou impor condições sobre as autorizações da(s) empresa(s) aérea(s) designadas pela outra Parte.

O tratado possui dispositivo (Artigo 9) que versa sobre as tarifas aeronáuticas. Os Artigos 10 e 11 ocupam-se, respectivamente, dos direitos alfandegários e da capacidade a ser ofertada pelas empresas aéreas designadas pelas Partes.

Na sequência, o Acordo cuida dos preços cobrados por serviços aéreos, com base em considerações comerciais próprias do mercado e sem sujeição a aprovação (Artigo 12). O Artigo 13, por sua vez, trata da concorrência. Os demais dispositivos aludem à conversão de divisas e remessa de receitas (Artigo 14); às atividades comerciais (Artigo 15); às estatísticas (Artigo 16); à aprovação de honorários (Artigo 17); às consultas (Artigo 18); à solução de controvérsias (Artigo 19); à possibilidade de emendas ao Acordo (Artigo 20); a eventuais acordos multilaterais posteriores (Artigo 21); à possibilidade de denúncia (Artigo 22); ao registro do Acordo na OACI (Artigo 23); e à sua entrada em vigor (Artigo 24).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).



SF/18056.99185-46





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

No tocante ao Acordo, inexistem vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF). Ainda em relação ao texto constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual maneira, no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, IX).

Considerando esse contexto, o tratado em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente aos serviços de transporte aéreo entre as Partes para facilitar a continuação dessa relação mutuamente benéfica. Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos pelo Acordo serão os usuários do transporte público por aeronaves de passageiros, bagagem, carga e mala postal. Essa circunstância há de, por si só, incrementar a economia, o comércio e o turismo entre as Partes.

Por fim, observamos que o texto do ato internacional em apreciação quarta absoluta semelhança com tratados de idêntica natureza que nos vincula a outras soberanias.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18056.99185-46





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 26/04/2018 às 09h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. MARTA SUPPLY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA
KÁTIA ABREU	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 28/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR JOSÉ MEDEIROS E APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº31, de 2018, que Aprova o texto do Código Aduaneiro do Mercosul, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Jorge Viana

RELATOR: Senadora Ana Amélia

26 de Abril de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2018 (PDC nº 708, de 2017, na origem), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.*

Relator: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 199, de 2016, submete ao Congresso Nacional o texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL, celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010. Acompanha o referido texto a Exposição de Motivos Ministerial nº 00091/2016 MRE/MF/MDIC, datada de 5 de maio de 2016.

Por força do disposto no artigo 3º, inciso I e no artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 1, de 2011-CN, a referida Mensagem Presidencial foi inicialmente apreciada e aprovada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o projeto de decreto legislativo dela decorrente. A matéria foi, em seguida, apreciada pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SF/18115.17919-00



Aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, nos termos do parecer do relator, Deputado Milton Monti, foi o texto em exame por igual acatado pelas comissões de Finanças e Tributação, que opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que decidiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara, vindo ao Senado Federal, onde foi encaminhado a esse colegiado e a mim distribuído para relatar.

O Código Aduaneiro do MERCOSUL foi adotado por meio da Decisão Nº 27/10 do Conselho do Mercado Comum, durante a XXXIX reunião daquele órgão, realizada em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.

O Código está versado em 181 (cento e oitenta e um) artigos, divididos em 14 (quatorze) títulos.

O Título I, dividido em dois capítulos, apresenta as disposições preliminares, como âmbito de aplicação e território aduaneiro e as definições básicas. O Capítulo I dispõe que a legislação aduaneira do Mercosul será aplicada à totalidade do território dos Estados Partes e aos enclaves concedidos a seu favor, regulando, portanto, o comércio internacional dos países membros do bloco com terceiros países ou agrupamentos de países. Porém a legislação aduaneira do Mercosul não será aplicada aos enclaves concedidos em favor de terceiros países ou blocos de países.

Nos aspectos não regulados especificamente pelo presente Código, as legislações aduaneiras de cada Estado Parte serão aplicáveis supletivamente, dentro de suas respectivas jurisdições. As normas Mercosul já editadas sobre matéria aduaneira que não contrariem as disposições do Código manterão sua validade, assim como os tratados internacionais que se encontrem vigentes em cada Estado Parte na data da sua entrada em vigor.



SF/181.15.17919-00



O Capítulo II trata das definições básicas para os efeitos do Código. Nesse sentido, o Artigo 3º define os termos a serem utilizados ao longo do texto, tais como “análise documental” (o exame da declaração e dos documentos complementares, para efeitos de constatar a exatidão e a correspondência dos dados neles consignados); “controle aduaneiro” (conjunto de medidas aplicadas pela Administração Aduaneira, no exercício de suas competências, para assegurar o cumprimento da legislação); “declaração de mercadoria” (declaração realizada de modo prescrito pela Administração Aduaneira, mediante a qual se indica o regime aduaneiro que deverá ser aplicado, fornecendo-se todos os dados que sejam requeridos para a aplicação de tal regime); “declarante” (toda pessoa que realiza ou em cujo nome seja realizada uma declaração de mercadoria), e demais expressões afetas à atividade aduaneira. Assinale-se que, por se tratar de legislação reguladora de uma união aduaneira – o Mercosul – os termos “exportação” ou “importação” referem-se à saída ou entrada de mercadoria considerando todo o território aduaneiro do Mercosul.

O Capítulo III elenca três tipos de zonas aduaneiras.

A zona primária aduaneira é constituída pela área terrestre ou aquática, ocupada pelos portos, aeroportos, pontos de fronteira e suas áreas adjacentes e outras áreas do território aduaneiro, delimitadas e habilitadas pela Administração Aduaneira, onde se efetua o controle da entrada, permanência, saída ou circulação de mercadorias, meios de transporte e pessoas.

A zona secundária aduaneira é a parte do território aduaneiro não compreendida na zona primária aduaneira. Já a zona de vigilância aduaneira especial é a parte da zona secundária aduaneira especialmente delimitada para assegurar um melhor controle aduaneiro e na qual a circulação de mercadorias se encontra submetida a disposições especiais de controle em virtude de sua proximidade da fronteira, dos portos ou dos aeroportos internacionais.

A zona de vigilância aduaneira especial é a parte da zona secundária aduaneira especialmente delimitada para assegurar um melhor controle aduaneiro e na qual a circulação de mercadorias se encontra submetida a disposições especiais de controle em virtude de sua proximidade da fronteira, dos portos ou dos aeroportos internacionais.



SF/18115.17919-00



O Título II – Sujeitos Aduaneiros –, define as competências da Administração Aduaneira, órgão nacional de cada Estado Parte ao qual compete aplicar as disposições da legislação aduaneira. Entre as competências a ele atribuídas, estão a de exercer o controle e a fiscalização aduaneira; emitir normas ou resoluções para a aplicação da legislação aduaneira; aplicar as normas emanadas dos órgãos competentes, em matéria de proibições ou restrições à importação e à exportação de mercadorias; determinar, arrecadar e fiscalizar os tributos aduaneiros; habilitar áreas para a realização de operações aduaneiras; autorizar, registrar e controlar o exercício da atividade das pessoas habilitadas para intervir em destinos e operações aduaneiros; autorizar a restituição de tributos aduaneiros; exercer a vigilância aduaneira, a prevenção e a repressão dos ilícitos aduaneiros; participar em todas as instâncias negociadoras internacionais referentes à atividade aduaneira e nos fóruns específicos do Mercosul; organizar bancos de dados, sem prejuízo das demais competências decorrentes de legislação complementar.

Estabelecidas as competências gerais, passa-se a delinear as competências atribuídas à Administração Aduaneira em cada uma das zonas aduaneiras. Na zona aduaneira primária a Administração Aduaneira poderá, sem necessidade de autorização judicial ou de qualquer outra natureza, fiscalizar mercadorias, meios de transporte e de carga e de pessoas e, em caso de flagrante delito, efetuar a prisão dos agentes e colocá-los à disposição das autoridades competentes. Poderá ainda reter e apreender mercadorias e meios de transporte, unidades de carga e documentos de caráter comercial ou de qualquer natureza, vinculados ao comércio internacional de mercadorias e inspecionar depósitos, escritórios, estabelecimentos comerciais e outros locais ali situados. Na zona secundária aduaneira prevê-se o exercício das mesmas atribuições elencadas no Artigo 8º pela Administração Aduaneira, devendo esta solicitar, quando exigível de acordo com a legislação de cada Estado Parte, prévia autorização judicial. Por fim, na zona de vigilância aduaneira especial a Administração Aduaneira goza de prerrogativas além daquelas previstas para a zona secundária aduaneira, podendo adotar medidas específicas de vigilância com relação aos locais e estabelecimentos ali situados quando a natureza, o valor ou a quantidade de mercadoria as tornarem aconselháveis; controlar a circulação de mercadorias, meios de transporte, unidades de carga e pessoas e determinar as rotas de ingresso na zona primária aduaneira e de saída desta; submeter a circulação de determinadas mercadorias a regimes especiais de controle e estabelecer áreas nas quais a permanência e a circulação de mercadorias, meios de transporte e unidades de carga estejam sujeitos a autorização prévia.



SF/18115.17919-00



O Artigo 11 estabelece a precedência da Administração Aduaneira sobre os demais órgãos da Administração Pública em zona primária aduaneira, podendo requerer o auxílio de força pública. Estão previstas também a assistência recíproca e a presunção de validade dos atos administrativos exarados pela Administração Aduaneira de um Estado Parte no território aduaneiro do Mercosul.

O Artigo 14 do Capítulo II define as pessoas vinculadas à atividade aduaneira como sendo as que trabalham em operações vinculadas a destinos e operações aduaneiros. Esses agentes se regerão pela legislação interna de cada Estado Parte no que diz respeito a requisitos referentes a habilitação e atuação e responsabilidades, sanções de caráter administrativo, disciplinar e pecuniário; além de regularem as normas de representação por instrumento de procuração. Àquelas pessoas vinculadas à atividade aduaneira poderão ser instituídos regimes simplificados de controle aduaneiro, bem como outras facilidades determinadas em normas tributárias.

O Artigo 16 define os conceitos de importador e exportador. O art. 17, o conceito de despachante aduaneiro.

O Artigo 18 define outras pessoas vinculadas à atividade aduaneira, quais sejam, o depositário de mercadorias, o transportador, o agente de transporte, o agente de carga, o provedor de bordo e o operador postal.

O Título III disciplina o ingresso da mercadoria no território aduaneiro. O Artigo 19 determina que mercadorias, bem como meios de transporte que ingressem no território do Mercosul submetem-se ao disposto no Código Aduaneiro e em suas normas regulamentares, exceto quando se tratar de meio de transporte que se utilize do espaço aéreo ou das águas territoriais com destino diverso dos Estados Partes. Entretanto, havendo fundadas suspeitas, mesmo esses casos podem ser submetidos à fiscalização prevista no regime alfandegário único do Mercosul, com base em análise de risco ou indícios de infração à legislação aduaneira.

O art. 20 estabelece condições para o ingresso de mercadorias e meios de transporte e unidades de carga que somente poderá ser efetuado nos sítios e horários estabelecidos pela Administração Aduaneira. O Capítulo II trata da “Declaração de Chegada e Descarga da Mercadoria”. Estabelece normas referentes à documentação obrigatória para a descarga da mercadoria no local de chegada.



SF/18115.17919-00



A descarga da mercadoria – comumente conhecida no Brasil como desembaraço aduaneiro – corresponde ao conjunto de procedimentos exigidos para que o importador possa retirar sua mercadoria da zona aduaneira e inclui a conferência da veracidade dos documentos e sua correlação com o material importado, a verificação do recolhimento dos respectivos tributos, entre outras ações.

O Capítulo III – “Depósito Temporário de Importação” – regula o depósito de mercadorias e as condições de seu acondicionamento, enquanto aguardam providências destinadas a seu desembaraço. Trata também do destino de mercadorias avariadas, deterioradas ou destruídas, sem documentação e em outras situações de irregularidade.

O Título IV dispõe sobre os “Destinos Aduaneiros de Importação” e estabelece os regimes de importação a que se submeterão as mercadorias que ingressarem no território do Mercosul. A regra geral seria a inclusão em um regime aduaneiro de importação, conforme dispõe o Artigo 35, inciso 1, letra (a); as exceções são os regimes de retorno ao exterior (reembarque), abandono ou destruição. Os critérios serão definidos posteriormente por meio de legislação regulamentadora.

O Capítulo II – “Inclusão em Regime Aduaneiro de Importação” –, trata de detalhar os regimes aduaneiros de importação, que são os seguintes:

- a) Importação definitiva;
- b) Admissão temporária para reexportação no mesmo estado;
- c) Admissão temporária para aperfeiçoamento ativo;
- d) Transformação sob controle aduaneiro;
- e) Depósito aduaneiro;
- f) Trânsito aduaneiro.

Os dispositivos seguintes tratam da apresentação da declaração de mercadoria, que será apresentada por meio de transmissão eletrônica de dados; da documentação complementar e do despacho aduaneiro, exame preliminar da declaração de mercadoria, responsabilidade do declarante, inalterabilidade, cancelamento ou anulação da declaração, faculdades de controle da Administração Aduaneira, seletividade e verificação da mercadoria, inclusive com a presença do interessado, custos de transporte, extração de amostras e uso de pessoal especializado.



SF/18115.17919-00



Seguem-se importantes definições no tocante aos regimes de importação. A importação definitiva (Artigo 51) é o regime pelo qual a mercadoria importada pode ter livre circulação no território aduaneiro, mediante o prévio pagamento dos tributos aduaneiros de importação quando aplicáveis e o cumprimento de todas as formalidades aduaneiras.

A admissão temporária para reexportação no mesmo estado (Artigo 53) é o regime pelo qual a mercadoria é importada com finalidade e prazo determinados, com a obrigação de ser reexportada no mesmo estado, salvo sua depreciação pelo uso normal, sem pagamento ou com pagamento parcial dos tributos aduaneiros que incidem sobre a importação definitiva, com exceção das taxas. Ao ser reexportada, tal mercadoria estará isenta de tributos.

Já a admissão temporária para aperfeiçoamento ativo é o regime pelo qual a mercadoria é importada sem pagamento dos tributos aduaneiros, com exceção das taxas, para ser destinada a determinada operação de transformação, elaboração, reparo ou outra autorizada e à posterior reexportação sob a forma de produto resultante, em prazo determinado (Artigo 56).

A transformação sob controle aduaneiro é o regime pelo qual a mercadoria é importada sem pagamento dos tributos aduaneiros, com exceção das taxas, para ser submetida, sob controle aduaneiro, dentro do prazo autorizado, a operações que modifiquem sua espécie ou seu estado para posterior importação definitiva em condições que impliquem um montante de tributos aduaneiros inferior ao que seria aplicável sobre a mercadoria originalmente importada (Artigo 64).

Pelo regime de depósito aduaneiro a mercadoria importada ingressa em um depósito aduaneiro, sem pagamento dos tributos aduaneiros, com exceção das taxas, para posterior inclusão em outro regime aduaneiro (Artigo 67).

No retorno ao exterior a mercadoria sai sob controle aduaneiro, sem o pagamento de tributos aduaneiros nem a aplicação de proibições ou restrições de caráter econômico, da mercadoria ingressada no território aduaneiro que se encontre em condição de depósito temporário de importação ou sob o regime de depósito aduaneiro, de acordo com o estabelecido nas normas regulamentares, sempre que não haja sofrido alterações em sua natureza (Artigo 71).



A exemplo do dispositivo que trata da entrada de bens, o Título V, que dispõe sobre a saída da mercadoria do território aduaneiro, determina que a saída das mercadorias, meios de transporte e unidades de carga do território aduaneiro está sujeita a controle, vigilância e fiscalização por parte da Autoridade Aduaneira.

Pelo Título VI – “Destino Aduaneiro de Exportação” –, determina o Código em análise que se aplicam às mercadorias exportadas pelo Mercosul os seguintes regimes aduaneiros:

- a) Exportação definitiva;
- b) Exportação temporária para reimportação no mesmo estado;
- c) Exportação temporária para aperfeiçoamento passivo; ou
- d) Trânsito aduaneiro.

O regime de exportação definitiva permite a saída do território aduaneiro, com caráter definitivo, da mercadoria de livre circulação, sujeita ao pagamento dos tributos aduaneiros sobre a exportação quando aplicáveis e ao cumprimento de todas as formalidades aduaneiras exigíveis (Artigo 81).

A exportação temporária para reimportação no mesmo estado é o regime pelo qual a mercadoria de livre circulação é exportada com finalidade e por prazo determinados, com a obrigação de ser reimportada no mesmo estado, salvo sua depreciação pelo uso normal, sem pagamento dos tributos aduaneiros incidentes sobre a exportação definitiva, com exceção das taxas (Artigo 83).

A exportação temporária para aperfeiçoamento passivo é definida como o regime pelo qual a mercadoria de livre circulação é exportada sem pagamento dos tributos aduaneiros, com exceção das taxas, para ser submetida a uma operação de transformação, elaboração, reparo ou outra autorizada, e à posterior reimportação sob a forma de produto resultante, em prazo determinado, sujeita aos tributos incidentes na importação somente sobre o valor agregado no exterior (Artigo 86).

Finalmente, no Título VII (“Trânsito Aduaneiro”), o Artigo 91 descreve o trânsito aduaneiro como o regime comum à importação e à exportação pelo qual a mercadoria circula pelo território aduaneiro, sob controle aduaneiro, de uma Aduana de partida a outra de destino, sem pagamento dos tributos aduaneiros nem aplicação de restrições de caráter econômico.



O Artigo 92 apresenta as modalidades do regime de trânsito aduaneiro: de uma Aduana de entrada a uma Aduana de saída; de uma Aduana de entrada a uma Aduana interior; de uma Aduana interior a uma Aduana de saída e de uma Aduana interior a outra Aduana interior.

O Código em análise prevê a existência de regimes de tributação diferenciados, em função das características dos bens ou serviços. São eles os regimes destinados a bagagens; pertences de tripulantes; provisões de bordo; franquias diplomáticas; remessas postais internacionais; amostras; remessas de assistência e salvamento; comércio fronteiriço; contêineres; meios de transporte comerciais; retorno de mercadoria; remessas em consignação e substituição de mercadoria. Prevê, ademais, que os órgãos competentes do Mercosul poderão estabelecer outros regimes aduaneiros especiais além daqueles acima elencados.

As “Áreas com Tratamentos Aduaneiros Especiais” são tratadas no Título IX. A zona franca é definida como uma parte do território dos Estados Partes na qual as mercadorias introduzidas serão consideradas como se não estivessem dentro do território aduaneiro, no que respeita aos impostos ou direitos de importação. Assim, a entrada de mercadorias na zona franca e a sua saída desta serão regidas pela legislação que regula a importação e a exportação, respectivamente. Segundo o Artigo 129, a saída de mercadoria do restante do Território Aduaneiro com destino a uma zona franca será considerada exportação e estará sujeita às normas que regulam o regime de exportação solicitado.

Em seguida, o Artigo 131 define as Áreas Aduaneiras Especiais, que são a parte do território aduaneiro na qual se aplica um tratamento mais favorável que o vigente no resto do território aduaneiro; e o Artigo 132 apresenta a definição das lojas francas, que são estabelecimentos localizados em zona primária, destinados a comercializar mercadoria para consumo de viajantes, sem o pagamento dos tributos incidentes ou relativos à importação ou exportação. Tais lojas podem funcionar também, quando autorizadas pela autoridade competente, a bordo de meios de transporte aéreo, marítimo e fluvial de passageiros, que cubram rotas internacionais.

O Título X – “Disposições Comuns à Importação e à Exportação” – trata das medidas que proíbem ou restringem de forma permanente ou transitória a introdução ou retirada de determinadas mercadorias no ou do território aduaneiro. As proibições e restrições serão de caráter econômico ou não econômico, de acordo com sua finalidade preponderante.



SF/18115.17919-00



Os demais capítulos tratam de aspectos formais, sendo interessante ressaltar, dada a assimetria existente entre os países membros do Mercosul no tocante à informatização, que o Artigo 148 determina que as Administrações Aduaneiras utilizarão sistemas informatizados e meios de transmissão eletrônica de dados no registro das operações aduaneiras. Ressalva, porém, os casos em que os sistemas informatizados não estejam disponíveis, quando serão utilizados meios alternativos, de acordo com as normas regulamentares.

O presente Código privilegia a troca de informações e documentos entre as Administrações Aduaneiras e entre estas e as pessoas vinculadas à atividade aduaneira, por meio eletrônico (Artigo 149), desde que observados os devidos procedimentos de segurança. A assinatura digital ou eletrônica certificada equivale, para todos os efeitos legais, à assinatura dos servidores aduaneiros e das pessoas vinculadas à atividade aduaneira (Artigo 151) e a informação transmitida eletronicamente por meio de um sistema informatizado autorizado pela Administração Aduaneira será admissível como meio de prova nos processos administrativos e judiciais (Artigo 152).

O Capítulo VII define o que seja “transbordo”, que consiste na transferência de mercadoria de um meio de transporte a outro, sob controle aduaneiro, sem pagamento dos tributos aduaneiros nem aplicação de restrições de caráter econômico (Artigo 155).

O Título XI versa sobre os tributos aduaneiros. Determina, por meio do Artigo 157, que tributos aduaneiros estão sendo regulados, a saber:

1. O imposto ou direito de importação, cujo fator gerador é a importação definitiva de mercadoria para o território aduaneiro; e
2. As taxas, cujo fato gerador é a atividade ou serviço realizados ou postos à disposição pela Administração Aduaneira, em uma importação ou exportação.

Poderão, tais tributos, ser *ad valorem* (quando expressos em porcentagem do valor aduaneiro da mercadoria), específicos (quando expressos em montantes fixados por unidade de medida da mercadoria) ou uma combinação das duas modalidades acima.



O Artigo 160 apresenta definição de “obrigação tributária aduaneira”, conceituando-a como o vínculo de caráter pessoal que nasce com o fato gerador estabelecido por este Código e que tem por objeto o pagamento dos tributos aduaneiros.

Para a determinação do imposto de importação, o Artigo 163 aponta como elementos de base as alíquotas previstas na Tarifa Externa Comum, estruturada com base na Nomenclatura Comum do Mercosul, sobre o valor aduaneiro da mercadoria, determinado em conformidade com as normas do Acordo Relativo à Aplicação do Artigo VII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio de 1994 (GATT). O inciso 2 do mesmo artigo ressalva, porém, que as aplicações das alíquotas previstas na Tarifa Externa Comum serão efetuadas sem prejuízo das exceções que se estabelecerem.

Os dispositivos seguintes tratam de elementos de valoração, regime legal aplicável, pagamento, devolução e restituição do tributo aduaneiro e procedência da mercadoria.

Ressalte-se, do ponto de vista do Mercosul, a importância da classificação da mercadoria objeto da operação aduaneira, que segundo o Artigo 169, deverá ser classificada de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias.

No tocante às normas de origem, o Artigo 170 explicita o seu objetivo, que é o de determinar o país onde uma mercadoria foi efetivamente produzida, de acordo com critérios nela definidos, a fim de aplicar impostos preferenciais de importação ou instrumentos não preferenciais de política comercial. As regras de origem preferenciais são aquelas definidas nos acordos comerciais subscritos pelo Mercosul, a fim de determinar se a mercadoria pode receber um tratamento tarifário preferencial.

O Título XII refere-se aos direitos do administrado, como os de petição e consulta, a interposição de recursos; a decisão fundamentada do recurso e o acesso à via judicial.

O Título XIII estabelece algumas disposições transitórias. Nesse sentido, o Artigo 178 determina que durante o processo de transição, até a conformação definitiva da União Aduaneira, o ingresso ou a saída de mercadorias de um Estado Parte para outro serão considerados como importação ou exportação entre distintos territórios aduaneiros.



SF/18115.17919-00



Ademais, a circulação de mercadorias entre os Estados Partes se efetivará a partir da implementação conjunta de um documento aduaneiro unificado, preferencialmente eletrônico, de acordo com o estabelecido nas normas regulamentares e complementares.

O Título XIV – Disposições Finais – trata dos descumprimentos das obrigações previstas no Código, que serão sancionados conforme a legislação dos Estados Partes.

Finalmente, o Artigo 181 prevê a criação de um “comitê do Código Aduaneiro do MERCOSUL”, integrado por servidores das Administrações Aduaneiras e representantes designados pelos Estados Partes. A ele caberá zelar pela aplicação uniforme das medidas estabelecidas no Código e em suas normas regulamentares.

II – ANÁLISE

A importância da adoção de normas aduaneiras comuns para os países do Mercosul não pode ser minimizada. Trata-se, como ressalta a Exposição de Motivos interministerial, de legislação de âmbito regional, que uma vez em vigor, permitirá aos Estados Partes do Mercosul ampliar ações concertadas em matéria aduaneira, com consequências positivas para a circulação de bens na região. Trata-se, ademais, de instrumento essencial para a formalização da União Aduaneira, conforme prevista pelo Tratado de Assunção.

Em seu parecer, o eminente Senador Humberto Costa, relator da matéria na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, da qual tenho a honra de participar como suplente, descreveu as dificuldades e desafios enfrentados pelos negociadores dos países membros do bloco ao tentarem conciliar os respectivos interesses nacionais e setoriais na busca de um denominador comum que servisse de base para a união, cujo objetivo último é a promoção do desenvolvimento e do bem-estar das populações da região.



Com efeito, relatou ele que versão anterior do Código Aduaneiro havia sido assinada pelo Conselho do Mercado Comum, em Ouro Preto, em 17 de dezembro de 1994, tendo chegado a receber a aprovação do plenário da Câmara dos Deputados em 28 de junho de 1995. Porém, no Senado Federal, encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e distribuído ao então Senador Pedro Simon para relatar, a Consultoria Legislativa emitiu estudo que apontava um certo número de falhas técnicas de que padecia aquela versão do Código Aduaneiro. Paralelamente, a Divisão do Mercado Comum do Ministério das Relações Exteriores dava conta de que o diploma internacional em questão já estava sendo renegociado com vistas ao seu necessário aperfeiçoamento. Por essa razão, e a pedido do próprio Ministério das Relações Exteriores, permaneceu o referido Código pendente de parecer, até que a Presidência da República solicitou a retirada do texto da pauta do Congresso Nacional. Em virtude das dificuldades substantivas encontradas nas negociações quadrilaterais, os Estados Partes acordaram suspender temporariamente as discussões sobre o assunto, as quais foram reiniciadas apenas em 2004.

Por fim, o texto do Código Aduaneiro do Mercosul que ora se examina, foi adotado pelos Estados Partes em 2 de agosto de 2010, em San Juan, Argentina, mas somente enviado à Presidência da República para ser encaminhado à aprovação do Congresso Nacional em 13 de abril de 2016, portanto seis anos após a sua assinatura.

Ademais de harmonizar conceitos e princípios da legislação aduaneira dos Estados Partes do Mercosul, o Código Aduaneiro também insere no sistema jurídico dos Estados membros do agrupamento regional definições imprescindíveis à aplicação e interpretação da lei no tocante à questão aduaneira.

Em suma, o Código Aduaneiro do Mercosul, que estabelece a legislação aduaneira a ser seguida pelos Estados Partes do bloco em suas operações comerciais intra e extra regionais, conforma a imprescindível base jurídica para que se possa avançar e consolidar a integração do Mercosul. Sua aprovação congressional e entrada em vigor revestem-se de extrema importância, particularmente no momento em que o bloco projeta a sua imagem internacional em negociações com outros países e agrupamentos de países, como a União Europeia.



SF/18115.17919-00



III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo Nº 31, de 2018, que aprova o texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL, assinado em San Juan, em 2 de agosto de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





16

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 26/04/2018 às 09h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
EDISON LOBÃO	1. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. VALDIR RAUPP PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	4. MARTA SUPPLY PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN PRESENTE	1. FÁTIMA BEZERRA
KÁTIA ABREU	2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. HUMBERTO COSTA

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	1. CÁSSIO CUNHA LIMA
PAULO BAUER PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
RICARDO FERRAÇO	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	4. TASSO JEREISSATI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
ANA AMÉLIA PRESENTE	2. GLADSON CAMELI

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE
VAGO	2. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	1. WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE
PEDRO CHAVES	2. ARMANDO MONTEIRO



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 31/2018)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

26 de Abril de 2018

Senador JORGE VIANA

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-PMDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-PMDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Maioria-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-PMDB - Waldemir Moka*
Maioria-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 20 PMDB-19 / PROS-1

Airton Sandoval.	PMDB / SP
Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	PMDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS
Zeze Perrella.	PMDB / MG

Bloco Social Democrata - 17 PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12 PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11 PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 11 PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1 PODE-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9 PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Refuge.	DF
--------------	----

Bloco da Maioria.	20
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	11
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Maioria-PMDB-PA)	Renan Calheiros* (Maioria-PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (Maioria-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (Maioria-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (Maioria-PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Romero Jucá* (Maioria-PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (Maioria-PMDB-ES)
Dário Berger** (Maioria-PMDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (Maioria-PMDB-MS)
Edison Lobão* (Maioria-PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (Maioria-PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Maioria-PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Maioria-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (Maioria-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-PMDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<div><div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></</div></div></div></div></div></div>
--

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
77. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicada Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi desigando 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtón Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Finalidade: Verificar in loco as condições em que se encontra o Ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba - PR.

Requerimento nº 196, de 2018

Número de membros: 12

PRESIDENTE:

MEMBROS

[illegible]

6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	1. Senador Romário (PODE-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (PMDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,10)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
2. Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
3. Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
4. Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
5. Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
6. Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDDB).
7. Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDDB).
8. Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
9. Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDDB).
10. Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
11. Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,28)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB) ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,50)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPD).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPPO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,13,25)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO (7,30)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
VAGO (4,28)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
(1,16)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
VAGO (5,26)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(19,22,23,26)
^(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka ⁽⁸⁾	1. Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾
VAGO ^(8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾	3. Senador Dário Berger ⁽¹⁶⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO ^(5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2.

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

Atualização: 29/11/2016**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE

17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
PMDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561

E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

